

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Sororidade nas Redes Sociais: Elas de mãos dadas numa ciranda contra a violência sobre as mulheres?

Autora: Pollyana Tereza Tavares Bezerra

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Professora Doutora Eunice Macedo

RESUMO PORTUGUÊS

Nesta ciranda em formato de texto, identifica-se no Ciberativismo como ocorrem as ações de sororidade entre mulheres, mais precisamente nas páginas da rede social Facebook “Mete a Colher e “Vamos Juntas?”. Acentua-se a natureza das relações de sororidade, seus alcances e potenciais impactos dessas ações na vida das mulheres que acompanham as páginas no facebook. Procura-se explorar a presença de ações educativas que contribuam na construção da sororidade feminina, assim como de processos democráticos que incluam e empoderem mulheres vítimas de violência.

Numa perspectiva de discussão da violência sobre as mulheres no contexto patriarcal, buscando compreender o conceito de sororidade, assim como a influência das novas configurações do movimento feminista no ciberativismo, o percurso de análise sustenta-se nas vozes das mulheres e homens que interagem com as publicações das páginas do Facebook eleitas para o estudo, assim como nas temáticas publicadas no interior delas. Os seus discursos e interações são registrados pela utilização de ferramentas que possibilitam armazenar o conteúdo exposto nas páginas do facebook e, dessa forma, permitem uma abordagem qualitativa, com que se procura ouvir as vozes de todas e todos que interagem com as páginas do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, em busca da construção das relações de sororidade.

Com efeito, atribuem-se as ações de sororidade encontradas nas páginas do facebook estudadas um novo campo de atuação da Educação Informal, uma vez que se admite que o ambiente online proporciona o encontro de várias vozes de mulheres e homens, que contribuem para a construção de uma sororidade feminina, no combate a violência sobre as mulheres.

Palavras chaves: Sororidade, Violência contra a Mulher e Ciberativismo.

RÉSUMÉ

Dans ce format de texte, nous identifions dans le cyberactivisme comme les actions de sororité entre femmes, plus précisément dans les pages du réseau social Facebook “Metem Colher” et “Vamos Juntas?”. L'importance est mise sur la nature des relations de sororité, leur atteindre et l'impact potentiel de ces actions sur la vie des femmes qui suivent les pages sur facebook. Il cherche à explorer la présence d'actions éducatives contribuant à la construction de la sororité des femmes, ainsi que de processus démocratiques incluant et autonomisant les femmes victimes de violence.

Dans une perspective de discussion sur la violence faite aux femmes dans le contexte patriarcal, cherchant à comprendre le concept de sororité, ainsi que l'influence des nouvelles configurations du mouvement féministe sur le cyberactivisme, le cours d'analyse repose sur les voix des femmes et des hommes qui interagissent avec publications des pages Facebook choisies pour l'étude, ainsi que dans les thèmes publiés en leur sein. Leurs discours et interactions sont enregistrés par l'utilisation d'outils permettant de stocker le contenu exposé dans des pages facebook et permettant ainsi une approche qualitative, avec laquelle on essaie d'écouter les voix de toutes et tous qui interagissent avec les pages de “Metem Colher” et “Vamos Juntas?”, à la recherche de la construction de relations de sororité.

En fait, nous attribuons les actions de sororité trouvées dans les pages de facebook étudiées à un nouveau champ d'action de l'éducation informelle, dès qu'il est admis que l'ambiance en ligne permet la rencontre de plusieurs voix des femmes et d'hommes, qui contribuent à la construction d'une sororité féminine, dans la lutte contre la violence faite aux femmes.

Mots clés: sororité, violence faite aux femmes et cyberactivisme.

ABSTRACT

In this text-sieve format, we identify in Ciberativism how the actions of sorority between women, more precisely in the pages of the social network Facebook "Mete a Colher" and "Vamos Juntas?". By which so the nature of sorority relationships, their scope and potential impact of these actions on the lives of the women who follow the pages on facebook are emphasized. It aims to explore the presence of educational actions that contribute to the construction of women's sorority, as well as democratic processes, which include and empower women victims of violence.

From a perspective of discussing violence against women on the patriarchal context, by seeking to understand the concept of sorority, as well as the influence of the new configurations of the feminist movement on cyber-activism, the present analysis is based on the voices of women and men who interact with publications of the Facebook pages chosen for this study, in addition to the themes published within them. Their speeches and interactions are registered by the use of tools that enable to store the content exposed in facebook pages and, in this way, allow a qualitative approach, through which all the voices from the pages "Mete a Colher" and "Vamos Juntas?", in search of the construction of sorority relations.

In effect, the actions of sorority found in the facebook pages under study represent a new field of action of Informal Education, once it is assumed that the online environment provides the meeting of several voices of women and men, who contribute to the construction of a female sorority, in combating the violence against women.

Keywords: Sorority, Violence against Women and Cyber-Activism.

Agradecimentos

À minha querida Professora Eunice Macedo por acreditar nas minhas convicções e desejos. Muito obrigada por me guiar durante todo esse percurso e por me permitir voar.

À Professora Teresa Medina por me fazer pensar além daquilo que acredito. Ao Professor João Caramelo por ouvir as minhas crenças e ser solidário à minha ideologia. Igualmente agradeço a Professora Maria José Magalhães por despertar o meu Eu Feminista.

Aos meus amigos de Mestrado Fátima Carvalho e Eduardo Lubisco por compartilhar todo este caminho.

Ao meu Deus, aos meus familiares, amigos e um agradecimento especial ao Felipe Novaes por toda a paciência durante todo o processo.

A todas as mulheres e homens que lutam pelo fim da violência e a conquista da igualdade de direitos. Numa grande ciranda, estamos juntas.

***“Mire donde mire, sólo veo mujeres luchando. Cada vez que puedo, grito en claro
femenino la palabra fuerza”***

- Escandar Algeet ¹

¹ Frase retirada da rede social Instagran, no perfil do grupo “Feminismo e Sororidade”

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
Primeiras Palavras	9
Referente a organização.....	10
CAPÍTULO I - MÃOS DADAS: PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES	11
“Por cada vítima acusada e transformada em monstro”: Implicações da investigadora na investigação	12
“Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”: Momento Histórico.....	14
“Dia a dia, lado a lado”: Dos objetivos da investigação e preocupações teóricas.....	15
CAPÍTULO II – “TODOS OS DIAS, TODOS OS DIREITOS”: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	18
A Violência sobre as mulheres no contexto Patriarcal: É fundamental desconstruir	18
Sororidade: “Eu e tu, até sermos todas”	25
Ciberativismo e as novas configurações do Movimento Feminista: Juntas de mãos dadas numa ciranda online.....	28
Processos Educativos nas Redes Sociais: Um novo campo da Educação Informal?	35
CAPÍTULO III – SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CIRANDA: PERCURSO METODOLÓGICO	43
Sobre o ato de investigar	43
Referente as Escolhas Metodológicas	46
Sobre o Método	46
Olhar analítico sobre as páginas on line: Em busca da Sororidade	48
Dos procedimentos e Análise	50
CAPÍTULO IV – SORORIDADE NAS REDES SOCIAIS: ELAS DE MÃOS DADAS NUMA CIRANDA CONTRA A VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES	52
Categoria 1 - “Eu e tu até sermos todas”: Construções sobre Sororidade entre prática e definição?.....	52
1.1 - Sororidade nas publicações: Pressuposto ou/e conceito em construção?	52
1.2 - Representações masculinas sobre sororidade entre ausência e dispersão?	54
1.3 - Sororidade: Relação exclusivista entre mulheres.....	56
1.4 -“Ta vendo? Abre o olho” Sororidade: alerta, entreajuda e empoderamento entre as mulheres	58

Categoria 2 - “Eu sou o que vocês são”: Formas de apresentação e representação de si e das outras pessoas	62
2.1 - Anonimato: Exposição a violência de gênero e/ou sororidade feminina	62
2.2 - Polaridade masculino e feminino: Risco de um essencialismo biológico?	65
2.3 – Manifestações intergêneros: A iminência de conflito?.....	68
Categoria 3 - “Em cada casa, cada caso, cada cara e cada corpo”: Violências vividas e partilhadas num espaço para ouvir.....	72
3.1 - Lugar e lugares da violência de gênero	73
3.2 - Risco e riscos de violência: Que consequências sobre a vida das mulheres?	76
3.3 - De vítima a resiliente: Desocultando a violência de gênero sobre as mulheres.....	79
3.4 - Relatos de relacionamento abusivo: Homens em busca da sororidade feminina? .	81
Categoria 4 - “Lugar de mulher é onde ela quiser” Ciberativismo como Educação Informal: Um instrumento de alerta para as mulheres?	82
4.1 - Partilhando saberes: Defesa das mulheres contra a violência de gênero	83
4.2 - As Redes Sociais como espaço de discussão e debate	85
4.3 - Participação social no ambiente virtual: Reinventando a democracia na luta pelos direitos das mulheres?	87
4.4 - Ciberativismo: Um impulsionador da intervenção social?	89
CAPÍTULO V - “ESTARMOS JUNTAS É UM ATO POLÍTICO”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS	101
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Primeiras Palavras

Início este trabalho refletindo acerca do exercício da escrita, ação que toma posse do nosso mais profundo sentimento de percepção de nós, do outro, das sensibilidades e preocupações que nos rodeiam. Escrever sobre uma temática retira algo que está intrínseco no nosso pensamento, usurpa nossas experiências, que são escritas e revisadas no papel. Escrever requer a coragem de olhar para dentro e abrir o nosso íntimo para o mundo ler, criticar e dialogar.

Desse modo, a presente investigação interpela as minhas vivências, bem como as de outras mulheres, o que constitui a gênese deste trabalho, transformando-me como mulher, ativista e cidadã. Contribuindo para a construção de uma experiência no sentido defendido por Bondía (2002: 25) “É experiência aquilo que “nos passa” ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma”.

Portanto, partindo da reflexão de Bondía (2002), esta dissertação (re)constrói uma experiência que permite explorar e refletir acerca do ativismo social no ambiente virtual das redes sociais. Sugere observar, desvendar, auscultar e dialogar com o espaço virtual, no intuito de perceber e explorar ações que nele são vivenciadas para a construção de uma sororidade entre mulheres, em busca de uma cidadania mais digna e igualitária para todas e todos.

Por conseguinte, desvendar uma cultura virtual em crescente desenvolvimento, possibilitando um olhar reflexivo para um ambiente onde a liberdade de expressão impera, no qual o meio favorece a disseminação das opiniões e subjetividades das e dos sujeitos.

Desse modo, o estudo incide no olhar atento para as ações de sororidade apresentadas nas publicações, bem como nos comentários e interações das páginas com as e os seguidores e das e dos seguidores com outras pessoas, de duas páginas do Facebook que abordam temáticas feministas e de violência contra as mulheres, são elas: “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”.

Nesse seguimento, procuro centrar as preocupações estruturadoras da dissertação nos conceitos de violência sobre as mulheres no contexto patriarcal, dialogando com Saffioti (1995) e (1987), Olívio e Calado (2015), Narvaz e Koller (2006), Narvaz (2005), Beauvour (1967), Bourdie (2002), Lerner (1990), Freyre (2013), Casique e Furegato (2006), Magalhães (2005), Macedo (2015), Day, Telles e Black (2010), Magalhães (2011) e Pinto e Braga (2015). No que diz respeito ao conceito de sororidade, busco discutir com Lagarde (2012) e (2016), Garcia e Souza (2015), Pérez (2016), Tavares (2014), Penkala (2014), Silva (2016), Tiburi (2016). No que concerne a discussão sobre as novas configurações do movimento feminista e o ciberativismo, o diálogo é estabelecido com Marques, Macedo e Canotilho (2003), Tavares (2008), Macedo (2003), Magalhães (2007), Pocahy (2011), Hirata (2014), Bilge (2009), Damasco, Maio e Monteiro (2012), Jesus e Alvez, Jesus (2013), Alcântara (2016), Dornelles (2004), Canotilho e Magalhães (2006), Vegh (2003) e Santos (2011). E por fim, articula-se o ciberativismo com a educação informal dialogando com os seguintes autores: Maturana (2002), Brandão (2013), Durkheim (1987), Gohn (2006) e (2014), Aymon (2007), Zucchetti e Moura (2007), Barroso (2017) e (2016), Cavaco (2002), Aníbal (2014), Nóvoa (2009), Gindre (2016), Coutinho e Alves (2010), Machado e Tijibo (2005) e Felinto (2002).

Esta articulação justifica-se no sentido de procurar promover um profundo mergulho na reflexão das ações sociais provenientes do ambiente virtual, assim como nos contributos para a desconstrução do patriarcado e construção da sororidade feminina no contexto da educação informal dentro do espaço das redes sociais, como forma de resistência à dominação.

Esta análise adota como suposto a existência de uma comunidade virtual que, por vezes, extrapola o mundo dentro do ecrã do computador ou telemóvel e fomenta o diálogo e a construção de uma educação informal, através das interações dentro das redes sociais, contribuindo desse modo para uma nova forma de perceber a outras pessoas, de ser solidário/a, edificando uma cidadania mais igualitária que almeja abraçar todas e todos numa grande ciranda em prol dos Direitos Humanos.

Referente a organização

Para tanto, esta investigação encontra-se composta pelo primeiro capítulo que diz respeito as primeiras inquietações que despertaram o desejo por investigar a temática da

dissertação. No primeiro momento recorro às minhas vivências ao longo dos anos, com o intuito de perceber a minha implicação, assim como o meu standpoint, o qual foi crucial para refletir, pensar e repensar o lugar das mulheres na sociedade. Em seguida, ainda no primeiro capítulo, abordo a discussão do Momento Histórico eleito para permear o processo de discussão da investigação. A seguir debruço-me em explicar os objetivos da dissertação, assim como as preocupações teóricas.

No que concerne ao segundo capítulo da investigação, trata-se da discussão teórica, a qual informa a pesquisa e fundamenta a análise dos dados obtidos. Nesse sentido, será discutida a violência sobre as mulheres no contexto patriarcal, o conceito de sororidade, assim como novas configurações do Movimento Feminista no atual ciberativismo. Por fim, dedico-me a refletir acerca dos processos educativos que identifiquei no ambiente das redes sociais.

A seguir, apresento um terceiro capítulo voltado para compreender as abordagens metodológicas eleitas para o estudo, fazendo referência aos seus fundamentos e procedimentos. Posteriormente, o quarto capítulo da investigação refere-se à análise e discussão dos dados obtidos. Nas conclusões finais reafirmo a importância das mulheres estarem juntas na construção do ato político.

CAPÍTULO I - MÃOS DADAS: PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES

Este primeiro capítulo busca introduzir as questões que serão apresentadas, discutidas e refletidas ao longo do presente estudo. No primeiro momento, recordo-me da minha trajetória como mulher, vivendo no âmbito de uma sociedade que diariamente nos oprimia e continua oprimindo o sujeito feminino. Viver nesse contexto e ter consciência dele possibilitou profundas implicações na construção da pesquisa. A seguir dedico-me a refletir acerca do Momento Histórico que permeia a investigação, marco fundamental da defesa das mulheres brasileiras vítimas de violência. Um grito de todas nós que foi ouvido e promulgado como Lei. Posteriormente, abordo os objetivos da investigação, assim como as preocupações teóricas.

“Por cada vítima acusada e transformada em monstro”²: Implicações da investigadora na investigação

O interesse inicial em investigar acerca das ações de grupos de mulheres feministas nas Redes Sociais, gira em torno de inquietações pessoais no que diz respeito a ser mulher no contexto de uma sociedade impregnada pelo patriarcado, conceito este explorado por Narvaz e Koller (2006), entre outros.

As autoras acentuam que as relações humanas não foram sempre marcadas pelos fundamentos patriarcais, no entanto a partir da construção da família surgiu o poder do homem sobre o corpo e a sexualidade da mulher, desse modo:

“O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos” (Narvaz e Koller, 2006: 50).

Na sociedade patriarcal a identidade social da mulher é construída a partir das relações da dominação do homem sobre o feminino, seja ela no ambiente familiar ou no trabalho. Consequentemente, em todas as instâncias da sociedade o conceito do patriarcado se faz presente de modo velado ou explícito. Em conformidade com Saffioti (1987), num trabalho ainda relevante, produzido há mais de 30 anos, “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.” (Saffioti, 1987: 8).

Nesse sentido, “o patriarcado não se resume a um sistema de denominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração.” (Saffioti, 1987: 50). De exploração e opressão de todas as mulheres, inferiorizando o feminino a fim de dominá-la sexualmente, psicologicamente e/ou profissionalmente, enquanto garante a dominação masculina na família e no mundo do trabalho. À vista disso, refletindo acerca da igualdade entre todas e todos que os movimentos feministas buscam, Pateman (1992) afirma que a igualdade diferenciada na cidadania “(...) não quer dizer que todos/as cidadãos se devem tornar (como) homens ou

² Todas as citações nos títulos e subtítulos refrem-se a textos escritos pelas mulheres nas redes sociais (facebook e instagan), salvo exceção do subtítulo acima que foi tirado da música “Medusa” da artista Capicua.

que todas as mulheres devem ser tratadas da mesma forma. Pelo contrário, para a cidadania ser de igual valor, a substância da igualdade tem que diferir de acordo com as circunstâncias e capacidades diversas dos cidadãos, homens ou mulheres" (Pateman, 1992: 29).

Portanto, nascer mulher no meio social extremamente patriarcal determina ao feminino uma extensa lista de submissão ao masculino. No entanto dentro do contexto atual, os movimentos feministas ganham espaço na luta para desconstrução da cultura patriarcal, por meio de ações políticas e ativistas no seio da sociedade (Canotilho e Magalhães, 2006), bem como no ambiente virtual (Vegh, 2003), foco da presente investigação.

Dessa forma, por conviver no interior de uma sociedade patriarcal, testemunhando experiências de machismo e exclusão do feminino, construi uma sensibilidade referente as temáticas que o movimento das mulheres defende. Essas vivências se tornaram fundamentais para a construção do eu feminista, e consequentemente essenciais para o despertar das inquietações que culminaram nesta investigação; Assim como, por ser mulher e conviver com mulheres que vivem dominadas por seus parceiros íntimos, imersas em relacionamentos abusivos e agressivos, por diariamente e incansavelmente lutar para ser mulher no âmbito do meio social atual e por ter o privilégio de caminhar de braços dados com mulheres que abraçam o feminismo, assim como batalham para que outras mulheres digam não a qualquer tipo de violência.

Por essas inquietações, a presente investigação preocupa-se em desocultar a realidade, edificando também algo novo, a fim de construir uma democracia mais justa, autêntica e inclusiva para as mulheres vítimas de violência.

Esses argumentos justificam a escolha do título da dissertação, uma vez que a palavra “Ciranda” remete a uma dança, onde as mulheres formam uma grande roda para cantarem de mãos dadas na praia a espera do retorno dos maridos que estão em alto mar pescando,

A formação desta ciranda constitui-se em uma resposta ao patriarcado, o qual com muito afincado implantou a ideia de que as mulheres juntas só entram em conflito e de que juntas não se pode esperar nada, apenas brigas (Silva, 2016). No entanto, aos poucos, vamos mostrando que com as nossas companheiras iremos construir um mundo novo, um

processo que terá também que implicar os homens na construção da democracia. Portanto, entro nessa ciranda por cada vítima acusada e transformada em monstro pela sociedade e pelos seus agressores.

“Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”: Momento Histórico

A questão da violência contra as mulheres é um problema que prevalece em todo o mundo, pondo em causa a democracia. Diariamente somos canhoneado por casos de agressões contra as mulheres, seja divulgado no noticiário local e nacional, na internet ou relatos de amigos próximos. Dessa maneira, com o intuito de quebrar o ciclo de violência contra as brasileiras, o governo federal do Brasil promulgou em 07 de Agosto de 2006 a Lei Nº 11.340, mais conhecida entre a população como *Lei Maria da Penha*, a qual cria mecanismos que almejam parar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse sentido, o Art.6ª da referida legislação afirma “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” (Brasil, 2006), uma afirmação que está em linha com a Declaração de Beijin, 1995. No entanto, apesar do decreto da Lei Nº 11.340, bem como dos incontáveis avanços no julgamento de casos de violência contra as mulheres, assistimos a uma crescente nos casos de abusos e agressões contra o feminino, problema que ilustra a dificuldade de passar da intenção política/legislativa à melhoria efetiva da vida das pessoas (Macedo & Santos, 2009).

Compactuando com a disposição legal supracitada, a Lei Maria da Penha também garante no Art.2ª que:

“Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social” (Brasil, 2006).

No entanto, apesar da intenção de eficácia e da efetiva relevância da Lei Nº 11.340, o Brasil encontra-se entre os países com maior índice de feminicídios uma designação agora utilizada para dar evidência ao problema da violência extrema sobre as mulheres, conducente à morte. Desse modo, com o intuito de reverter o quadro de violência contra o feminino o governo Brasileiro em 09 de Março de 2015 promulga a Lei 13.104/2015 que “altera o Art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal,

para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art.1ª da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.” (Brasil, 2015). Sendo este eleito o aparato legal e histórico que abraça, norteia e justifica a escolha da temática, bem como evidencia a relevância social da investigação.

O Momento Histórico é imprescindível para a luta contra a violência sobre as mulheres e, uma vez que, o Mapa da Violência 2015 - Homicídios de Mulheres no Brasil, buscando na fonte básica de análise o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, registra que:

“Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 pelo SIM, 2.394, isso é, 50,3% do total nesse ano, foram perpetrados por um familiar da vítima. Isso representa perto de 7 feminicídios diários neste ano, cujo autor foi um familiar. 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos neste ano. Nesse caso, as mortes diárias foram 4.” (Brasil, 2015: 70).

Fruto de muita luta dos movimentos feministas a promulgação da Lei do Feminicídio trouxe esperança para as mulheres, no sentido de combater os crescentes índices de agressão, na intenção de frear a mortalidade das mulheres de levantar a bandeira da luta e fazer todo homem se arrepender de levantar a mão para agredir uma mulher. Por isso, a Lei 13.104/2015 acompanha e norteia a presente investigação.

“Dia a dia, lado a lado”: Dos objetivos da investigação e preocupações teóricas

A investigação parte da visão do meu eu feminino, sobre o movimento de mulheres no interior das redes sociais, mais precisamente do Facebook. Espaço online que atualmente possui milhões de usuários, atraindo mais precisamente o grupo jovem.

No ambiente virtual, as pessoas interagem com grupos de amigos, páginas que tratam dos mais diversos assuntos, bem como discutem e debatem sobre inúmeras temáticas. Nesse sentido, a pesquisa lança um olhar sobre a interação entre mulheres no interior do Facebook, no que diz respeito a violência sobre as mulheres, portanto o objetivo geral da investigação centra-se em Identificar se e como no Ciberativismo ocorrem ações de sororidade.

Em relação ao conceito de sororidade, exploro a definição de Garcia e Souza (2015) que o compreendem como uma “aliança feminista entre as mulheres”, a qual permite às mulheres construir uma corrente de empatia e solidariedade umas com as outras, a fim de conscientizar a todas acerca da sua posição na sociedade. As mesmas autoras argumentam que a sororidade “está relacionada às dimensões ética, política e prática do feminismo. A sororidade (...) é uma experiência subjetiva pela qual as mulheres devem passar com a finalidade de eliminarem todas as formas de opressão entre elas” (Garcia e Sousa, 2015: 14). Do mesmo modo, Lisboa (2016) explica que “sororidade é uma variante do termo “irmandade”, que provém do latim “sor” e é definida oficialmente como “irmã”, mantendo a referência de uma união entre as mulheres.” (Lisboa, 2016: 5). Parece constituir uma forma de afirmação de solidariedade entre mulheres que vem desafiar/enriquecer o conceito de fraternidade (entre fraters/homens)

A ideia de sororidade encontra-se difundida nos discursos feministas atuais. Este movimento provoca um amplo debate sobre o uso e significado da palavra, discussão esta que no momento esbarra em diversas definições. Nesta medida, apesar de considerar a origem da palavra sororidade, bem como aceitar que o conceito se encontra mais expressamente utilizado nos movimentos feministas, afasto-me da perspectiva que discute e usa o conceito exclusivamente apenas entre as mulheres, pois podemos ser solidários e criar laços solidários com outros sujeitos e situações. Argumento este explorado com mais afinco no capítulo dedicado a discussão teórica.

Referente aos objetivos específicos da dissertação pretende-se refletir acerca da natureza, alcance e potenciais impactos das ações de sororidade na vida das mulheres que acompanham as redes sociais eleitas para o estudo, bem como analisar a potencial presença de ações educativas que contribuam para a construção de processos democráticos de sororidade e inclusão das mulheres vítimas de violência. Diante desses objetivos, é imprescindível discutir o movimento crescente nas redes sociais que constroem novas ações, assim como um novo ambiente educacional. Sendo assim, tem-se em conta que nos dias atuais “o «movimento dos media das mulheres» tem, sem dúvida, desempenhado um papel crucial a luta das mulheres por todo o mundo” (Gallagher, 2006: 28), tendo um efeito multiplicador das suas reivindicações e lutas.

Papel este que poderá contribuir para a construção de uma cidadania que inclua todas as mulheres proporcionando uma “invenção de outras formas de construção social

amigas-de-mulheres-e-homens, tendentes à formulação de uma democracia mais autêntica e mais inclusiva” (Macedo, 2015: 32).

Neste cenário, podemos perceber a importância do ciberespaço para veiculação, disseminação e construção das relações de sororidade, pois com o surgimento da internet, bem como a democratização das redes sociais, assistimos ao crescimento de movimentos sociais que encontram no mundo online um ambiente favorável, aberto e inclusivo para a construção de espaços de mobilização social, permitindo reinventar o conceito de participação na democracia.

À vista disso, os grupos feministas apropriam-se do alcance alargado proporcionado pelas redes sociais para difundir suas ideias e organizar movimentos, contribuindo dessa forma para o surgimento do ciberativismo definido por Dieminger e Oliveira (2015) como “ativismo digital ou online, que são ações políticas via internet em que os ativistas online, atuando de forma independente, organizam-se espontaneamente” (Dieminger e Oliveira, 2015: 3).

Para tanto, o paradigma de investigação eleito para dar base a pesquisa consiste no fenomenológico-interpretativo, por se considerar que este envolve todos os objetivos da dissertação. Elegi o paradigma fenomenológico-interpretativo para nortear o estudo, pois nas palavras de Amado (2014), centra-se na:

“Compreensão das intenções e significações – crenças, opiniões, percepções, representações, perspectivas, concepções, etc – que os seres humanos colocam nas suas próprias ações em relação com os outros e com os contextos em que e com quem interagem. Procura-se o que, na realidade, faz sentido e como faz sentido para os sujeitos investigados.” (Amado, 2014 :40).

Assim sendo, fico na expectativa de encontrar no interior do ciberativismo ações de cidadania, sororidade e educação que permitam ao movimento feminista de se reconfigurar no atual espaço social como cidadãs de pleno direito e em reclamação de cidadania. Espera-se também que o ambiente online possa proporcionar um caminho onde as mulheres sigam cuidando umas das outras, disputando com empatia, sentando, em roda (virtual), valorizando e tirando partido da diversidade de saberes.

Ademais, é de significativa relevância para a sociedade reconhecer que as mulheres, mesmo diante do machismo diário, se organizam e promovem ações sociais de empatia a dor e sofrimento de outras mulheres, como uma grande ciranda na luta contra

a violência sobre as mulheres, com o propósito de contribuir para o fomento de uma cidadania digna e mais igualitária para todas e ainda mais importante, construindo esse processo, dia a dia.

CAPÍTULO II – “TODOS OS DIAS, TODOS OS DIREITOS”: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O segundo capítulo refere-se à construção teórica da investigação, a qual centra-se, no primeiro instante, na discussão da violência sobre as mulheres no âmbito de uma sociedade fincada no patriarcado. A seguir, é concebida uma reflexão no que diz respeito ao conceito de sororidade, primordial para a compreensão dos objetivos do estudo, uma vez que a investigação permeia as ações de sororidade das mulheres que seguem as páginas do facebook “Mate a Colher” e “Vamos Juntas?”.

Nesse sentido, a fim de compreender as novas configurações do Movimento Feminista no ambiente virtual, campo de atuação da pesquisa, o enquadramento teórico da dissertação dedica o terceiro tópico a essa questão. Referente ao quarto e último tópico, a reflexão concentra-se na exploração e discussão dos processos educativos que foram identificados no interior das redes sociais. Destaca-se que o objetivo é refletir teoricamente o desejo de que todos os dias devemos usufruir de e afirmar todos os direitos.

A Violência sobre as mulheres no contexto Patriarcal: É fundamental desconstruir

A abordagem do tema patriarcado é fundamental para a presente investigação pois as relações de poder sobre as mulheres, interpelam e derivam desse conceito, posto que enquanto discurso encontra-se impregnado no seio da sociedade. No contexto de uma sociedade patriarcal a mulher é compreendida como dotada de fraquezas, no entanto, ao longo dos anos, as mulheres passaram a ser reconhecidas em muitas esferas da sociedade, essas alterações continuam lentas e insuficientes, mas corresponde a uma diluição entre o mundo político e o privado, assim como uma reconversão das relações de domínio patriarcal. Esse conceito corrompe o meio social, uma vez que “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (Saffioti, 1995: 47).

No sentido gramatical, a palavra patriarcado encontra sua origem na língua grega, derivada da combinação de Pater (pai) e Arkhe (origem e comando). Nesse sentido,

podemos afirmar que literalmente patriarcado significa: O poder do pai. Na conjuntura atual da sociedade, configura o poder masculino sobre o feminino, independente da relação doméstica entre pai e filha (e de outras relações), como explicam Olívio e Calado (2015):

“O patriarcado atravessa a constituição da sociabilidade humana. Ele é um pacto masculino para a dominação-exploração das mulheres que se particulariza nos diferentes momentos históricos, mas que não deixa de atravessá-los pois ele é constituído e constituinte das relações que se estabelecem entre os sujeitos.” (Olívio e Calado, 2015: 7)

Momentos históricos esses que interpelam a história da humanidade, pois a supremacia masculina está presente desde os primórdios da constituição da família, “quando o corpo e a sexualidade das mulheres passou a ser controlado, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaure-se assim o patriarcado, uma nova ordem social.” (Narvaz e Koller, 2006: 50). Desde então essa nova ordem social “desenvolve sua prática de dominação da mulher pelo homem, como categorias sociais, há aproximadamente seis milênios. Dessa forma, toda a nossa história, a nossa linguagem, as nossas racionalidades são patriarcais” (Calado e Olivio, 2015: 7). Beauvoir (1967) afirma que a mulher se descobre no sistema patriarcal, dominada pelo “ser supremo masculino”, através das relações como esposa, no entanto Bourdie (2002) discute que:

“A diferença *biológica* entre os *sexos*, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (Bourdie, 2002: 16).

Nesse sentido, a autora defende que as diferenças biológicas são determinantes para as divergências sociais entre o masculino e feminino, constatação esta que na contemporaneidade é derrubada, pois algumas mulheres têm vindo a assumir lugares socialmente tidos como de exercício exclusivamente masculino (Macedo & Santos, 2009), principalmente nos campos profissionais, em atividades, por exemplo, que eram consideradas inadequadas para mulheres, devido a natureza biológica. Portanto, nota-se que a dominação do homem pela vertente, exclusivamente, biológica entra em declínio, a par de uma maior complexificação da vida social.

A ordem social que o patriarcado disseminava por toda a população mundial foi enraizada em todas as culturas, de diferentes formas, porém com o igual objetivo de exploração/ subordinação das mulheres, como exemplifica Lerner (1990), focando a dominação sexual:

“El patriarcado oriental incluía la poligamia y la reclusión de las mujeres en harenes. El patriarcado en la antigüedad clásica y en su evolución europea esta basado en la monogamia, pero en cualquiera de sus formas formaba parte del sistema el doble estándar sexual que iba en detrimento de la mujer” (Lerner, 1990).

Sistema de exploração patriarcal que no contexto Brasileiro está presente desde os primórdios da colonização, ganhando força e destaque no período histórico/político colonial, onde os senhores de engenhos exploravam sexualmente e/ou psicologicamente esposa, filhas, mucamas e escravas (Freyre, 2013). Sendo ele detentor e dono de todas as mulheres que habitavam a sua casa grande e senzala.

Freyre (2013), define o sistema patriarcal como uma ordem social dotada de todas as violências, discriminações e opressões. O mesmo autor exemplifica que no patriarcado rural o poder do masculino expressava-se na “absoluta obediência da filha ao patriarca, que era quem escolhia não só os noivos para as filhas como profissões para os filhos” (Freyre, 2013). No contexto dessa perspectiva, esbarramos na visão do patriarcado como ordem social de dominação e exploração do ser humano, independente do sexo, autoridade esta exercida sobre um ser tido como inferior. No entanto, continua a ser o sujeito feminino que se configura como centro da opressão patriarcal.

Saffioti (1987) discutia já as relações de dominação que se encontram enraizadas na sociedade, tecendo uma cadeia de opressão na qual o ser dominador geralmente é branco, pertencente a classe alta, no entanto a exploração não se restringe a esse grupo que se afirma como superior a todos.

Portanto, “a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para relações assimétricas, desiguais de dominador e dominada” (Saffioti, 1987: 40). Porém, mesmo diante das referidas reconfigurações do patriarcado no interior da sociedade, “a supremacia, de qualquer forma, é garantida ao macho adulto. Tando assim que a medida que os filhos vão entrando na idade adulta, vai-se estabelecendo o domínio do irmão sobre a irmã, numa aceção do modelo parental”

(Saffioti, 1987:39). Desse modo, a estrutura patriarcal vigente na sociedade continua a ser reproduzida incansavelmente, logo:

“O paternalismo, que reclama a mulher no lar, define-a como sentimento, interioridade e imanência; na realidade, todo existente é, ao mesmo tempo, imanência e transcendência; quando não lhe propõem um objetivo, quando o impedem de atingir algum, quando o frustram em sua vitória, sua transcendência cai inutilmente no passado, isto é, recai na imanência; é o destino da mulher, no patriarcado” (Beauvoir, 1967: 301).

Portanto, em decorrência da estrutura social estar fincada no contexto patriarcal, assistimos cotidianamente mulheres e homens a serem vítimas dessa ordem social e sofrerem inúmeras violências definidas como Violência de Gênero.

No que diz respeito a este conceito, Saffioti (1995) reconhece que “a violência de gênero pode se perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (Saffioti, 1995: 71). Nesse seguimento, Casique e Furegato (2006) caracterizam a violência de gênero como:

“Aquele exercida pelos homens contra as mulheres, em que o gênero do agressor e o da vítima estão intimamente unidos à explicação desta violência. Desta forma, afeta as mulheres pelo simples fato de serem deste sexo, ou seja, é a violência perpetrada pelos homens mantendo o controle e o domínio sobre as mulheres” (Casique e Furegato, 2006: 2)

Nessa perspectiva, é pertinente discutir o conceito de violência sobre as mulheres (Macedo, 2015) ou contra as mulheres, pois segundo Magalhães (2005), caracteriza-se como um eixo fundamental de silenciamento e constrangimento na vida de muitas de nós:

“A violência contra as mulheres no seio familiar, doméstico ou das relações de intimidade, articula-se com a situação mais geral de subordinação das mulheres nas outras esferas da vida social econômica, política, simbólica, ideológica, etc.), realiza-se num contexto ideológico e simbólico em que os homens mandam e têm poder sobre as mulheres, traz consigo uma história e uma tradição, com influência directa em alguns contextos e indirecta noutros.” (Magalhães, 2005: 3).

Saffioti (1995) encarava já a violência contra as mulheres “como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.” (Saffioti, 1995: 17). Esse campo de poder articulado sobre as mulheres provoca e dissemina a construção de um sujeito feminino inferior e culpabilizado, visto que “a violência não é apenas contra as mulheres, mas

também «sobre» elas, na medida em que nos situa em posição de subordinação, desvalorização e falta de reconhecimento” (Macedo, 2015: 16).

De acordo com o Artº5 da Constituição Federal do Brasil (1988), mulheres e homens são iguais perante a lei, bem como todas as formas de violências contra a mulher são consideradas violações aos Direitos Humanos. Nesse sentido, o contexto de violência contra as mulheres viola a lei máxima do país e instaura um sentimento de medo, impotência e, por vezes, silenciamento das mulheres que sofrem diariamente com as inúmeras formas de violência. Nesse sentido, disserto a seguir sobre as várias formas de agressão às mulheres no contexto da sociedade patriarcal, que podem se manifestar através da violência no espaço familiar, violência psicológica, sexual, física, assédio sexual, violência no trabalho e econômica. A priori, centro-me na violência contra as mulheres no ambiente familiar. Compactuando das reflexões realizadas por Macedo (2015) será utilizado na presente reflexão o termo “violência no espaço familiar” para referir-se a normalmente designada violência doméstica, pois a origem da palavra “doméstica” nos remete à um ser dominado, um animal selvagem no interior do lar. Saffioti (1995) esclarece que:

“Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio (...) A violência doméstica atravessa pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) empregadas(os) domésticas(os).” (Saffioti, 1995: 71).

Nesse sentido, a violência no espaço familiar abraça outros tipos de violência, como a psicológica ou emocional que “ocorre através da rejeição de carinho, ameaças de espancamento à mulher e seus filhos, impedimentos à mulher de trabalhar, ter amizades ou sair; por sua vez, o parceiro lhe conta suas aventuras amorosas e, ao mesmo tempo, a acusa de ter amantes” (Casique e Furegato, 2006: 4). Essa forma de violência agride a mulher no íntimo e aparece frequentemente de forma silenciosa e sutil. Como não deixa marcas aparente no corpo, torna-se perigosa no sentido que leva as mulheres a negação da forma de violência, o que culmina na permanência no estado de agressão e muitas vezes em feminicídio.

Dentro do contexto de dominação do homem sobre a mulher no espaço familiar, a agressão psicológica vem, muitas vezes, acompanhada da violência física que “ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas” (Day, Telles & Black, 2010: 10). Nesse sentido, por vezes, a violência física culmina também na violência de caráter sexual, na qual as mulheres são obrigadas contra a sua vontade e por meio de agressão e/ou pressão psicológica a servir de objeto dos prazeres sexuais do sujeito que se encontra em poder.

Outra forma de violência contra a mulher é o assédio sexual. Referente a esse conceito Magalhães (2011: 104) afirma: “o que diferencia o assédio sexual de outras condutas de aproximação de índole afectiva é a ausência de reciprocidade, sendo acto que causa constrangimento à vítima, que se sente invadida, ameaçada, agredida, lesada perturbada, ofendida.”. Portanto, o assédio sexual firma-se na apropriação do corpo da vítima, de forma não consentida, não íntima e embebido no poder que os homens machistas pensam que possuem sobre as mulheres.

O assédio sexual abrange o ato de passar a mão no corpo da mulher sem consentimento, ocorrências de perseguição (mais comum no ambiente de trabalho), ameaça violenta por estranhos, bem como os chamados “piropos” que diariamente as mulheres ouvem na rua e/ou no ambiente de trabalho. Ademais, Magalhães (2011: 106) aponta que: “o assédio sexual tem diversos tipos de consequências, morais, econômicas, de saúde, para as vítimas, para todas as mulheres e mais pessoas que não encaixam na masculinidade hegemónica e para a sociedade em geral.”

Violências que atravessam o conceito de assédio sexual, podem culminar no silenciamento e ocultamento das ações, uma vez que as leis não vigoram com a devida precisão contra esses casos, portanto o caráter de impunidade domina e amedronta cotidianamente o sujeito-mulheres (Magalhães, 2011), contribuindo dessa forma para a disseminação e perpetuação da cultura patriarcal. Posto isso, é plausível definir que a violência contra as mulheres se constitui na expressão do patriarcado que se encontra ainda impregnado em muitos espaços da sociedade atual, violência esta que oprime, discrimina, abusa e humilha o sujeito-mulheres em todas as esferas do meio social. Parece evidenciar-se que “conviver com a violência imposta pela socialização desigual e sexista

de gênero desde tenra idade faz com que as práticas abusivas sejam naturalizadas e banalizadas” (Narvaz, 2005: 42)

Referente as relações de poder inerentes a sociedade patriarcal, igualmente as ações de violência sobre/contra as mulheres, Narvaz (2005) reflete que o poder do outro sobre as mulheres provoca a possibilidade de resistência, ideia esta que é imprescindível na luta contra todas as formas de opressão e violência. Portanto, essas tensões provocadas pela sociedade machista e a violência contra as mulheres culminam ora no movimento de resistência das mulheres na luta em defesa da desconstrução do patriarcado ora no silenciamento da sua cidadania. Portanto, o conceito de patriarcado, bem como da violência contra as mulheres são fundamentais para esta investigação, uma vez que é a partir das inquietações das mulheres referente aos abusos sofridos, que elas passam a se organizar na busca pelos Direitos Humanos. Neste âmbito, de forma relevante para este trabalho, Pinto e Braga (2015: 58) argumentam que:

“Os movimentos feministas são os principais protagonistas que reivindicam o contrapeso às agruras do patriarcado. Atuando na linha de frente dos Direitos Humanos, estes movimentos buscam tensionar o Estado brasileiro a combater os posicionamentos machistas do Direito e da sociedade, pautando a construção de um novo paradigma de vida em grupo. Neste ínterim, os movimentos organizados de mulheres lograram vários êxitos ao longo das décadas: conquistaram direitos, ocuparam espaços e demandaram políticas públicas que se reverberam em melhorias na construção da equidade de gênero”

Nessa mesma perspectiva, Calado e Olívio (2015) asseguram que o patriarcado sendo uma construção histórica, é passível de ser superado, pois “as Mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade [convencional/tradicional]; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano”, como já alertava Beauvoir (1967: 7). No entanto, mesmo diante da pressão dos grupos dominantes, Saffioti (1987) alertava já que:

“Quando alguém se recusa a submeter-se ao estereótipo, arrisca-se a ser posto a margem das relações consideradas normais. Todavia, além de poder encontrar muitos adeptos ou simpatizantes, podendo criar espaços mais livres, realiza um maior número das potencialidades que traz. E talvez valha a pena experimentar. Todo processo é válido quando caminha na direção da verdade, da autenticidade, da igualdade; porque, enfim, trata-se de democracia.” (Saffioti, 1987: 40)

Diante dessa construção democrática, encontramos mulheres, organizações sociais, espaços virtuais na linha de frente contra a dominação patriarcal, no desejo de

alcançar a igualdade entre todos os seres humanos, pois como já se afirmava nos anos 1990, “las mujeres, cuando piensan fuera del patriarcado, añaden ideas que transforman el proceso de redefinición.” (Lerner, 1990: 130).

Contudo, mesmo diante das conquistas legais fruto da luta dos movimentos feministas, Lerner (1990: 150) afirma que “las reformas y los cambios legales, aunque mejoren la condición de las mujeres y sean parte fundamental de su proceso de emancipación, no van cambiar de raíz el patriarcado. Hay que integrar estas reformas dentro de una vasta revolución cultural a fin de transformar el patriarcado y abolirlo.” Portanto, é urgente pensar de forma coletiva, a fim de mudar toda uma cultura enraizada.

Por essas questões e pelos altos índices de violência contra as mulheres em todas as esferas da sociedade patriarcal, os movimentos feministas adotam, acreditam e lutam pela união entre mulheres, posto que a sua indignação e resistência contra a ordem social patriarcal produz, para além de ações sociais advinda dos movimentos organizados, o surgimento, adoção e disseminação de novos conceitos, bem como novas formas de organização, como veremos nos tópicos seguintes.

Sororidade: “Eu e tu, até sermos todas”

É fundamental para a organização do movimento social feminista pensar as mulheres como coletivo, que juntas apoiam-se na luta contra a sociedade patriarcal, em defesa da vida e dos direitos fundamentais para todas as pessoas. É dentro desse contexto de união e afirmação do movimento das mulheres que surge a ideia de sororidade feminina, que tenho vindo a utilizar neste trabalho e que agora clarifico. Lagarde (2012) explica a origem da palavra sororidade, como aliança feminista entre mulheres: “Sororidade do latim soror, sororis, irmã, e idade, relativo a qualidade de; enuncia os princípios éticos-políticos de paridade, ausência de hierarquia patriarcal, e relação paritária entre mulheres. Termos relativos: sororal, sorória, em sororidade” (Lagarde, 2012: 544). Também de acordo com Pérez (2016: 4), “a palavra sororidade deriva-se da irmandade entre mulheres, o perceber-se como iguais que podem aliar-se, compartilhar e, sobretudo, transformar sua realidade devido ao fato de que todas, de diversas maneiras, temos experimentado a opressão.” Garcia e Souza (2015) apresentam uma visão mais ampla do conceito de sororidade:

“A qual está relacionada às dimensões ética, política e prática do feminismo. A sororidade, pela definição, é uma experiência subjetiva pela qual as mulheres devem passar com a finalidade de eliminarem todas as formas de opressão entre elas. É, além disso, conscientizar as mulheres sobre a misoginia” (Garcia e Souza, 2015: 1003).

Essa experiência subjetiva de união entre mulheres almeja alcançar a eliminação da competitividade entre mulheres alimentada pela sociedade machista, portanto ações de sororidade buscam construir uma concepção de que todas as mulheres são irmãs uma das outras e não inimigas e que juntas, de mão dadas, possam lutar contra as desigualdades sociais e violências enfrentada por todas diariamente. O conceito de sororidade almeja, pois, influenciar as mulheres a serem mais solidárias com outras mulheres no sentido de construir uma união que permita o combate a todas as formas de opressão e violência. É também o anseio de que todas as mulheres se percebam como participantes de um coletivo que busca igualdade para todas as pessoas. Garcia e Souza (2015) assumem o conceito de sororidade como ferramenta de empoderamentos das mulheres, sendo a luta feminina uma tentativa pelo coletivo de romper com uma forma de violência contra as mulheres praticada pelas próprias mulheres, por não terem consciência de suas relações de companheirismo com a outra. (Garcia e Souza, 2015: 1003). Parece, no entanto, poder detetar-se nestas perspetivas uma visão um pouco essencialista e utópica de união entre mulheres, as quais estão muitas vezes separadas por localizações de poder como etnia, religião, estatuto... que poderão por em risco esse sentimento de solidariedade entre mulheres. Admite-se pois que o conceito de sororidade necessite também de maior complexificação e aprofundamento.

Pensando mais diretamente nos objetivos desta investigação, debruço-me nos estudos de Garcia e Souza (2015). No tocante à sororidade no contexto virtual, as autoras explicam que esta pode ter um efeito multiplicador pois:

"Se constitui pelos compartilhamentos de dizeres feministas que sustentam diferentes lutas das mulheres. As lutas feministas farão parte do arquivo digital e circularão na rede, mostrando quais são os desejos das mulheres. Nas relações de sororidade, alianças pela luta feminista, aliança por uma posição legitimada na sociedade à mulher, não mais a submissa, mas a que luta, tanto no espaço público quanto no ciberespaço” (Garcia e Souza, 2015: 1007).

Desse modo, o ciberespaço constitui-se como um aliado fundamental na busca das mulheres por sororidade, uma vez que proporciona um ambiente de fácil e rápida propagação da ideia de união entre mulheres, esse argumento justifica a escolha das

páginas do facebook “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, no intuito de investigar se e como ocorre a sororidade no mundo online.

Ainda sobre a definição do conceito de sororidade, compreende-se que a propagação das ações de sororidade, no mundo real e/ou virtual, proporciona a construção de uma perspectiva de solidariedade entre mulheres, na intenção de se unirem progressivamente no combate a todo tipo de violência. Nesse sentido, Lagarde (2016) exemplifica as dimensões do processo de construção da sororidade feminina, que engloba:

“A dimensão da sororidade objetiva, sobretudo: Defender de ataques, agressões e qualquer forma de violência e abuso, o desrespeito aos nossos direitos humanos, a prevenção da autocomplacência, a vitimização e a opressão das mulheres são os objetivos políticos éticos da irmandade, feminismo, alcançar seu impacto social, cultural, jurídico e político é outro objetivo vinculante da aliança” (Lagarde, 2016: 27).

Dentro dessa perspectiva Tavares (2014: 26) alerta que o fundamental para a construção de ações e relações de sororidade, é possível quando a mulher “enxergar-se na outra mulher. Reconhecer nela as próprias fraqueza, opressões, julgamentos, dores, virtudes, força. Por meio da compreensão mútua, nos vemos vítimas dos nossos próprios preconceitos. E é aí que a sororidade funciona: para desconstruir a ideia de que as mulheres são rivais”. Funciona também na forma como o grupo de mulheres se organizam, trocam experiências e se identificam com outras mulheres apesar das diferenças sociais, étnicas e económicas, que referi atrás.

Nesse mesmo sentido, Penkala (2014: 225) assume a sororidade “como um pacto político e ético de irmandade entre as mulheres que despertam práticas a fim de preservar e estimular a proteção, solidariedade e defesa entre as mulheres e, assim, enfrentar o patriarcado”. De acordo com Garcia e Souza (2015: 103) a sororidade consisti também em “conscientizar as mulheres sobre a misoginia. É um esforço pessoal e coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres”. Portanto, “a partir do momento em que ocorre o esforço para unir as mulheres e ir contra o mito da rivalidade feminina, acontece, ao mesmo tempo, o empoderamento feminino gerado por elas próprias através da prática da sororidade” (Silva, 2016: 49). Desse modo, o empoderamento através da sororidade “permite que as mulheres possam colocar em evidência também o feminismo, porque esse se materializa a partir dessa vivencia solidária entre as mulheres” (Silva, 2016: 49).

Reafirmar o conceito de sororidade como um aliado das mulheres no combate a violência contra/sobre as mulheres, assim como a luta contra as desigualdades entre mulheres, propicia a reflexão sobre a visão do feminino no interior desse contexto, não queremos colocá-las como vítimas da sociedade, uma vez que:

“Não devemos (...) com a crítica do mito da rivalidade feminina, criar o mito da mulher naturalmente compadecida. Como se as mulheres não fossem seres humanos iguais a outros quaisquer, que experimentam todos os tipos de afetos, dos mais bonitos, como compaixão, até os mais odientos e perversos” (Tiburi, 2016: 8).

Dessa maneira, no que diz respeito a presente investigação, as mulheres são compreendidas na sua pluralidade, pois não fazem parte de um grupo homogêneo. É primordial alcançar as vozes de todas as mulheres e compreendê-las como um grupo heterogêneo (Young, 1900) onde habitam as várias diferenças, culturais, sociais, geográficas e principalmente as diversas identidades do sujeito-mulher (Koning, 2005).

É nesse sentido que as ações e relações de sororidade atuam, na busca por acolhimento e união, permitindo construir uma ciranda que abraça todos os laços, diferenças e empatias, almejando edificar no interior das ações de sororidade um ambiente empoderador para o sujeito feminino, no qual as mulheres se unem na busca por Direitos Humanos e igualdade entre todas as pessoas.

Ciberativismo e as novas configurações do Movimento Feminista: Juntas de mãos dadas numa ciranda online

O presente capítulo discute as novas configurações do Movimento Feminista com o objetivo de refletir sobre como essas novas vertentes dialogam com o crescente ativismo social nas redes sociais, em que se insere o presente estudo. Neste enquadramento, é interessante referir que a partir da Revolução Francesa algumas mulheres começaram a se organizar para andarem de mãos dadas, numa ciranda, na busca pelos seus direitos políticos, culturais e sociais.

Ainda que o Movimento Feminista seja compreendido muitas vezes de forma homogênea, entendemos, na linha do que defendem várias fações do próprio movimento, que a organização das mulheres deve ser concebida na sua pluralidade, uma vez que dentro do conjunto do sujeito-mulheres existem muitas diversidades e lutas de grupos organizados.

De acordo com Marques, Macedo e Canotilho (2003: 110), “a teoria feminista é uma teoria de crítica à sociedade, que desafia a ordem social e os códigos culturais, dimensão que se constitui como importante para o conhecimento, articulação e transformação das relações de gênero com o social, o económico e o político”. Desse modo, o Movimento Feminista é fundamental para a transformação da sociedade, uma vez que almeja na sua essência relações sociais mais justas e igualitárias para todas as pessoas. Nesse sentido, ao longo das décadas, o Movimento foi um protagonista fundamental no encorajamento de mulheres no combate aos abusos da sociedade patriarcal. Essa luta pela vida das mulheres que o Movimento defende alcançou conquistas que refletem atualmente no cotidiano de muitas mulheres (mas não de todas), tais como: Direitos educacionais, o direito de votar, direitos civis, políticos e a liberdade feminina em relação aos seus pensamentos, corpo e opinião.

À vista disso, discutiremos a seguir o Movimento Feminista a partir da Pós-Modernidade, assim como a sua pluralidade, que se desenvolveu fundamentado na supracitada corrente. Essa opção teórica foi eleita uma vez que o princípio dessa vertente dialoga mais profundamente com o contexto das redes sociais, campo de investigação da presente dissertação, em que se identificam continuidades e singularidades.

Referente ao Movimento Feminista no campo da pós-modernidade Marques, Macedo e Canotilho (2003) explicam que:

“Deve assumir-se na pluralidade da identidade social, substituindo noções unitárias de mulher e de identidade de gênero feminino, procurando a complexidade e assumindo o gênero como importante, dentro de outro leque de variáveis tão importantes como o próprio gênero: etnicidade, idade, orientação sexual, classe, etc.” (Marques, Macedo e Canotilho, 2003: 106)

Nesse sentido, ao assumir a pluralidade das mulheres, assim como a profundidade das suas necessidades individuais e identidades, o Movimento Feminista torna-se ainda mais complexo, uma vez que atender as suas multi-racionalidades requer uma organização e militância crescente das mulheres, pois as singularidades de cada grupo feminista devem ser respeitadas e as suas urgências supridas.

No que diz respeito ao feminismo da pós-modernidade, Tavares (2008) explica que essa vertente se centra nas seguintes questões:

“A desconstrução do sujeito mulher; a recusa da grande narrativa da opressão da mulher, da ordem patriarcal e do fim da opressão; o reconhecimento da

diversidade das necessidades e experiências das mulheres; o abandono da noção de situações únicas e universais; a crítica ao essencialismo. (Tavares, 2008: 63)

Ainda relativamente ao feminismo *da* e *na* pós-modernidade, Macedo (2003) afirma: “tem que distanciar-se do campo das metáforas biológicas e (re)situar-se na metáfora da complexidade, da multireferencialidade e da inter-relação, captando a multiplicidade dos significados dos fenómenos e processos sociais, numa análise crítica do género” (Macedo, 2003: 119).

Na linha da afirmação acima, o Movimento Feminista precisa lançar um olhar sobre as necessidades de cada grupo de mulheres, assim como perceber o diálogo entre eles, com o intuito de juntos combater a desigualdade de género e a violência sobre as mulheres, pois “o feminismo tem algum poder para transformar o mundo, definindo e redefinindo a realidade a partir das suas teorias e atuando sobre ela” (Macedo, 2003: 111). Desse modo o Movimento Feminista precisa reconhecer e respeitar a sua diversidade. Uma vez que, ainda nas palavras de Macedo (2003):

“Reconhecendo o movimento feminista como uma composição colorida e de texturas diferenciadas, onde é possível a polifonia às vezes harmoniosa, outras conflitual, torna-se possível falar deste como um colectivo plural, unido contra as mais variadas discriminações a que mulheres e homens estão sujeitos, que reclama e *age* no sentido de cidadania(s) equitativas e plenas, justas e inclusivas, pois reconhece e denuncia que a cidadania (dita) universal é exclusora” (Macedo, 2003: 122)

Nessa continuidade, é por reconhecer o feminismo como um movimento plural cujos contributos permitem fundamentar teoricamente a minha análise, que a seguir debruço-me a discutir as novas configurações do movimento feminista, pois é fundamental para este estudo refletir o contexto das redes sociais, como um ambiente que envolve em simultâneo os vários grupos feministas e suas lutas, uma vez que “quanto mais diferentes somos, mais dependemos do nosso mútuo reconhecimento e dos nossos laços e, nessa base, poderemos ver as nossas próprias relações como componentes-chave no processo de ação coletiva sobre as nossas preocupações e reivindicações partilhadas” (Magalhães, 2007: 240-241).

Desse modo, trazendo para o centro do debate o reconhecimento das diferenças entre as mulheres, tal como se defende neste trabalho, o feminismo interseccional representa as intersecções, assim como os recortes de opressão vivenciados no contexto de dominação e exploração da sociedade estruturada numa base patriarcal. Nesse sentido, a Interseccionalidade “é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas

e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” (Hirata, 2014: 69). Por sua vez, Pocahy (2011) acentua que “a articulação prática-conceitual da interseccionalidade surge precisamente do plano das articulações do Black feminism, movimento social que contestou a representação majoritária do feminismo branco e de classe média nos Estados Unidos. (Pocahy, 2011: 20; ver também Macedo, 2003). Desse modo, ao longo das décadas o conceito de interseccionalidade dentro do campo feminista apresenta-se com mais destaque nos debates do movimento. Nesse seguimento, o feminismo interseccional preocupa-se com os recortes de opressão das questões ligadas a raça, sexualidade, classe e gênero do sujeito-mulheres, nesse sentido o movimento igualmente reconhece que cada mulher passa por experiências de dominação e opressão de forma diferente, a depender da classe social onde está inserida, assim como da sua ‘raça’ e sexualidade, pois as relações de poder no contexto da sociedade patriarcal modificam-se de acordo com os fatores acima mencionados. Desta maneira, Pocahy (2011) acrescenta que:

“Constitui-se a interseccionalidade como contribuição para compreender-intervir diante das formas de regulação sociocultural das subjetividades, especialmente a partir dos agenciamentos discursivos que produzem as materialidades de raça/etnia, classe, gênero, sexualidade e localidade, entre outros marcadores sociais e culturais de identidade e diferença. (Pocahy, 2011: 21).

De forma útil para a análise que aqui se pretende desenvolver, Bilge (2009) argumenta que “a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (Bilge, 2009: 70). Portanto, o feminismo interseccional, responsável pela intersecção das inúmeras opressões é fundamental para o protagonismo das mulheres negras no campo social, uma vez que são essas mulheres que sofrem cotidianamente com uma tripla violência: preconceito de classe social, racismo e machismo. Logo, o pensar um movimento feminista pela ótica do conceito da interseccionalidade é imprescindível para garantir as mulheres negras uma vida em sociedade mais digna, justa e igualitária.

Relativamente ao feminismo negro, Macedo (2003) argumenta que esse movimento “é tipificado pelas forças complementares de um forte ativismo no campo da vida social e do cotidiano e pela formulação de teorias para a transformação de uma ordem social opressora e exclusora” (Macedo, 2003: 126). Nesse sentido, Damasco, Maio e Monteiro (2012) afirmam que no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990:

“Sob a influência do feminismo anglo-saxão, inicia-se nesse período uma crítica pelo fato de o feminismo ser liderado por mulheres brancas, urbanas e da classe média alta. Apontava-se, ainda, a necessidade de promover discussões mais amplas acerca de conceitos como classe social e raça. Nesse momento, mulheres negras questionaram a ausência da temática racial no movimento” (Damasco, Maio e Monteiro, 2012: 135)

Esse novo olhar para as mulheres surgiu da aliança entre o Movimento Feminista e o Movimento Negro, no qual juntos protagonizaram a ascensão do Feminismo Negro. Essa nova identidade política coloca como centro na mesa de debate as questões raciais, de classe e gênero, debatendo a condição específica de ser mulher negra no contexto de uma sociedade estruturada no patriarcado. Segundo Damasco, Maio e Monteiro (2012), o movimento feminista negro ao trazer para a cena política as bandeiras de luta levantadas pelo movimento negro permitiu o enegrecimento do movimento feminista, uma vez que esse conjunto de mulheres passam a reivindicar os seus direitos também na esfera da igualdade de gênero.

De acordo com Macedo (2003), as preocupações do feminismo negro centram-se na luta pelo empoderamento das mulheres negras, pela afirmação das questões raciais no discurso feministas, pela desconstrução do patriarcado, assim como lutam contra a opressão às mulheres negras em todas as esferas da sociedade, reivindicam os direitos sexuais, religiosos, educacionais e culturais. Desse modo, “todas estas preocupações dão corpo à localização do conhecimento e da experiência das mulheres negras como mais valia para a luta política, dão razão à existência estratégica de políticas de identidade” (Macedo, 2003: 127).

Desta maneira, a afirmação do feminismo negro é fundamental para a construção de um movimento feminista mais sólido, que envolva as questões plurais de todas as mulheres no combate ao racismo, assim como na defesa dos direitos humanos. Todas, independente da raça ou classe social, juntas numa grande ciranda na busca pela igualdade de gênero e o fim da violência contra a mulher.

Ao pensar na história do Movimento Feminista, nos deparamos também com a exclusão das mulheres transsexuais dos debates e lutas que envolvem o movimento. Questão esta também primordial, pois este debate abraça um grupo de mulheres que interagem com as páginas do facebook e buscam nelas a sororidade feminina. Portanto, é na reivindicação pelos seus direitos e lutas que nasce a corrente do feminismo chamada de Transfeminismo ou Feminismo Transgênero, uma linha de pensamento em construção.

Jesus e Alves explicam que “o feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres” (Jesus e Alves: 14). Referente as preocupações e princípios do transfeminismo Jesus (2013) apresenta quatro pontos centrais da luta das mulheres envolvidas nessa linha de pensamento, são eles:

“1) Redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) Reiteração do caráter interacional das opressões; (3) Reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) Validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero” (Jesus, 2013: 5).

Portanto, é no contexto da luta para concretização desses princípios que o transfeminismo vem ganhando notoriedade no cenário mundial e brasileiro, almejando incluir todas as mulheres transsexuais na agenda feminista, com o intuito de assegurar para todas direitos fundamentais de todos os seres humanos. É no contexto desse ambiente de reivindicações que Jesus e Alves argumentam um futuro empoderador e transformador:

“É no bojo do fortalecimento do movimento transgênero, com a paulatina conscientização política da população trans e o reconhecimento da histórica resistência das pessoas transgênero, em especial as travestis, e da aproximação efetiva desse movimento com o feminismo teórico e prático, que se começa a adotar o conceito de “feminismo transgênero” ou “transfeminismo”. O feminismo transgênero pode ser compreendido tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos” (Jesus e Alves: 14)

Assim sendo, o transfeminismo reconhece a interseccionalidade entre as inúmeras identidades dos sujeitos, assim como as experiências de opressão vividas pelas cidadãs e cidadãos que não se encontram inseridos nos padrões impostos pela sociedade. Logo, essa linha de pensamento feminista luta pelo empoderamento dessas mulheres, com o intuito de cessar toda e qualquer forma de desigualdade social, uma reflexão interessante para este estudo, na medida em que as mulheres que interagem com as páginas do facebook, apresentam-se na sua pluralidade, portanto reconhecer a interseccionalidade, assim com o transfeminismo e as outras vertentes do movimento feminista é fundamental para assumir as particularidades de casa mulher.

Diante das novas configurações do pensamento feminista, de forma particularmente relevante para esta investigação que foca na construção da sororidade entre as mulheres no contexto das redes sociais, as ativistas desse movimento esbarram também no Ciberativismo, uma nova forma de ativismo. Desse modo o movimento feminista encontra nas redes sociais e blogs uma nova geração de mulheres que utilizam o ambiente online para expor suas ideias e ideais, encontrando neste terreno um campo de diálogo, no qual atingi milhares de pessoas em simultâneo, assim como permite uma abordagem direta e reflexiva acerca das lutas contra a violência sobre as mulheres, fomento através das publicações o debate acerca das questões que o movimento feminista defende. Referente ao ativismo social no ambiente das redes sociais, Alcântara (2016) argumenta que:

“Podemos apontar o ciberativismo como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais, caracterizada pela reestruturação das práticas cotidianas de comunicação, por interações mediadas pelas NTICs e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade. Esse novo padrão comunicativo implica na geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, assim como de subjetividades políticas” (Alcântara, 2016: 332).

Nesse sentido, Dornelles aponta que “o meio de comunicação propiciado pela Internet possibilita a comunicação em escala mundial” (Dornelles, 2004:245), portanto é dentro desse contexto mundial de fácil comunicação no ambiente das redes sociais, que o movimento feminista explora e atua no combate a violência sobre as mulheres e igualmente luta pelos direitos humanos das mulheres e igualdade entre todas as pessoas.

Desse modo, as vozes das mulheres ativistas que lutam pelos seus direitos em correntes do feminismo, podem encontrar no ambiente virtual uma oportunidade de alcançar um público muito maior, como ocorre com o grupo de mulheres que estão à frente da rede de impacto social “Mete a Colher” e o movimento “Vamos Juntas?”, objetos de estudo da presente investigação. Nesse seguimento, e de forma relevante para a presente discussão, Canotilho e Magalhães afirmam que:

“As mulheres são atoras sociais e as suas ações, ainda que heterogêneas, ainda que nem sempre qualificáveis como ação política, são parte integrante da formação política. Quer através das vozes, quer através dos silêncios, participamos na formação política de forma diversificada e, portanto, com resultados políticos diversos” (Canotilho & Magalhães, 2006: 94).

Por sua vez, Vegh (2003: 71) afirma que o ciberativismo refere-se “a utilização da internet por movimentos politicamente motivados”, os quais encontram no mundo virtual condições de visibilidade maior e de baixo custo, com a finalidade de “alcançar suas tradicionais metas ou atuar contra as injustiças que ocorrem na própria rede” (Santos, 2011: 3). Esse espaço de visibilidade das redes sociais pode garantir, portanto, que os movimentos feministas possam falar por si mesmos e levar a sua voz através de um meio de comunicação que concebe uma maior liberdade de expressão, porque o ambiente online consegue atingir um número maior de sujeitos. Desse modo, o ciberativismo junto com as novas configurações do movimento feminista conquista um espaço de luta e passa a poder construir uma grande ciranda online no combate a violência contra as mulheres, pode também constituir um locus de educação, como discute o ponto seguinte.

Processos Educativos nas Redes Sociais: Um novo campo da Educação Informal?

Diante do enorme crescimento das Redes Sociais, é necessário refletir acerca desse ambiente virtual no qual as e os sujeitos interagem entre si. Assim sendo, é fundamental construir uma reflexão no que diz respeito aos processos educativos fruto de toda interação humana, incluindo o campo virtual como potencial espaço novo da Educação Informal.

Para tanto, é necessário introduzir a priori o conceito de Educação, segundo o artigo primeiro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9,394, de 20 de dezembro de 1986: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996). Desse modo, podemos compreender que a educação é inerente a vida de todas e todos os sujeitos, pois constantemente estamos de algum modo imersos em processos educativos.

De acordo com Maturana (2002) a educação é um processo que dura toda a vida. Que nos molda e nos transforma. Nesse sentido, Brandão (2013) afirma que “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar” (Brandão, 2013). Portanto, sendo a educação caracterizada como

processo contínuo durante toda a vida do ser humano, não estamos imunes a ela, bem como não podemos ignorá-la, pois a educação é vital para as e os sujeitos.

Dessa maneira, compreende-se que o meio social no qual o sujeito encontra-se inserido é fundamental para a construção de processos educativos, no entanto na concepção que suporta esta dissertação o processo de ensino-e-aprendizagem é uma dialética, uma troca entre os envolvidos, uma interação. Inter-ação esta que não é hierárquica, podendo sim uma e outra geração educar-se simultaneamente.

Portanto, a educação não se apresenta de um único modo. O que há são educações e vários ambientes nos quais esse processo floresce. À vista disso, a educação pode apresentar-se como: Formal, não-formal e informal. Discutir as diferenças entre essas educações permite compreender qual a educação que se faz presente no ambiente das redes sociais.

No que diz respeito a educação formal Gohn (2006) afirma que os ambientes são mais normatizados, com a presença de padrões comportamentais definidos previamente, bem como regras a serem cumpridas. Portanto, “estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais” (Gohn, 2006: 2). Sendo o ambiente escolar espaço da educação formal, entende-se que o seu programa educacional é escolhido antecipadamente, uma vez que “as metodologias são, usualmente, planejadas previamente segundo conteúdos prescritos nas leis. As metodologias de desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem são compostas por um leque grande de modalidades, temas e problema” (Gohn, 2006: 3). Parecendo possuir uma visão um pouco reducionista sobre a educação escolar, a mesma autora também argumenta que:

“A educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado. Organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/ classe de conhecimento.” (Gohn, 2006: 2)

Desse modo, a escola é um ambiente no qual fazem parte professores e alunos, onde os dois grupos se educam e se comunicam através do currículo escolar, com foco no processo de ensino, pois “entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver

habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc” (Gohn, 2006: 2). A educação formal, através do uso das tecnologias da informação, pode utilizar o ambiente online como ferramenta de ensino, assim como, aliado as redes sociais, construir também no contexto escolar relações de sororidade.

Conceber a educação como processo inerente à formação de todo ser humano, nos remete a perceber que o ambiente escolar não é o exclusivo espaço de aprendizagem, abrindo espaço à conceitualização da educação não formal e informal. Entende-se que “a educação existe onde não há escola e por toda a parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida” (Brandão, 2013). O mesmo autor argumenta que sendo a educação responsável por abranger todos os processos de formação, estes podem acontecer nos mais variados espaços sociais, caracterizando a educação não apenas como um processo restringido a escola, mas também aqueles que ocorrem para além dos muros do ambiente escolar. Desse modo, a seguir discuto no que consiste a educação não-formal e informal, discussão que me permite acentuar potenciais contributos do ciberativismo na construção e consolidação da sororidade entre as mulheres.

Aymon (2007) afirma que a educação no contexto não formal é aquela que decorre em paralelo à aprendizagem formal, no entanto os sistemas de ensino e formação não conduz, necessariamente, a certificados formais. Clarificando, Gohn assume que:

“A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.” (Gohn, 2006: 2).

Portanto, podemos compreender que a aprendizagem não formal se manifesta em qualquer ambiente fora da escola no sentido mais convencional, que aqui se apresentou, que construa atividades educacionais, tais como os museus, bibliotecas, organizações não governamentais, projetos sociais, sindicatos, associações de bairro, espaços culturais,

entre outros ambientes que constroem ações educacionais. Logo, o ambiente da educação não-formal se constitui como um possível campo de atuação das redes “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” fora do ambiente virtual.

Desse modo, um dos grandes desafios dessa forma de aprendizagem para este trabalho é defini-la, bem como caracterizá-la como uma área das ciências da educação. Para Aymon (2007) a educação não formal representa, por conseguinte, um conjunto extremamente variado de ofertas, actores, práticas de formação, até mesmo de transformação dos sujeitos aprendentes envolvidos em histórias de aprendizagem dinâmicas. (Aymon, 2007: 16). Nessa perspectiva, diante de um extenso campo de atuação, a aprendizagem fora do ambiente formal da escola esbarra no “sentido de oposição que pode ser atribuído a práticas de educação não formal como oposição a escolar ao invés da ideia de complementaridade” (Zucchetti e Moura, 2007: 198), uma vez que assume práticas pedagógicas que também assumem um conteúdo programático, no contexto de um projeto previamente estruturado, abraçando intencionalidades educativas, no entanto as práticas de educação não formal apresentam flexibilidade de locais tempo e conteúdos de acordo com o público alvo.

No que concerne a educação informal, Gohn (2014) assume as práticas educativas caracterizadas por serem informais:

“Como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigo; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (Gohn, 2014: 40)

Para a mesma autora, no contexto da educação informal, os professores, denominados como agentes educativos são as e os sujeitos que fazem parte do meio social do individuo cotidianamente, tais como: A família, os vizinhos, amigos, meios de comunicação, etc. Geralmente, todos aqueles que de alguma forma fazem parte da vida do ser humano.

Diferente da aprendizagem formal e não formal entende-se que “a educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiências anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não

organizado. (Gohn, 2006: 2). Nesse sentido, Aymon (2007) argumenta que a aprendizagem informal se caracteriza por ser um acompanhamento natural do cotidiano, afirmando que este tipo de educação não é necessariamente intencional. Particularidade esta que dificulta o reconhecimento deste tipo de aprendizagem como sendo uma prática educativa que constrói e enriquece as aptidões e conhecimentos dos sujeitos.

Portanto, sendo as interações no decorrer da vida dos indivíduos o espaço de construção da educação informal, que parece ser aquela que decorre no espaço do ciberativismo, esta aprendizagem apresenta-se de forma desestruturada, diferente da educação formal e não formal, pois todas as experiências educativas vivenciadas ao longo da vida não são planejadas, acontecem ao longo do dia-a-dia. Torna-se assim relevante acentuar que “na educação informal os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.” (Gohn: 2006: 3). Sendo assim, dentro dessa perspectiva, Barroso (2017) reconhece que “é na educação informal onde a transmissão cultural entre gerações ocorre, salientando-se o desenvolvimento de uma vasta gama de percepções, sentimentos e atitudes. (Barroso, 2017:23).

Inserindo-se neste debate, Cavaco (2002) compreende a educação informal como uma ação que possui como consequência alterar as atitudes dos sujeitos, comportamentos e conhecimentos. Surgindo “no âmbito das ciências educativas, como uma corrente contrária ao monopólio e a hegemonia da escola como única via de aquisição de conhecimento” (Cavaco, 2002: 27). Dentro deste panorama, a educação informal assume-se como uma aprendizagem complementar a educação não formal e formal. Apresentando-se como “um processo contínuo e permanente, incidindo sempre na interiorização de valores e de comportamentos de um indivíduo dentro do meio envolvente em que ele vive, tais como a família, o espaço profissional ou a envolvimento social e política” (Cavaco, 2002:39). No que diz respeito aos espaços de atuação da educação informal, Gohn (2006) afirma que:

“Tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu etc. (...) A informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados” (Gohn, 2006: 2).

Concebendo a educação informal como um processo inerente a vida de todas as pessoas, e que também se reflete no ciberativismo, pode-se compreender que “das três formas de aprendizagem, a aprendizagem informal é a de mais longa e antiga tradição na história da humanidade, estando inscrita de forma indelével nas sociedades humanas, ao acompanhar e ao fundir-se com o processo de socialização. (Aníbal, 2014: 36). Nesse sentido, a educação informal é uma prática indispensável no que diz respeito ao processo de sociabilização dos sujeitos, pois é através da aprendizagem dentro do contexto informal que os indivíduos constroem suas crenças e identidade, pois esse processo “socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento” (Gohn, 2006: 2).

Dentro desse enquadramento acerca dos tipos de educações presentes no interior da sociedade, concebe-se que “a educação informal tem como método básico à vivência e a reprodução do conhecido, a reprodução da experiência segundo os modos e as formas como foram apreendidas e codificadas” (Gohn, 2006: 3) tal como ocorre na comunicação online. Conhecido este que se apresenta de diversas formas no decorrer da história da humanidade, portanto a aprendizagem informal deve também obedecer os contextos sociais vigentes, pois “a educação é uma invenção humana e, se em algum lugar foi feita um dia de um modo, pode ser mais adiante refeita de outro, diferente, diverso, até oposto” (Brandão, 2013). Seguindo este pensamento, Nóvoa (2009) alerta que:

“A escola deve libertar-se de uma visão regeneradora ou reparadora da sociedade, assumindo que é apenas uma entre as muitas instituições da sociedade que promovem a educação. Nesse sentido, pensar de outro modo o espaço público da educação, através de um aproveitamento das potencialidades culturais e educativas que existem na sociedade” (Nóvoa, 2009: 9).

Dessa forma, é imprescindível refletir acerca das muitas formas de educação e espaços educativos presentes na sociedade, desde a educação escolarizada à educação do cotidiano, pois conceber que os processos educativos são inerentes à vida no contexto social, nos permite estar atentos ao que nos move, bem como ao que move e transforma a sociedade: A educação. Igualmente nos permite compreender acerca da atuação desses processos educativos na construção da sororidade entre as mulheres.

Após esta breve explanação no que diz respeito aos processos educativos existentes, debruço-me a discutir relativamente às redes sociais como um novo campo de

atuação da educação informal, uma vez que este ambiente virtual atualmente faz parte do cotidiano de uma parcela ampla da população, que interage, comenta e participa deste meio social. Dando força a esta ideia que orienta a minha pesquisa, no que concerne ao conceito de redes sociais e mídia social, Gindre (2016) defende que:

“As redes sociais dizem respeito a grupos de pessoas que possuem e compartilham interesses comuns e/ou relacionamentos. Já as mídias sociais são sistemas online projetados para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos diversos formatos, ou seja, são os meios pelos quais as redes sociais são sustentadas.” (Gindre, 2016: 7).

É dentro do contexto de crescimento do uso das redes sociais virtuais que assistimos a uma nova transformação das configurações sociais, bem como da construção de novos ambientes educacionais, pois:

“A Internet constitui, nos nossos dias, um dos mais importantes meios de comunicação educativa com poderoso impacto na exposição e partilha de informação e conhecimento essenciais para o processo de socialização e de integração das pessoas, bem como para a construção de representações sociais, de valores, de comportamentos e de capacidades que um indivíduo necessita para a sua plena realização e afirmação social” (Barroso, 2016: 2).

Desse modo, a partir do crescimento da rede mundial de computadores, bem como do surgimento das redes sociais, os ambientes de convívio virtual se alargam e apresentam um espaço vivo e ativo de comunicação, interação e educação informal, uma vez que a mesma se manifesta no interior das relações humanas. Nesse sentido, Aníbal (2014) alerta que com “o ritmo da mudança social e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação proporcionaram mudanças radicais nas formas de aprender e ensinar que extravasam necessariamente os muros da instituição escolar e obrigam a olhar para estes novos modos informais de aprender.” (Aníbal, 2014: 36).

Esta mudança leva a novos desafios, pois o espaço virtual apresenta um campo de subjetividades e liberdade que atravessam as barreiras do espaço formal e não formal. Portanto a comunidade educacional deve adaptar-se às novas tecnologias e percebê-la como um novo campo da educação informal. Nesse seguimento:

“As aprendizagens realizadas informalmente, presentes ao longo de toda a história da humanidade, ganham, assim, nas sociedades atuais, um novo impulso, tornando-se sobretudo mais visíveis, menos ofuscadas e subjugadas pelo saber escolar. Ganham novos contornos, sobretudo pela mediação incontornável das

novas tecnologias, com importantes consequências ao nível da forma de apropriação dos saberes” (Aníbal, 2014: 37).

Na mesma linha, Coutinho e Alves (2010) argumentam que “a interação e a comunicação “sem hora e local marcado” ampliam as possibilidades de exploração de novas experiências interpessoais, profissionais, culturais e educacionais para além de fomentar o estabelecimento de novas formas de sociabilidade” (Coutinho e Alves, 2010: 208). Características estas inerentes a educação informal, como dimensão identificada nesta pesquisa.

Conceber o espaço virtual como campo de construção de novas formas de relações humanas, promotoras de novos modos de relação, requer pensar além das potencialidades referidas, as fragilidades que se centram no “facto de constituir um emaranhado amorfo e caótico de informações, onde predominam as opiniões em detrimento dos factos, dada a liberdade de criação de páginas web, onde cada um escreve ao sabor das suas paixões e convicções” (Coutinho e Alves, 2010: 208). Portanto, no âmbito das redes sociais o bombardeio de informações e comentários usurpam a realidade de modo que as interações humanas, por vezes, se tornam supérfluas, no entanto o campo virtual constitui-se como potencializador de novas culturas e novo modo de olhar o mundo e a si mesmo, como irei explorar. Consequências estas advindas da forma como são configuradas as redes sociais:

“As comunidades funcionam como uma moderna lista de discussão, porém mais personalizada, no qual os laços sociais (os amigos/friends) agenciam e potencializam as conexões de cada um com todos os demais, onde as normas são definidas de acordo com valores criados pelos próprios integrantes em um sistema auto-regulado” (Machado e e Tijibo, 2005: 6)

Da mesma maneira que é uma ferramenta atual indispensável para pensar as interações entre sujeitos, bem como práticas educativas, as redes sociais confrontam-se com a possibilidade de construção de uma identidade que pode não ser verdadeira, uma vez que, de acordo com Felinto (2002), a identidade passa a ser fruto de um processo de construção intencional, e, desse modo, as e os sujeitos teriam total liberdade na reelaboração de sua personalidade. A pessoa passa a ter a liberdade de criar e recriar em incontáveis momentos a sua própria identidade. é dentro desse espaço virtual que oferece possibilidades diversas à e ao sujeito de se expressar e defender sua opinião que os processos educativos informais alcançam ascensão e provocam efeitos educacionais diversos, pois as práticas de educação informal são construtoras da nossa formação ao

longo da vida, da mesma maneira como o ambiente online, bem como a sua organização, permitem firmar-se como um novo campo da educação informal.

CAPÍTULO III – SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CIRANDA: PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta as escolhas metodológicas que corpoeizaram a análise de dados que culminou no resultado final. No primeiro momento, abordo a importância do ato de investigar para a visibilidade das questões que envolvem o combate as violências contra as mulheres, uma vez que as pesquisas em ciências humanas e sociais são primordiais para compreender, fundamentar e pensar essas questões. A seguir, debruço-me sobre a reflexão acerca do método escolhido, e posteriormente lanço um olhar analítico sobre as páginas eleitas para a investigação: “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, em busca de ações e relações de sororidade, que definimos como objeto desta pesquisa. Por fim, apresento os procedimentos realizados na construção da investigação, assim como as categorias e subcategorias de análise.

Sobre o ato de investigar

A curiosidade é uma capacidade inata de todo ser humano, quando crianças somos indivíduos extremamente curiosos, na vida adulta a curiosidade pode nos levar a temáticas de investigação que podem culminar na mudança da sociedade vigente. Para Sousa (2009) “investigar refere-se, em termos etimológicos, em entrar nos vestígios, em procurar nos sinais o conhecimento daquilo que os provocou.” (Sousa, 2009: 11). Sendo assim, se algo nos provoca, nos faz refletir, devemos debruçar-nos em uma fecunda busca dos significados atribuídos aquilo que nos tirou da inércia. O ato de investigar permeia a criatividade do ser humano, bem como a sua inquietude diante do questionamento que move a pesquisa. Em conformidade com Sousa (2009):

“Interessa que uma investigação ultrapasse as fronteiras do conhecimento atual, avançando em áreas ainda pouco conhecidas, desbravando novos conhecimentos, procurando trazer à luz conhecimentos que sejam úteis a toda a humanidade, a uma nação, a uma ciência ou apenas a um grupo específico de sujeitos. O seu objetivo centra-se na procura de conhecimentos que sejam úteis para o aumento do bem-estar humano.” (Sousa, 2009: 12)

Portanto, sendo a investigação a busca por conhecimentos que permitam a efetivação do bem-estar humano, cabe ao campo educacional constituir-se como objeto

de investigação, em razão da importância da educação na promoção do bem-estar dos seres humanos.

Sendo educação presente em todas as esferas da sociedade, apresentando-se como Educação formal, não-formal e Educação informal, a qual é o foco da presente investigação, Charlot (2006) defende que “a educação é um triplo processo de humanização, socialização e entrada numa cultura, singularização-subjetivação. Educar-se um ser humano, um membro de uma cultura, um sujeito singular.” (Charlot, 2006: 15).

À vista disso, compete discutir brevemente as características e desafios da investigação em educação. Para tanto, debruço-me especificamente nas reflexões de Charlot (2006) acerca da especificidade em Ciências da Educação, que aqui interessa relevar dado esta pesquisa ser desenvolvida nesse campo de produção de ciência. O supracitado autor afirma que falta à disciplina Ciências da Educação uma definição epistemologicamente mais forte e consistente, pois:

“É um campo do saber fundamentalmente mestiço, em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos, e, de outro lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos. O que define a especificidade da disciplina é essa mestiçagem, essa circulação.” (Charlot, 2006: 9).

Desse modo, ainda em consonância com Charlot (2006), o campo da pesquisa em educação apresenta alguns discursos que muitas vezes não respeitam o rigor científico necessário para realizar uma profícua investigação em educação. Dado que, “um discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados. A pesquisa em educação (ou sobre a educação) produz um saber rigoroso como é todo saber científico.” (Charlot, 2006: 10).

No entanto, “qualquer tipo de opção que se faça na investigação em educação comporta os seus riscos, principalmente numa altura em que o investigador ainda não detém estatuto científico que lhe permita determinada margem de manobra.” (Sousa, 1997: 9). Portanto, o investigador em educação necessita buscar a verídica cientificidade da sua pesquisa, obedecendo o rigor científico de qualquer investigação. De acordo com Hadji e Baillé (2001), uma investigação consoante ao saber científico deve obedecer dois momentos de pesquisa, são eles: Uma fase de invenção, de construção do saber no seu sentido próprio e uma fase de verificação ou de submissão à prova.

Nesse sentido, uma pesquisa educacional não deve ser intuitiva, de opinião, pautada na mera experiência do investigador. A pessoa que investiga deverá ser sensível e conceber que “no campo científico, as estratégias apresentam sempre duas facetas. Têm uma função puramente científica e uma função social no campo.” (Bourdieu, 2004: 79). É essa função social que corresponde às inquietações do sujeito que está promovendo a investigação, pois não existe um ato de investigar isento de uma mudança intimamente ligada à sociedade. Toda investigação é carregada por anseios de transformação e questionamento, uma vez que põe em causa determinados saberes e construções sociais.

Em vista disso, não existe neutralidade no ato de investigar, uma vez que somos sujeitos pertencentes a uma sociedade e junto com ela carregamos no íntimo as nossas vivências, histórias, experiências e todos esses elementos nos acompanham no olhar sobre a investigação. Nessa acepção, a pessoa que pesquisa “em educação não consegue assim tão facilmente se desligar de toda uma carga histórica da própria Investigação.” (Sousa, 1997: 1). Por conseguinte, o nosso olhar sobre o conhecimento deriva sempre de um lugar que se encontra em nós, este olhar nos guia sobre como vamos enxergar a investigação. Sendo assim, “hoje é incontestável que a maior parte das nossas ideias e das nossas tendências não são elaboradas por nós, mas surgem-nos de fora, só nos podem penetrar impondo-se.” (Durkheim, 2001:31). Já na perspectiva de Bourdieu:

“Num universo como o da ciência, as construções individuais, que são sempre, de fato, construções coletivas, estão sujeitas a transações reguladas não por regras transcendentais de uma epistemologia, de uma metodologia ou até da lógica, mas pelos princípios de sociabilidade específicos impostos pela pertença ao campo que são tais que se ignorarmos ou as transgredimos, excluimo-nos.” (Bourdieu, 2004: 101).

A pertença ao campo social e da investigação, permite a quem investiga conceber um sentimento de responsabilidade, no sentido de construir uma pesquisa que possa mudar o mundo, que possa fomentar a supracitada mudança na sociedade, pois o exercício da investigação deve ser útil para a comunidade. A pessoa que investiga é incumbida de pensar o mundo, colocar em causa as questões pertinentes à sociedade, para tanto “ainda que a relação da pesquisa se distingue das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos” (Bourdieu, 2001: 694). Em conformidade a esses efeitos, é verossímil afirmar que as ou “os cientistas nunca são os “génios singulares” de quem se faz a história

hagiográfica: são sujeitos coletivos que, enquanto história coletiva incorporada, atualizam toda a história pertinente da sua ciência.” (Bourdieu, 2004: 99).

Portanto, investigar em educação constitui-se no ato de produzir efeitos na sociedade, efeitos esses que fomentem e auxiliem na melhoria do bem-estar de todos, é explicar e evidenciar os problemas sociais. Investigar educação é apaixonar-se e debruçar-se sobre a temática, a fim de contribuir para o crescimento de uma sociedade pautada na plenitude do bem-estar de toda população. Toda reflexão realizada acima, permitiu delinear o meu olhar sobre o ato de investigar e permitiu um mergulho profundo no que consiste fazer investigação dentro da Ciências da Educação, dessa maneira, não poderia excluir esse percurso da construção metodológica do estudo.

Referente as Escolhas Metodológicas

Sobre o Método

Mediante a necessidade do rigor científico na pesquisa em educação surgiram os métodos e técnicas, nesse sentido “fazer investigação é produzir pensamentos sobre determinados fenômenos, objetos e realidades. Interessa, portanto, pensar que conhecimento se produz e como se produz e que decisões sócio epistemológicas se tomam” (Silva, 2011: 119) na aproximação e análise do objeto de estudo.

Nesse sentido, a presente pesquisa, de abordagem qualitativa, corporizada num estudo de caso, teve como objetivo central identificar no Ciberativismo se e como ocorrem ações de sororidade. No que diz respeito aos objetivos específicos, a investigação buscou refletir acerca da natureza, alcance e potenciais impactos das ações de sororidade na vida das mulheres que acompanham as redes sociais eleitas para o estudo, assim como procurou analisar a presença de ações educativas que contribuam para a construção de processos democráticos de sororidade e inclusão das mulheres vítimas de violência.

Referente a abordagem utilizada, a mesma foi eleita por possibilitar que um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. (Godoy, 1995). A abordagem qualitativa pode ser orientada, de acordo com Godoy (1995), por ao menos três diferentes

caminhos, são eles: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Para esse estudo se elegeu o estudo de caso por “se caracterizar como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, visando o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”. (Godoy 1995, p. 25).

A investigação qualitativa corresponde a “uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin e Lincoln, 2006:17). Moreira (2007) acrescenta que “a abordagem qualitativa parte, precisamente, do pressuposto básico de que o mundo social é um mundo construído com significados e símbolos, o que implica a procura dessa construção e de seus significados” (Moreira, 2007: 49).

Também Bodgan e Biklen (1982) dissertam sobre a investigação qualitativa e apontam cinco características dessa abordagem: i) a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; ii) é descritiva; iii) centra-se mais no processo do que simplesmente nos resultados ou produtos; iv) tende a analisar os dados de forma indutiva e por fim, v) o significado é de importância vital para a investigação.

Lüdke e André (1986, p. 18-19) discutem sete características fundamentais do estudo de caso, dentre elas destacamos pela sua relevância para esta pesquisa:

- 1- Os estudos de caso visam à descoberta. Mesmo que a pessoa que investiga parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo;
- 2- Os estudos de caso enfatizam a “interpretação e contexto”. Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa;
- 3- Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.

Ainda em concordância com os estudos de Lüdke e André (1986), existem três fases que caracterizam o desenvolvimento do estudo de caso, são elas: fase exploratória, delimitação do estudo e prática do estudo de caso. Essas três fases se justapõem e são essenciais para o desenvolvimento deste tipo de pesquisa qualitativa. Com essas preocupações, no tópico a seguir, debruço-me a apresentar o percurso de construção das três fases do estudo de caso, que permitiu um olhar profundo ao terreno, a fim de desocultar a realidade para atender aos objetivos da investigação.

Olhar analítico sobre as páginas on line: Em busca da Sororidade

Com interesse em cumprir os objetivos propostos, a partir do evento político e histórico eleito, promulgação da Lei 13.104/2015, foi realizado no período de um ano, 19 de março de 2016 à 19 de março de 2017, a observação e análise de duas páginas do Facebook o “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, a fim de perceber e registrar as comunicações entre a equipe responsável por esses projetos e as pessoas seguidoras. Gerhardt e Silveira (2009) consideram que tal abordagem caracteriza-se uma pesquisa eletrônica que “é constituída por informações extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizados em home page e site (Gerhardt e Silveira 2009: 69).

A escolha das duas páginas para a investigação justifica-se, pois o propósito do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” se complementam. Enquanto a segunda proporciona as mulheres um ambiente em que sentem a vontade para contarem casos de violência, abusos e/ou situações de sororidade, a primeira busca acolher essas mulheres no sentido de oferecer ajuda psicológica e jurídica, acolhimento, entre outras. Esta articulação justifica-se pelo interesse em perceber e analisar os discursos intrínsecos nas páginas do Facebook que possam a vir contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais resiliente, igualitária e participativa nos processos educativos de mudança social. O “Mete a Colher” se reconhece como uma rede de impacto social da cidade do Recife – PE que abrange todo o Brasil. O principal objetivo da organização centra-se em ajudar mulheres a saírem de relacionamentos abusivos e combater a violência no espaço familiar. A rede surgiu a partir do evento Startup Weekend Women no final de março de 2016. O grupo atua sobretudo no Facebook, local onde interage com mais de 108.130 seguidores. Na página do facebook, atendem diariamente pedidos de ajuda de mulheres que estão passando por algum tipo de relacionamento abusivo, como também relatos de mulheres que já passaram por situações de abuso e hoje querem ajudar outras. O auxílio do “Mete a Colher” vai de conversa de apoio, abrigo temporário, oportunidades de trabalho à apoio jurídico. No momento, o projeto encontra-se em processo de expansão para um aplicativo de telemóvel com as mesmas funções e rede de apoio que o grupo pratica na rede social.

No que diz respeito a página “Vamos Juntas?”, o movimento foi criado em julho de 2015 pela jornalista Babi Souza. A rede existe com o propósito de abrir um canal online no qual as mulheres que convivem cotidianamente com situações de medo da violência que sofrem assédios na rua, entre outros abusos possam compartilhar as suas

experiências em busca de um consolo e irmandade feminina, encorajando as mulheres a “irem juntas” nas ruas, evitando dessa forma casos de violência. O movimento em pouco tempo ganhou notoriedade na rede social e aos poucos deixou de ser apenas sobre “irmos juntas” e passou a falar sobre a importância de “estarmos juntas”, tornando-se uma grande corrente de apoio a mulheres que sofrem violência por conta de relações patriarcais. O “Vamos Juntas” interage atualmente com 462.251 pessoas seguidoras e expandiu a sua luta para um livro guia que fala acerca da sororidade feminina.

Referente a natureza das páginas e publicações, o “Mete a Colher” é administrado por um grupo de mulheres que se conheceram e reconheceram as lutas em comum e a partir desse encontro, uniram-se e são hoje, juntas, moderadoras e responsáveis pelas publicações na página. No que diz respeito ao movimento “Vamos juntas?”, a ideia surgiu da jornalista Babi Souza que hoje é a atual e única moderadora e também responsável pelo conteúdo das publicações no contexto da supracitada comunidade virtual. Os tipos de postagens das duas páginas refletem as temáticas citadas acima, no entanto a página do “Vamos juntas?” centra-se nos depoimentos de mulheres acerca dos temas, transformando no espaço no qual o feminino pode falar seus anseios, angústias e frustrações.

A composição das duas páginas do Facebook, atinge um público alvo maioritariamente feminino, o qual tem acesso a internet, uma vez que estamos a tratar de um ambiente online. Referente as abordagens e temáticas das postagens publicadas nas páginas, encontramos nas duas comunidades virtuais temas convergentes, são eles: Empoderamento feminino, relacionamento abusivo, violência de gênero, oferta de ajuda, ações educativas, cultura do estupro e feminicídio, que deram origem às categorias de análise.

Referente a rede de impacto social “Mete a Colher”, a natureza das publicações gira em torno da oferta de ajuda às mulheres vítimas de violência de gênero, assim como optam por abordar as temáticas no contexto de um caráter mais informativo educacional, onde buscam publicar textos e/ou imagens que ajudem as mulheres a reconhecer um relacionamento abusivo, por exemplo. Sendo a mesma temática discutida na página do “Vamos juntas” através do depoimento das mulheres.

No que diz respeito ao campo de investigação, a pesquisa no ambiente virtual implica questões éticas que envolvem a privacidade das e dos sujeitos. No entanto o

conteúdo das páginas estudadas está publicado no modo público, no qual qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo pode ter acesso. Assim como os comentários e interação do público alvo e as publicações encontra-se exposto como público.

Relativamente a composição do grupo que acompanha as páginas, os dados recolhidos não permitiram o reconhecimento dos vários grupos de mulheres que interagem nas publicações, não há elementos suficientes para afirmar quem são as mulheres que buscam as páginas, de qual classe social e ‘raça’/etnia pertencem, por exemplo. Portanto, apesar de reconhecermos e valorizarmos a heterogeneidade destes grupos, face à carência de dados não podemos trazer à luz as suas diferenças individuais. No entanto, é legítimo afirmar que não podemos reduzir as mulheres a uma identidade única. Assume-se a consciência de que existem vários grupos de mulheres, somos heterogêneas, temos nossas particularidades e nossas lutas.

Dos procedimentos e Análise

Considerando o caráter interpretativo da realidade, a priori foram eleitas as páginas que fariam parte da investigação, como objeto de estudo, dado parecerem conter dados relevantes para a pesquisa que se pretendia realizar. A seguir foi definido o marco histórico que acompanhou toda a análise do material e a escolha do período de um ano de publicações das páginas; período este que corresponde a primeira postagem da rede de impacto social “Mete a Colher”, exatamente um ano e um mês após a promulgação da Lei 13.104/2015.

Alves (1991: 60) afirma que “pesquisas qualitativas geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências padrões, relações desvendando-lhes o significado”, desse modo iniciou-se o processo de recolha dos dados a partir de um olhar para as páginas em busca do tipo de postagens publicadas em cada comunidade virtual. Este olhar permitiu definir as temáticas abordadas, bem como a busca de publicações que atendessem aos objetivos da investigação.

A fim de atender aos objetivos da pesquisa, foram eleitas para análise um total de 70 publicações do “Mete a Colher” e 54 da comunidade “Vamos juntas?”. Essas postagens foram organizadas em pastas codificadas e acompanhadas de todos os comentários de cada conteúdo. A partir da organização das publicações, bem como do

primeiro olhar sobre elas, verificou-se a presença e frequência de temáticas emergentes, comuns e divergentes entre as duas páginas. Esse material foi organizado dentro de uma tabela (Anexo 1), a qual derivou o início da construção do processo de categorização inerente à análise dos dados. Em seguida a verificação das temáticas emergentes, identificou-se nas postagens seus sentidos e tensões, assim como a sua relação com as preocupações da investigação. Olhar este que culminou na definição e nomeação das categorias e subcategorias de análise (Anexo 2).

Com o intuito de incorporar todas as vozes e tensões verificadas na recolha dos dados, foram definidas quatro grandes categorias, são elas: Categoria 1 - “Eu e tu até sermos todas”: Construções sobre sororidade entre prática e definição? ; Categoria 2- “Eu sou o que vocês são”: Formas de apresentação e representação de si e das outras pessoas; Categoria 3- “Em cada casa, cada caso, cada cara e cada corpo”: Violências vividas e partilhadas num espaço para ouvir; Categoria 4- “Lugar de mulher é onde ela quiser” Ciberativismo como Educação Informal: Um instrumento de alerta para as mulheres?. Para facilitar a leitura, cada categoria e subcategoria é apresentada por si, secção por secção.

A escolha das categorias e subcategorias, como primeiro passo de interpretação, deu início a análise dos dados. Essa etapa sustentou-se na percepção dos tópicos de análise, assumindo um diálogo único, considerando o carácter interpretativo da realidade "(...) que se é capaz de ler e interpretar - e, ao fazê-lo, reconhecer, atribuir ou construir sobre ela uma significação, um sentido" (Ferreira, 2004: 28).

A interpretação dos dados baseou-se no profundo manuseamento e análise de todas as temáticas e vozes recolhidas com o intuito de "(...) assegurar que todos os dados de todos os casos contribuem para a análise" (Frankland e Bloor, 1999: 150). Esse longo processo de leitura dos dados permitiu assegurar uma reflexão fiel as vozes que seguem e compartilham as páginas investigadas.

O percurso de análise se evidenciou como um processo extremamente atribulado, no entanto prazeroso e significativo, respeitando sempre a fidelidade ao contexto e a sensibilidade que envolve o trato da temática central da investigação.

CAPÍTULO IV – SORORIDADE NAS REDES SOCIAIS: ELAS DE MÃOS DADAS NUMA CIRANDA CONTRA A VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES

Nesta ciranda, o intuito é ouvir as vozes das mulheres e homens que interagem com as publicações das páginas do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, assim como as vozes das administradoras das páginas. Nesta ciranda, buscamos pensar a sororidade como um ato político, em torno de um conjunto de categorias e de subcategorias.

Referente a apresentação e análise dos dados coletados, registra-se que o nome das mulheres e homens que comentam as postagens das páginas do Facebook eleitas para o estudo não serão identificados, por questão de privacidade, apesar das páginas do Facebook serem públicas para todas e todos que possuem uma conta na supracitada rede social, como já referi. No entanto, as postagens publicadas pelo “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” permanecem identificadas com o nome da página, assim como os comentários realizados pelas moderadoras no decorrer das postagens, pois essa abordagem facilita a leitura dos dados, assim como contribui para a construção da identidade de cada página investigada.

Categoria 1 - “Eu e tu até sermos todas”: Construções sobre Sororidade entre prática e definição?

No que diz respeito a categoria 1, trata-se de atender ao objetivo da investigação de identificar ações de sororidade e como elas ocorrem no contexto do ambiente virtual e das práticas do ciberativismo. Ao analisar as publicações, comentários e interação virtual do movimento “Vamos Juntas?”, bem como da rede de impacto social “Mete a Colher”, identificou-se no conteúdo das postagens práticas e definição do conceito de sororidade, o qual apresenta-se em 27 publicações da página do “Vamos Juntas” e em 08 publicações do “Mete a Colher”. O conceito também é vivido e discutido, explicitamente e/ou implicitamente nas interações e comentários entre as pessoas que seguem as páginas no Facebook.

1.1 - Sororidade nas publicações: Pressuposto ou/e conceito em construção?

No que concerne a subcategoria 1.1 trata-se de discutir acerca de como é apresentado o conceito de sororidade pelas páginas do Facebook analisadas, no sentido de perceber como a definição do conceito é manifestado nas publicações. O olhar crítico

para as publicações das páginas à procura de ações e definição do conceito de sororidade, revelou que as duas redes virtuais, apropriam-se do termo sororidade a fim de propagar a ideia de que juntas todas as mulheres são mais fortes. Nesse sentido, a manifestação do conceito pelas páginas analisadas, manifesta-se por meio de convidar o feminino para conhecer e praticar ações de sororidade.



Figura 1 – Publicação 41 do “Mete a Colher”



Figura 2 – Publicação 14 do “Vamos Juntas?”

O movimento “Vamos Juntas?”, bem como a rede de impacto social “Mete a Colher”, nas publicações analisadas no período eleito de um ano, não apresentaram propriamente no conteúdo disponível nas páginas uma definição concreta do conceito de sororidade, no entanto, como visto nas figuras 1 e 2 expostas acima, o convite para as mulheres praticarem a sororidade no cotidiano é realizado.

Uma vez que se defende a ideia de que “Juntas somos mais fortes”, o conceito de sororidade encontra-se presente, pois o termo busca a união entre as mulheres a fim de “nos fortalecemos (...) até que a nova geração entenda que ser mulher é mais fácil ao lado de outras mulheres”, como encontra-se escrito na figura 2. Definição esta que Pérez (2016) e Garcia e Souza (2015) utilizam.

Portanto, as duas páginas reconhecem na união das mulheres a força para que o feminino possa lutar individualmente e/ou coletivamente contra qualquer forma de opressão que venha a tomar posse dos seus Direitos Humanos. Nesse sentido, observa-se uma apropriação e utilização do conceito de sororidade, nos conteúdos divulgados nas páginas, bem como nos relatos das seguidoras, como podemos verificar a seguir:

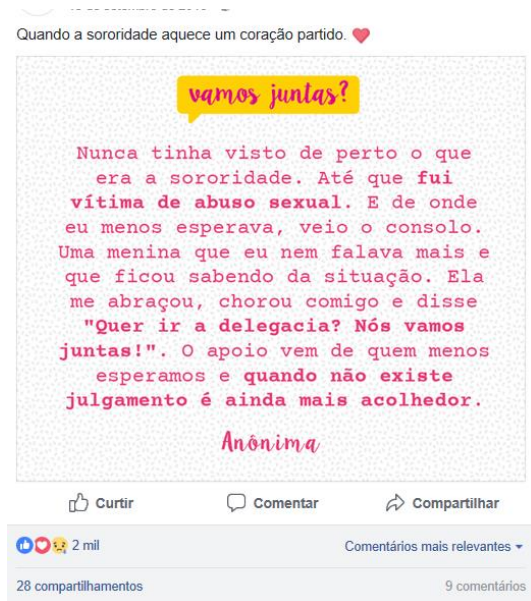


Figura 3 – Publicação 10 do “Vamos Juntas?”



Figura 4 – Publicação 38 do “Vamos Juntas?”

No decorrer das publicações analisadas percebe-se a construção da definição e utilização conceito de sororidade através do diálogo entre o conteúdo divulgado em cada páginas e os comentários das pessoas que frequentam, interagem e dialogam com as postagens.

Na rede virtual “Mete a Colher”, entre as 70 publicações recolhidas, 17 mulheres empregaram a frase “Estamos juntas” no sentido de acolher e comunicar à outras mulheres que juntas somos realmente mais fortes, outras 10 se uniram e escreveram “Vamos meter a colher”, com o intuito de ajudar outras mulheres a saírem de relacionamentos abusivos e situações de violência. Da mesma forma, na página do “Vamos Juntas?”, nas postagens recolhidas, 43 mulheres também exprimiram a frase “Estamos juntas”, a fim de anunciar e não fazer esquecer que juntas, numa grande ciranda, a partir da propagação e aplicação de ações de sororidade, seremos a priori “Eu e tu, até sermos todas”.

1.2 - Representações masculinas sobre sororidade entre ausência e dispersão?

Referente a subcategoria 1.2, o objetivo é refletir sobre como o conceito de sororidade é representado, aceito e/ou compartilhado pelas figuras masculinas que também interagem nas publicações das páginas do Facebook.

Concebemos o conceito de sororidade como fruto do Movimento Feminista, como discutido no enquadramento teórico, defendido e disseminado pelas mulheres com o intuito de promover a união entre elas na busca pela igualdade de direitos. Nesse seguimento, devemos questionar, observar e refletir acerca da relação que os homens estabelecem com esse conceito. Na medida em que observamos a participação masculina nas páginas do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, os homens não estabelecem conexão específica com o conceito de sororidade, e eles não mencionam a palavra nos seus comentários. No entanto, esbarramos em comentários como o da figura abaixo que exprime implicitamente a ideia de sororidade e empatia com as questões que envolvem a luta das mulheres no combate a violência de gênero:

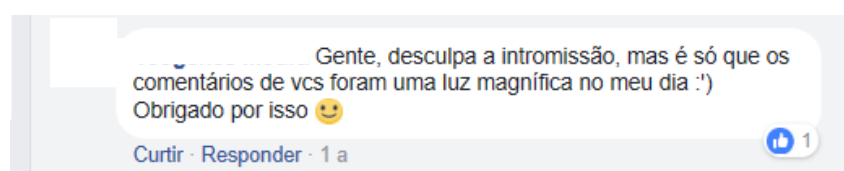


Figura 5 – Comentário 20 da publicação 24 do “Vamos Juntas?”

Contudo, a figura masculina não se mostra nos comentários das postagens das páginas do Facebook apenas se solidarizando com as lutas das mulheres, os homens também julgam o combate à violência sobre as mulheres como vitimização do feminino, inferiorizando as suas lutas, como podemos observar a seguir:

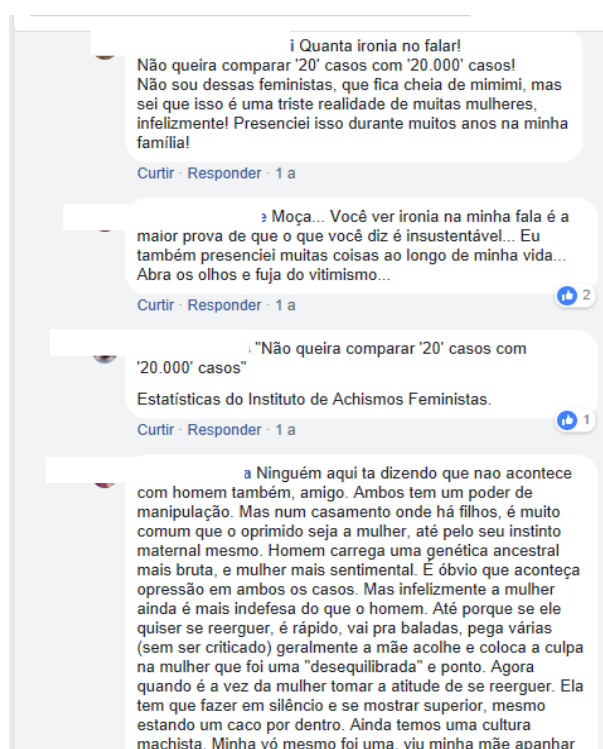


Figura 6: Comentário 08 da publicação 63 do “Mete a Colher”

Este discurso masculino pode ser justificado através de Tavares (2014) quando a autora explica que a construção da sororidade dar-se-á no momento em que uma mulher se enxerga na outra mulher, ação esta que não ocorre entre os homens que participam das interações na página do “Mete a Colher”.

Nesse sentido, constata-se a ausência e dispersão dos homens que frequentam as páginas do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” no que diz respeito ao conceito de sororidade, uma vez que, como referimos, não encontramos comentários nas interações entre os seguidores que mostre a apropriação e reconhecimento do conceito como um aliado das mulheres no combate a violência e na defesa dos seus direitos humanos. Ainda assim, através da Educação Informal presente no modo como as páginas eleitas para o estudo abordam as temáticas relativas ao movimento das mulheres, é provável uma mudança na consciência dos sujeitos homens, permitindo assim uma maior sensibilidade e empatia às lutas que o “Mete a Colher” e o “Vamos Juntas?” defendem.

1.3 - Sororidade: Relação exclusivista entre mulheres

Relativamente a subcategoria 1.3 questiona-se e reflete-se sobre a apropriação do conceito de sororidade apenas entre mulheres. Sendo o conceito de sororidade fruto e reivindicação do movimento das mulheres (Garcia e Souza, 2015) cabe nesta subcategoria discutir relativamente a apropriação do termo apenas e exclusivamente na interação entre as mulheres no contexto da rede virtual do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, para tanto, segue abaixo um extrato dos dados obtidos que sustenta essa reflexão:

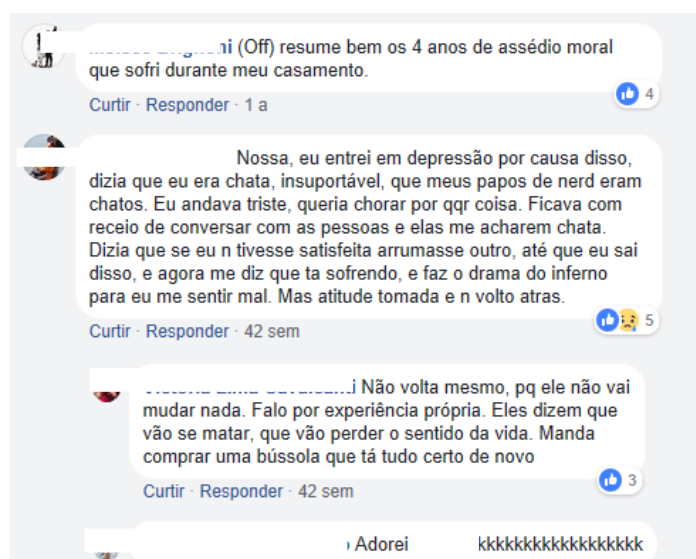


Figura 7 – Comentário 11 da publicação 63 do “Mete a Colher”

O primeiro comentário refere-se ao depoimento de um homem que retrata um relacionamento abusivo, nota-se a ausência dos comentários de apoio ou oferta de ajuda, resultado que não acontece no depoimento a seguir, no qual a mulher recebeu conselhos de outra mulher e não foi ignorada. Ação de sororidade e empatia que não ocorreu no depoimento do sujeito masculino. Abaixo seguem duas publicações das páginas do Facebook investigadas que validam o pensamento da relação de sororidade ser exclusivamente entre as mulheres:

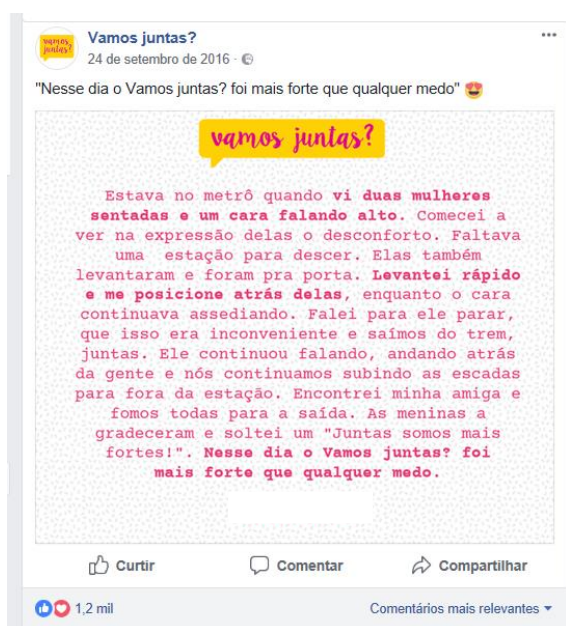


Figura 8 – Publicação 36 do “Vamos Juntas?”



Figura 9 – Publicação 12 do “Mete a Colher”

Esta utilização do conceito de sororidade apenas entre as mulheres, justifica-se pela origem da palavra e a apropriação do seu significado pelo coletivo feminino, como Penkala (2014) explica, a sororidade consiste em um pacto político entre os sujeitos femininos, com o intuito de que juntas possam enfrentar as opressões do patriarcado.

Portanto, considera-se que dentro das publicações, assim como interações entre os seguidores e moderadoras das páginas do “Vamos Juntas?” e “Mete a Colher”, as ações de sororidade são voltadas exclusivamente para o público feminino. Não há indícios do fomento a promoção da sororidade entre mulheres e homens, uma vez também que a apropriação do conceito dar-se-á na sua essência entre o grupo de mulheres. No entanto, as relações de solidariedade e empatia são próprias da capacidade humana de olhar para o outro como irmã e irmão, logo praticas a sororidade entre mulheres e homens é

fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assim como deseja o Movimento Feminista e mesmo princípio que o “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” defendem.

1.4 -“Ta vendo? Abre o olho” Sororidade: alerta, entreaajuda e empoderamento entre as mulheres

No que concerne a esta subcategoria, é discutido acerca de que forma as mulheres estão juntas, bem como a sororidade é praticada nas ações das páginas, na oferta de ajuda entre as seguidoras, na propagação do conceito, bem como no empoderamento feminino.

Diante das publicações de relatos acerca de relacionamento abusivos e/ou violência sobre as mulheres, surge nos comentários dessas postagens um movimento de ajuda entre mulheres. Na página do “Mete a Colher” em comentários de 17 publicações, o feminino ofereceu ajuda à outra mulher que passava por momentos de luta contra a violência. No que diz respeito as postagens do “Vamos Juntas?”, a entreaajuda feminina foi encontrada em 105 comentários.

Conforme discutido no enquadramento teórico, Lagarde (2016) aborda as dimensões do conceito de sororidade, a qual engloba a dimensão objetiva que se fundamenta na defesa e prevenção de qualquer forma de violência contra a mulher. Nesse sentido, as ações de alerta, entreaajuda e empoderamento entre as mulheres no interior das publicações das páginas do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, caracterizam-se como dimensão objetiva do conceito de sororidade defendido por Lagarde (2016).

Portanto, no que concerne a oferta de ajuda, relata de que forma as mulheres estão juntas, logo denuncia ações de sororidade feminina no interior das páginas. Na oferta de ajuda entre as seguidoras, elas oferecem desde um momento de escuta online, passando por acolhimento nas suas próprias casas, bem como atendimento profissional psicológico.

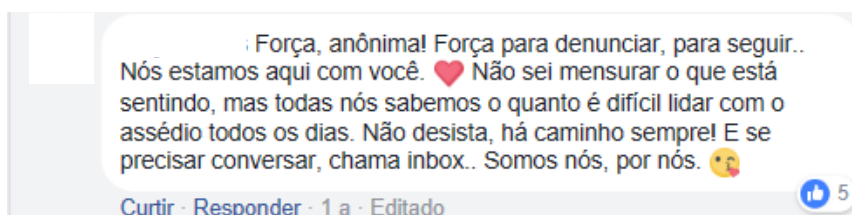


Figura 10 – Comentário página 3 da publicação 27 do “Vamos Juntas?”

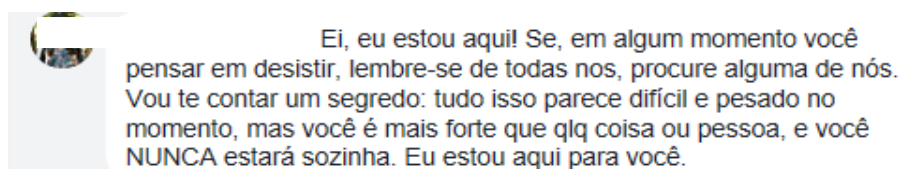


Figura 11 – Comentário página 25 da publicação 27 do “Vamos Juntas?”

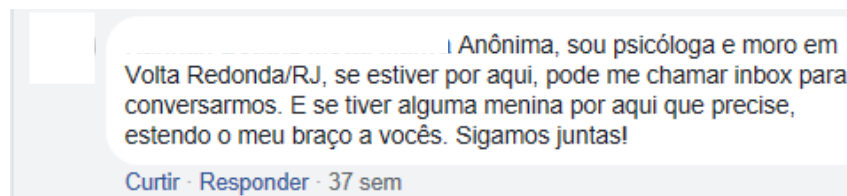


Figura 12 – Comentário página 6 da publicação 54 do “Vamos Juntas?”

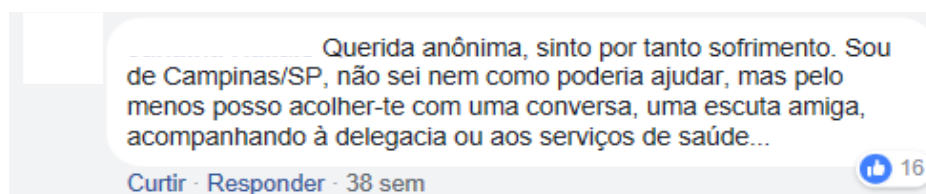


Figura 13 – Comentário página 2 da publicação 54 do “Vamos Juntas?”

Do mesmo modo que as mulheres em sororidade oferecem ajuda à outra mulher que estão passando por momentos violentos, há também mulheres que procuram as páginas para pedir ajuda, como podemos ver no extrato a seguir:

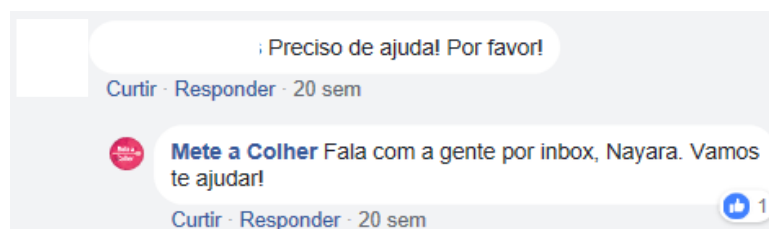


Figura 14 – Comentário página 2 da publicação 6 do “Mete a Colher”

Referente ao “Mete a Colher”, o próprio movimento intitula-se como uma rede de impacto social que oferece as mulheres ajuda no combate a violência doméstica, através de auxílio jurídico, psicológico e acolhimento. Para além da descrição do que se trata o “Mete a Colher”, verifica-se nas publicações analisadas a preocupação em alertar as mulheres para o reconhecimento de situações de violência sobre as mulheres, bem como na construção da sua autonomia para sair do ambiente violento. Como podemos verificar no seguinte extrato:



Figura 15 – Publicação 48 do “Mete a Colher”

No mesmo seguimento, diante de publicações que contenham o conteúdo apresentado na figura 9, as próprias mulheres alertam as suas amigas com o intuito de fazê-las perceber que estão inseridas em um contexto de violência e/ou imersas em um relacionamento abusivo. Desse modo, podemos afirmar que a empatia e sororidade feminina encontrada nas interações e publicações das páginas, ultrapassa o ambiente virtual e também está inserida nas relações do “mundo real”, uma vez que as mulheres utilizam os conteúdos das postagens como um ponto de partida para uma conversa com suas amigas, bem como um gatilho de sororidade para a outra perceber e refletir acerca do seu relacionamento. Como podemos reconhecer nos seguintes recortes:

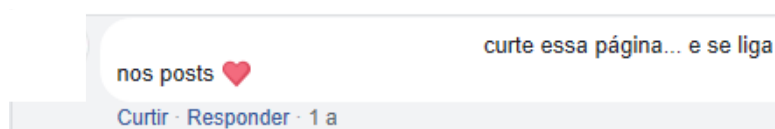


Figura 16 – Comentário página 1 da publicação 47 do “Mete a Colher”

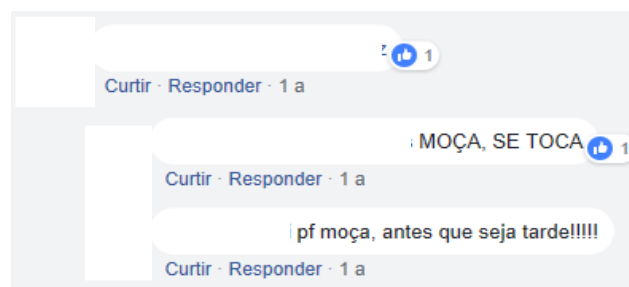


Figura 17 – Comentário página 46 da publicação 63 do “Mete a Colher”

Essa entre ajuda feminina, para além de construir relações baseadas na sororidade, promovem a construção do empoderamento feminino, na medida em que as mulheres

seguidoras das páginas, se reconhecem nas publicações, bem como nas ações promovidas pelos movimentos de ciberativismo e sentem-se acolhidas por todas as mulheres que fazem parte do “Vamos Juntas?” e “Mete a Colher”:

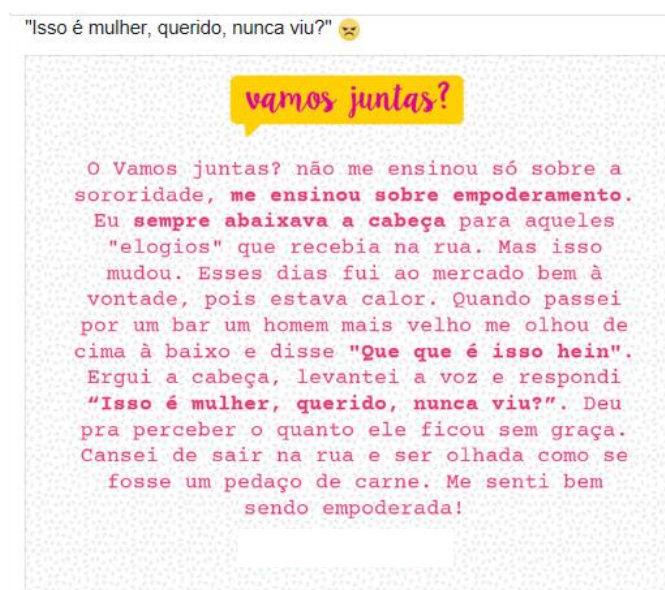


Figura 18 – Publicação 41 do “Vamos Juntas?”

No mesmo seguimento da promoção do empoderamento feminino, encontramos na publicação 27 também do movimento “Vamos Juntas?” o seguinte depoimento:

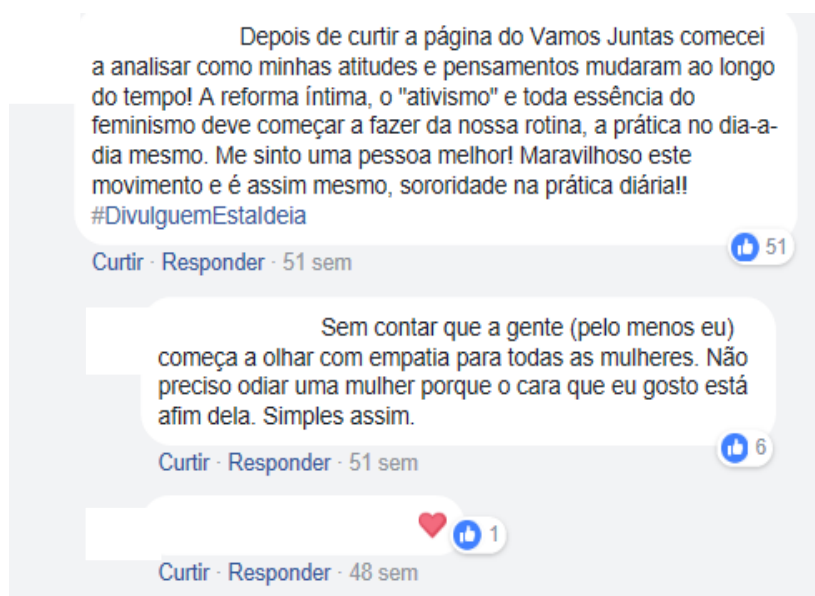


Figura 19 – Comentário página 3 da publicação 27 do “Vamos Juntas?”

Dentro dessa perspectiva, constata-se que esses recortes relatam a presença da sororidade feminina nas interações entre o público e as postagens das páginas, no sentido

de perceber a outra pessoa como sujeito inserido no contexto da violência sobre as mulheres que necessita de um alerta e/ou uma ajuda que quebre o ciclo de abusos. Na mesma medida, as páginas também se apresentam como um ambiente de acolhimento, partilha, empoderamento e propagação da sororidade entre as mulheres, tornando-se um espaço de diálogo e luta.

Categoria 2 - “Eu sou o que vocês são”: Formas de apresentação e representação de si e das outras pessoas

Com relação a categoria 2, trata-se de refletir e discutir sobre os modos de apresentação e representações dos sujeitos que participam e interagem nas publicações das páginas do Facebook.

Referente a categoria 2, realiza-se uma análise no que diz respeito ao modo como os sujeitos, seguidoras e seguidores das páginas do Facebook eleitas para o estudo, se apresentam no ambiente virtual, de que forma interagem com os outros participantes, bem como discute-se a forma de representações de si, das outras e dos outros dentro do espaço virtual.

2.1 - Anonimato: Exposição a violência de gênero e/ou sororidade feminina

No que diz respeito a abordagem da subcategoria 2.1 trata-se de refletir sobre quais os significados que estão intrínsecos no momento em que o sujeito apresenta-se assinando o próprio nome, ou quando opta pelo anonimado.

As publicações na página do Facebook do movimento “Vamos Juntas?” caracterizam-se por apresentar relatos de mulheres que buscam o canal de acolhimento e discussão que a página proporciona, para desabafar acerca de vivências do cotidiano: ações de sororidade, pedidos de ajuda e/ou relatos de violência de gênero. Nesse sentido, essa configuração de publicação permite construir um canal no qual as mulheres encontram-se para apoiar umas as outras, bem como discutir sobre os assuntos que pertencem ao ser mulheres no contexto da sociedade brasileira, canal este que igualmente é construído pela rede de impacto social “Mete a Colher”.

Desse modo, esta subcategoria permite uma análise acerca de como as mulheres se apresentam na interação com as páginas do Facebook. Referente aos relatos publicados na página do “Vamos Juntas?”, dentre as 54 postagens eleitas para o estudo, encontram-

se 19 relatos nos quais as mulheres aparecem em anonimato e 22 relatos nos quais as mulheres se identificam e assinam o próprio nome.

No que diz respeito a rede social do “Mete a Colher”, a configuração das postagens revela um caráter mais informativo e educativo de apresentação da Legislação que atende as mulheres em caso de violência doméstica, bem como na prevenção e identificação de relacionamentos abusivos. No entanto, no interior das 70 publicações escolhidos encontram-se 2 relatos de mulheres que optaram por não se identificar.

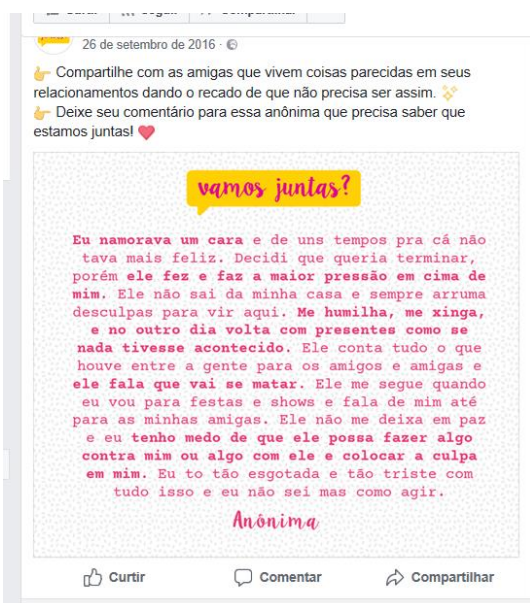


Figura 20 – Publicação 37 do “Vamos Juntas?”

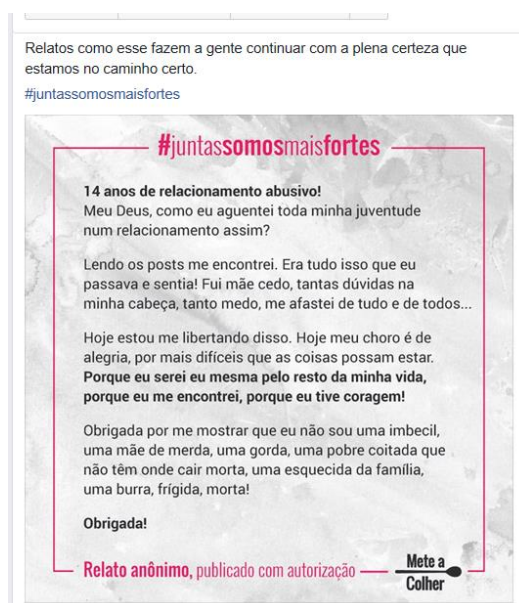


Figura 21 – Publicação 29 do Mete a Colher

Diante das publicações de relatos anônimos das duas páginas do Facebook que estão a ser analisadas na presente investigação, percebe-se um padrão no qual as mulheres optam pelo anonimato no momento em que irá revelar situações de violência contra elas. Dentre as 19 publicações anônimas do “Vamos Juntas?”: 06 delas apresentam situações de relacionamento abusivo, 01 relata o preconceito com a homossexualidade, 8 relatam vivências de abuso e assédio sexual, 01 traz a questão de ações machista no interior da família e apenas 3 publicações anônimas trazem ações de sororidade. Referente ao “Mete a Colher”, os dois relatos encontrados na página apresentam a temática de abuso e agressão contra o feminino.

Nesse sentido, as publicações nas quais as seguidoras das páginas apresentam-se ocultando a identidade, revela um padrão no qual predomina o uso do anonimato nos relatos que trazem uma declaração de violência contra as mulheres. Portanto, realizando a análise desse padrão é possível argumentar que as mulheres utilizam a ferramenta da

internet, bem como das redes sociais, para relatar e buscar ajuda nos momentos de vivência de violência, pois como afirma Magalhães (2005) as violências contra o as mulheres, através da sua opressão e subordinação ao masculino, constroem um silenciamento e constrangimento na vida das mulheres. Por isso a opção por não se identificar pode revelar, para além da vergonha e/ou medo intrínseco do parceiro/ família/ sociedade descobrirem a experiência de abuso e violência, a ferramenta essencial que a rede social Facebook, bem como o ciberativismo do “Vamos Juntas?” e “Mete a colher”, na promoção da disseminação do conceito sororidade e no encorajamento das mulheres para denunciar os seus parceiros, os abusos vividos no cotidiano, assim como qualquer tipo de violência contra o feminino.

Outro aspeto indispensável a ressaltar e refletir refere-se a coragem das mulheres, vítimas de violência, que por vezes ainda encontram-se inseridas no contexto de abuso e agressão, em buscar (mesmo pelo anonimato) o conforto, ajuda e acolhimento de outras mulheres. No que diz respeito aos relatos assinados por mulheres, na página do “Vamos Juntas?”, das 22 declarações 12 retratam ações de sororidade entre mulheres, 05 discutem a temática do empoderamento feminino, 01 agradece ao movimento e apenas 04 assinam o próprio nome e revelam situações de assédio e violência contra elas.

Nessa perspetiva encontra-se um padrão que difere dos relatos apresentados em anónimos, uma vez que as mulheres parecem optar e sentir-se mais confortáveis em apresentar-se com um nome, no momento de realizar uma declaração que revela a situações positivas e a força da sororidade feminina, como destaca-se nos seguintes extratos:

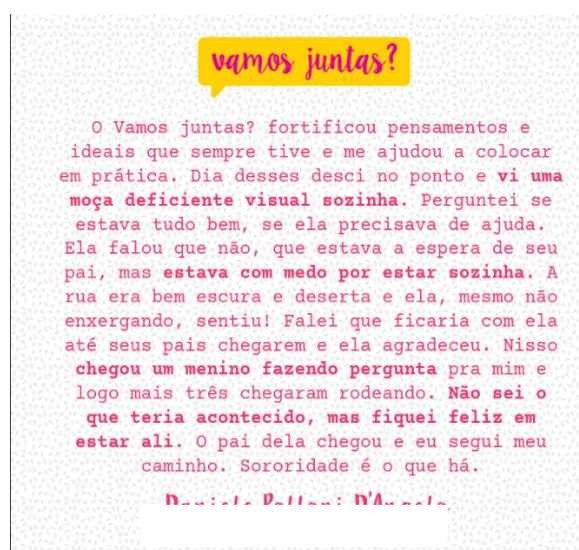


Figura 22 – Publicação 22 do “Vamos Juntas?”



Figura 23 – Publicação 36 do “Vamos Juntas?”

Portanto, os relatos anônimos e assinados revelam a exposição da violência de gênero, bem como o despertar e construção de ações que envolvem a sororidade feminina. Ademais, igualmente revelam, discutem e põe em causa, a figura das mulheres, não mais como vítimas, mas com a apresentação de si mesmas no contexto de luta e empoderamento feminino, como resilientes.

2.2 - Polaridade masculino e feminino: Risco de um essencialismo biológico?

A subcategoria 2.2 corresponde a um resgate da perspectiva do essencialismo biológico, pertencente a primeira vaga do feminismo, a fim de compreender qual a representação do feminino e do masculino é apresentada nas páginas do Facebook, bem como se as publicações e comentários dos seguidores acentuam ou não uma polaridade entre homens e mulheres.

Tilio (2014) afirma que no campo do essencialismo biológico “a diferença biológica dos sexos definiria rígidos papéis de gênero e de vivência da sexualidade” (Tilio, 2014: 128). Nesse sentido, a presente subcategoria debruça-se a refletir e discutir acerca das representações do masculino e feminino no contexto das publicações das páginas do Facebook analisadas, com o intuito de perceber se há no interior das publicações e comentários dos seguidores um possível risco de um essencialismo biológico, assim como a promoção de uma polaridade entre o masculino e o feminino.

Considerando a identidade do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”, nota-se no decorrer das publicações estudadas que o público alvo são as mulheres, portanto a página do “Mete a Colher” ao tratar de temáticas relativas às questões da violência sobre as mulheres e relacionamento abusivo publica explicitamente que o alvo dessas agressões são essencialmente as mulheres, como podemos observar nos extratos a seguir:

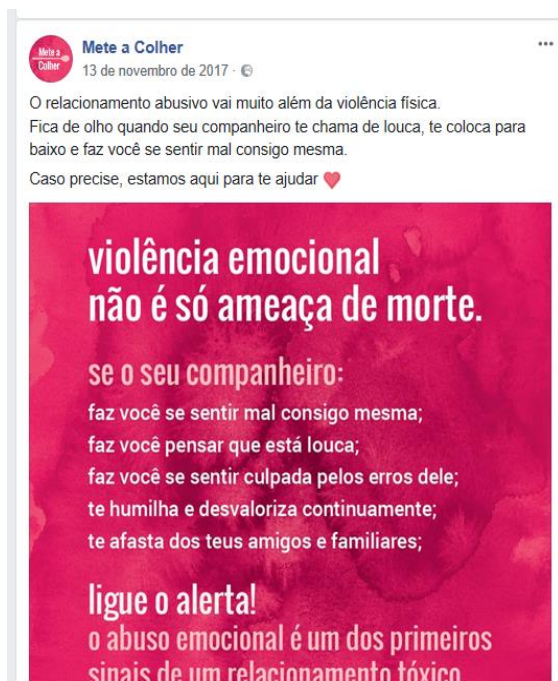


Figura 24: Publicação 26 do “Mete a Colher”

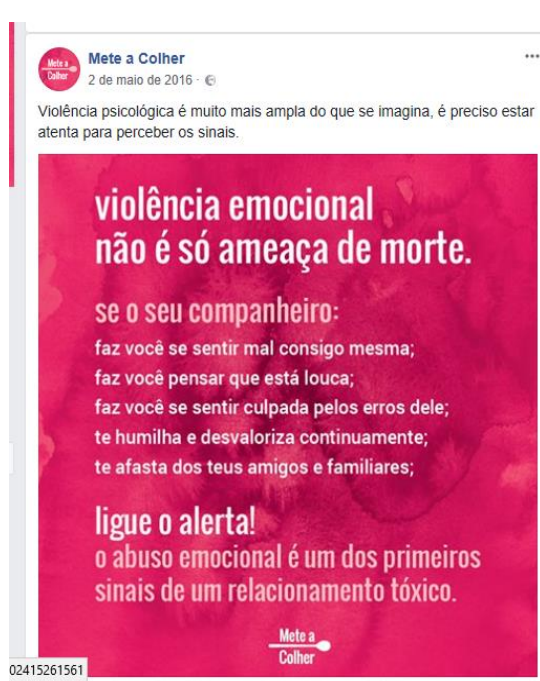


Figura 25: Publicação 49 do “Mete a Colher”

Contudo, compreendemos que os homens também são vítimas de relacionamentos abusivos e também mereciam uma sensibilidade maior por parte da equipa que constrói o “Mete a colher”, uma questão que se desvia do foco desta pesquisa. Porém mesmo diante desse contexto, assume-se que a página não incentiva a polaridade feminino e masculino, visa essencialmente o combate a violência de género, o combate a violência ao grupo de sujeitos que sofrem com ela diariamente.

Igualmente ocorre com os depoimentos publicados na página do “Vamos Juntas?”, a moderadora não restringe que apenas as mulheres possam escrever os seus relatos para serem publicados e dessa forma, buscar auxílio e sororidade do público que frequenta a página, no entanto, os depoimentos e comentários são quase sempre de mulheres (apenas 01 comentário masculino foi encontrado), salvo os que apresentam-se em anonimato, pois estes não conseguimos, de fato, identificar.

Referente as interações dos sujeitos que acompanham as publicações das duas páginas estudadas, verifica-se que no movimento “Vamos Juntas?” não consta nas postagens eleitas para a investigação uma interação entre homem e mulher no decorrer dos comentários, o mesmo não acontece em 12 publicações da rede de impacto social “Mete a Colher”. Compreendendo que a página do “Mete a Colher” é voltada para o público feminino, figuras masculinas comentam, questionam e participam do debate, no entanto em determinadas publicações observa-se um pequeno conflito entre o conteúdo

da postagem e os comentários realizados por homens, diante desses comentários, assim como dos comentários realizados pelas moderadoras das páginas, não apresenta-se e não estimulam uma polaridade entre feminino e masculino.

Quando as páginas assumem a sororidade feminina, isso não diz respeito propriamente a excluir os homens, mas criar um movimento que abrace todas as mulheres em uma ciranda em busca da igualdade de direitos, não de uma polaridade entre masculino e feminino. Do mesmo modo, não se encontra nas publicações do movimento “Mete a Colher”, assim como nas suas repostas aos homens que comentam nas publicações o fomento ao ódio contra eles. Portanto, no contexto do ciberativismo estudado, não há risco do essencialismo biológico, uma vez que encontramos debates como o da figura a seguir:



Figura 26: Comentário 01 publicação 63 do “Mete a Colher”

No âmbito da figura 26, o sujeito masculino reconhece a luta pela igualdade de direitos, conscientização e combate à violência de gênero. Sendo assim, o sujeito reconhece que a luta da página do “Mete a Colher”, e da mesma maneira do Movimento Feminista, é pela garantia dos direitos humanos para todas as mulheres, almejando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, excluindo dessa forma o essencialismo biológico.

2.3 – Manifestações intergéneros: A iminência de conflito?

Referente a subcategoria 2.3, o objetivo é discutir as reações que as mulheres exprimem face aos comentários dos homens, assim como as reações que estes expressam face aos comentários delas. A discussão permite compreender uma possível iminência de conflito entre homens e mulheres.

No decorrer das publicações escolhidas para a análise, deparamos com comentários das pessoas seguidoras que exprimem reações que nos permite identificar um possível conflito entre homens e mulheres, uma vez que encontramos os seguintes relatos que refletem tanto a não aceitação por homens das lutas que as mulheres defendem, como a promulgação de Leis que combatem a violência contra as mulheres, como podemos observar no seguinte extrato de um comentário de um seguidor na publicação referente aos avanços alcançados pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha:

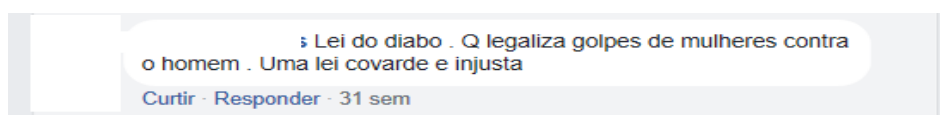


Figura 27: Comentário página 01 publicação 01 do “Mete a Colher”

O comentário acima reflete a não compreensão da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 como uma legislação que abraça e defende as mulheres vítimas de violência no espaço familiar. E a classifica como “uma lei covarde e injusta” possivelmente porque a legislação não se aplica a agressão dentro do ambiente familiar no qual as mulheres são violentas contra os homens. Porém, isto representa uma interpretação errónea da legislação, pois a mesma não defende “golpes de mulheres contra homens”. Ademais, no comentário exposto acima verifica-se a negação da Lei Maria da Penhas, dessa forma o sujeito igualmente nega a defesa dos direitos humanos das mulheres.

Ao percorrer os comentários das outras publicação da rede de impacto “Mete a Colher” deparamos com mais comentários que promovem o início de um conflito entre as ideias defendidas por mulheres e os conteúdos publicados na página, como podemos constatar a seguir:



Figura 28: Comentário página 20 da publicação 63 do “Mete a Colher”

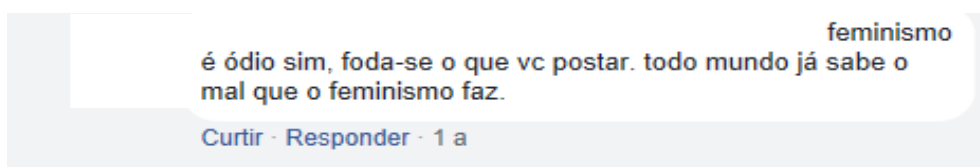


Figura 29: Comentário página 22 da publicação 63 do “Mete a Colher”

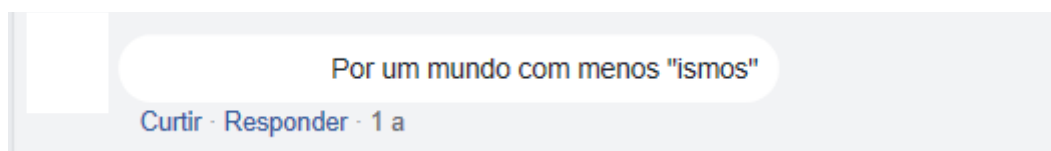


Figura 30: Comentário página 4 publicação 34 do “Mete a Colher”

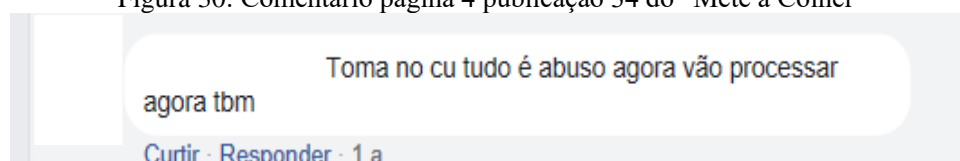


Figura 31: Comentário página 01 publicação 27 do “Mete a Colher”

No que diz respeito aos extratos acima, podemos verificar a falta de empatia masculina com as lutas do feminismo em busca dos direitos das mulheres e no combate a violência física, simbólica e/ou psicológica que diariamente continua matando centenas de mulheres no Brasil, pela condição de ser mulher que vive no contexto de uma sociedade machista onde os homens acreditam ter a posse das mulheres. Nesse contexto, de acordo com Tavares (2014), o sujeito masculino não se permite enxergar as mulheres com empatia nem se solidarizar por suas lutas. Conseguimos observar esse pensamento enraizado na cultura Brasileira no extrato a seguir:

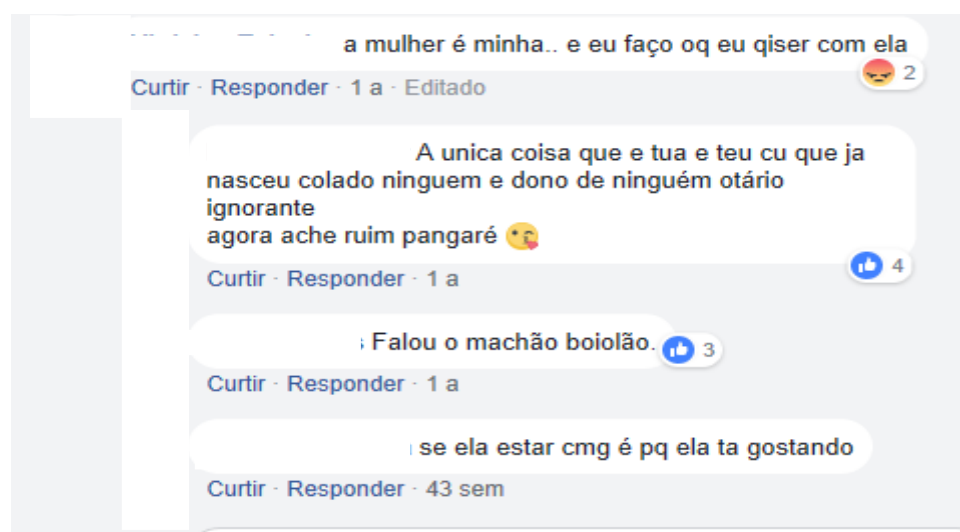


Figura 32: Comentário 24 da publicação 63 do “Mete a Colher”

A reação das seguidoras ao comentário do homem, reflete a polarização de dois grupos que constantemente entram em conflito nas redes sociais, por defender os seus pensamento e ideias. A forma agressiva de argumentar a ideia “ninguém é dono de ninguém”, incita uma forma de defesa violenta para com o comentário do homem. No entanto, no decorrer dos comentários das publicações, ainda no contexto do “Mete a Colher”, esbarramos em um conjunto de comentários que apresenta a sensibilidade e empatia masculina com as lutas das mulheres contra a violência opressora por parte de alguns homens, assim como retrata o comportamento das moderadoras da página as dúvidas e comentários dos seus seguidores, sejam eles mulheres ou homens:

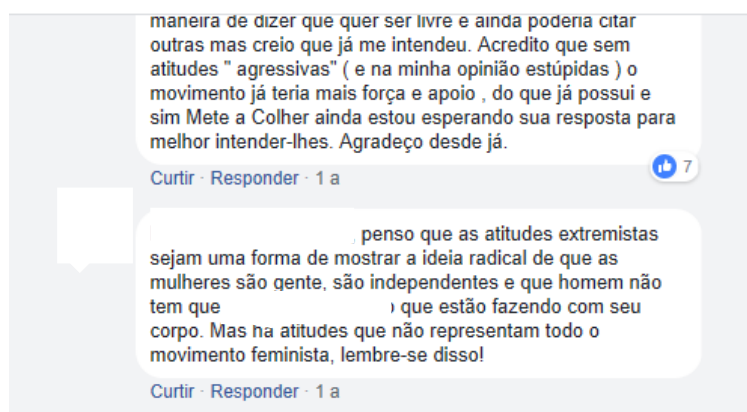


Figura 33: Comentário página 01 publicação 57 do “Mete a Colher”

No extrato acima podemos refletir no que diz respeito ao espaço de debate no qual as redes sociais tornaram-se, este campo de discussão e argumentação fomenta a reflexão de milhares de seguidores que frequentam as páginas estudadas. Desse modo, apesar da evidente iminência de conflito entre perspectivas de homens e de mulheres, encontramos nesses ambientes discussões como a retratada acima: fruto de argumentos saudáveis, não ofensivos, que promovem a construção de uma nova consciência, podendo assim caracterizar-se como um processo de Educação Informal.

Contudo, registra-se que os ataques de homens contra mulheres no contexto das publicações analisadas da página do “Mete a Colher”, são mais evidentes, pois nas publicações do movimento “Vamos Juntas?” não foram encontrados comentários como os expostos abaixo e no decorrer desta subcategoria:

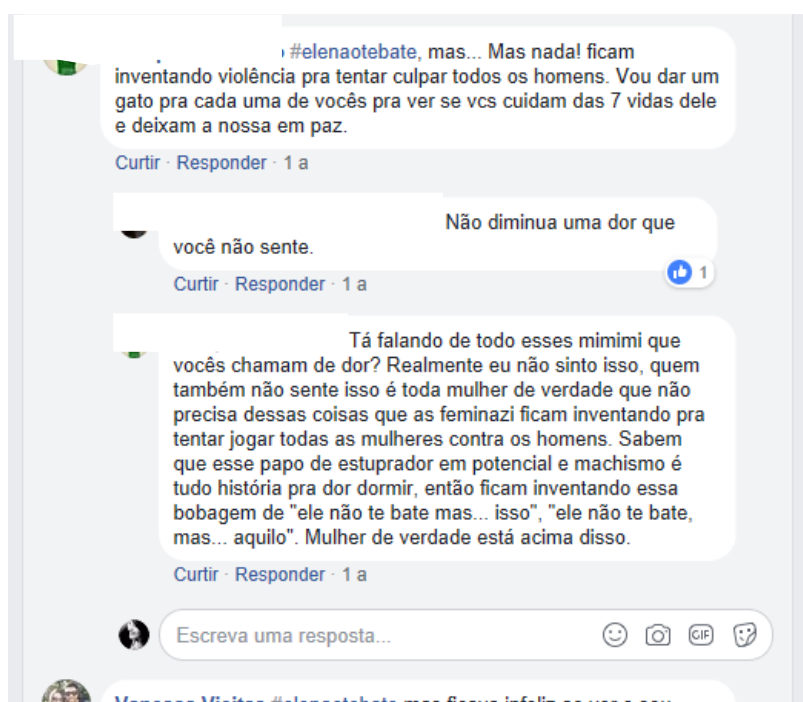


Figura 34: Comentário página 6 publicação 64 do “Mete a Colher”

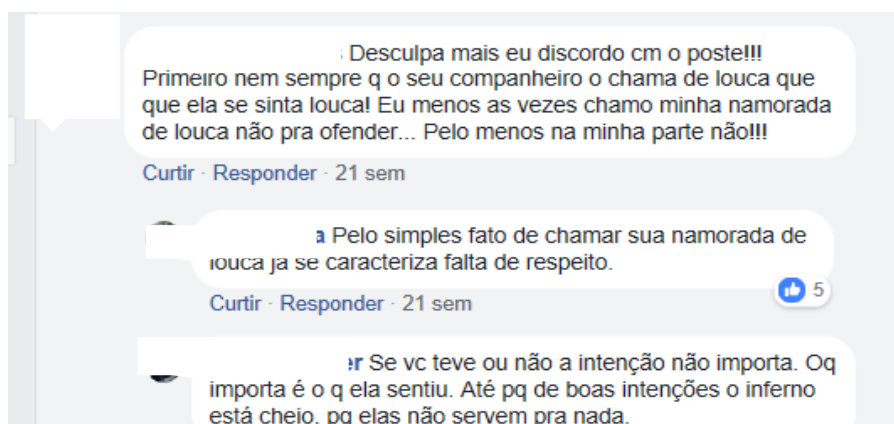


Figura 35: Comentário página 03 da publicação 6 do “Mete a Colher”

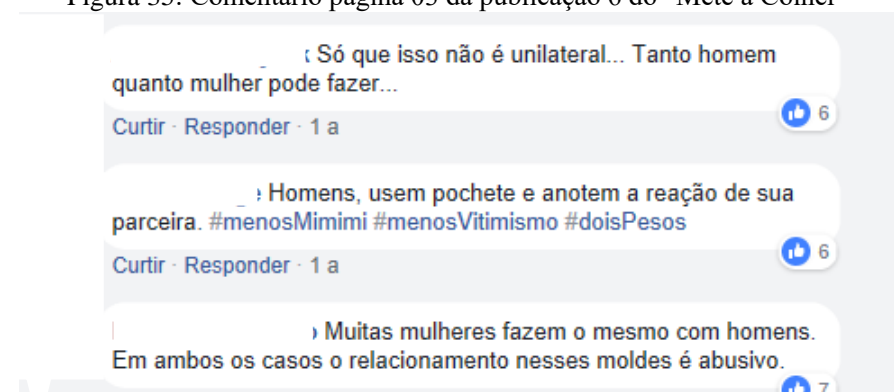


Figura 36: Comentário página 10 da publicação 63 do “Mete a Colher”

Novamente registra-se comentários de homens que refletem intolerância, ausência de empatia e sensibilidade para com as mulheres e suas lutas individuais e coletivas, acentuando a disseminação de um conflito entre homens e mulheres. Todavia, podemos reconhecer que diante de comentários ofensivos ao movimento das mulheres, o caráter do livre debate, encontrado nas redes sociais, também pode contribuir para a construção de uma nova consciência de empatia às dificuldades e lutas das mulheres. Porém ainda existe um caminho para percorrer no processo de construção da igualdade, reconhecimento e respeito entre homens e mulheres. A iminência de conflito permanece. Porém ações como a rede de impacto social “Mete a Colher” e o movimento “Vamos Juntas?” parecem constituir ferramentas que auxiliam no combate ao conflito mulheres/Homens, em busca de uma sociedade justa para todas as pessoas.

Categoria 3 - “Em cada casa, cada caso, cada cara e cada corpo”: Violências vividas e partilhadas num espaço para ouvir

A categoria 3 discute a análise no que diz respeito à violência vivida pelas seguidoras e seguidores das páginas em análise. A finalidade concentra-se em refletir

acerca dessas violências e acentuar como o espaço virtual contribui para a democratização das vozes das mulheres e homens vítimas de violência de gênero.

Subcategorias:

3.1 - Lugar e lugares da violência de gênero

Concernente a subcategoria 3.1, a reflexão permeia os espaços onde acontece a violência de gênero, no sentido amplo da violência social, bem como lugares que se refere aos diferentes espaços de agressão.

No que diz respeito aos espaços onde acontece violência de gênero, ao debruçar um olhar profundo sobre as publicações eleitas, esbarramos em depoimentos de mulheres que encontram nas páginas um abrigo seguro para desabafar e/ou pedir ajudar acerca do momento de violência em que se encontram. Na página do movimento “Vamos Juntas?” encontram-se, nas publicações e comentários, 55 depoimentos de mulheres que dizem estarem vivendo um relacionamento abusivo ou ultrapassaram essa situação em sua vida. Outras 28 mulheres relataram estarem vivendo no contexto de violência. Referente a rede de impacto social “Mete a Colher”, diante das 70 publicações recolhidas, apresentam-se nelas 144 depoimentos de pessoas que passaram ou estão vivendo em um relacionamento abusivo, dentre eles 05 são de homens que afirmam que também viveram essa violência. 18 mulheres relataram situações de violência e 06 comentaram acerca da cultura do estupro no interior da sociedade brasileira.

Saffioti (1995) e Macedo (2015) entre outras atribuem a violência contra a mulher a ruptura a integridade da vítima, colocando o sujeito feminino em contexto de subordinação, silenciamento e constrangimento. Essa violência sobre as mulheres ocorre em diversos espaços dentro da sociedade, surgindo como legitimada num contexto patriarcal (Lerner, 1990). Concernente a esses espaços, de acordo com os depoimentos encontrados nas páginas do Facebook, no sentido amplo da agressão contra as mulheres, está enraizada no contexto da sociedade brasileira uma cultura de violência contra as mulheres que permeia desde as relações no interior das famílias, perpassando pelos relacionamentos, sejam eles heterossexuais ou homossexuais, culminando na esfera profissional. Como podemos ver na figura abaixo depoimentos de mulheres que viveram no meio da violência e machismo:

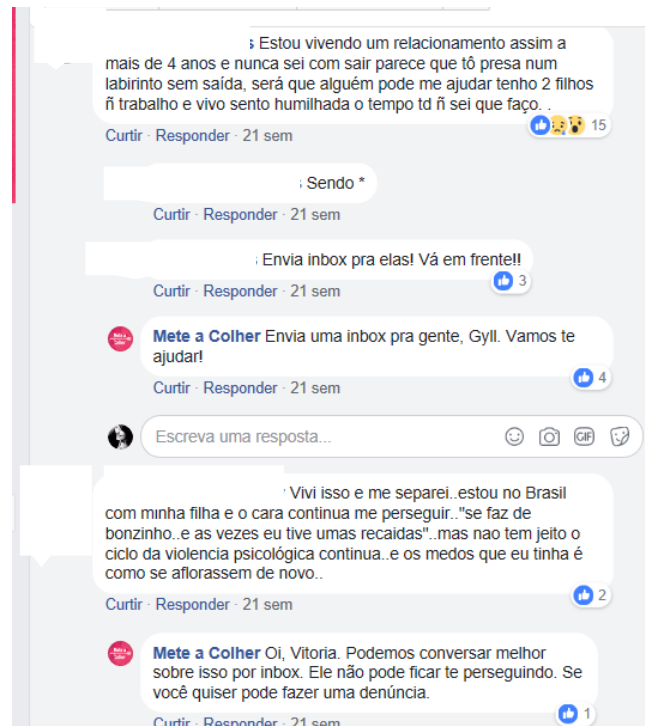


Figura 37 – Comentário página 01 da Publicação 06 do “Mete a Colher”

Portanto, argumenta-se que a violência contro as mulheres apresenta-se em todo lugar e lugares da sociedade brasileira. Justifica-se essa afirmação quando debruçamos o olhar para a publicação 05 do movimento “Vamos Juntas?”. A página questiona as mulheres se elas já sofreram algum tipo de violência ou conhecem outras mulheres que passaram por situações de agressão. Como podemos verificar no extrato a seguir:

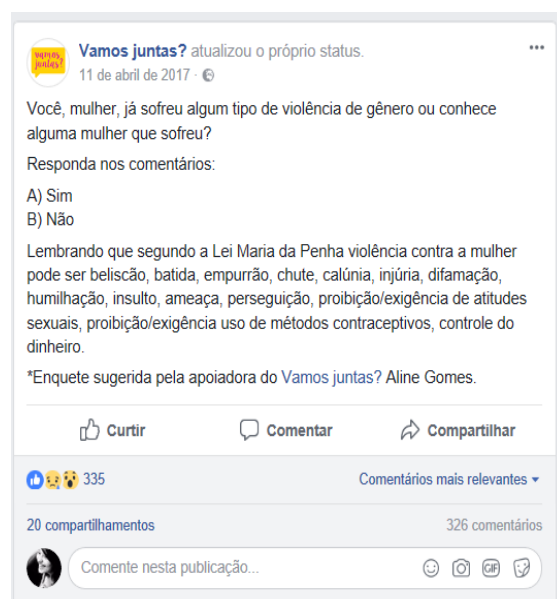


Figura 38 – Publicação 05 do “Vamos Juntas?”

326 mulheres responderam ao questionamento da publicação. Dentre os comentários, 294 mulheres denunciaram que sofreram agressão, desde violência no

contexto familiar, no trabalho, um ‘piropo’ ao caminhar na rua, e violência machista por parte de familiares, amigos e parceiros. As 32 mulheres restantes assumiram uma postura solidária e ofereceram ajuda para aquelas mulheres que ainda estão vivendo em contextos de violência e relacionamento abusivo, construindo dessa forma mais uma corrente de sororidade (Garcia e Souza, 2015), bem como a compreensão do ambiente virtual ser também um espaço para ouvir (Alcântara, 2016).

Resgatando a afirmação “em cada casa, cada caso, cada cara e cada corpo”, a rede de impacto social “Mete a Colher” realizou uma campanha, na qual incentivava as mulheres a denunciarem casos de violência psicológica e simbólica, com o intuito de ouvir as vozes femininas a respeito dessa temática, bem como alertar outras mulheres que encontram-se inseridas em relacionamento abusivos, mas infelizmente não tomaram consciência ainda do contexto de violência em que vivem:

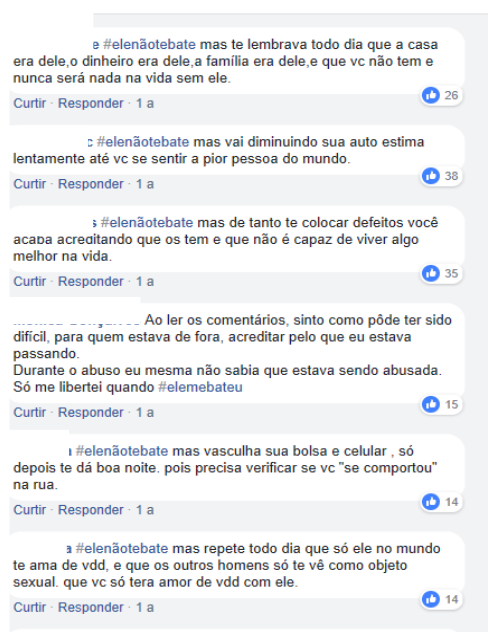


Figura 39 – Comentários publicação 64 do “Mete a Colher”

O movimento da campanha “ele não te bate”, incentivou 32 mulheres, na publicação 64 do “Mete a Colher”, a denunciar suas experiências de relacionamento abusivo, evidenciando o lugar e lugares em que a violência contra as mulheres caminha de forma enraizada e, por vezes, não apresentada de modo agressivo mas sucinto e mascarado no meio de uma cultura que fere a integridade física e psicológica dessas mulheres, usurpando os seus direitos humanos.

Portanto, perceber os lugares em que a violência contra as mulheres encontra-se presente no meio social, permite um maior combate a qualquer agressão contra as mulheres, denunciando, cada caso, cada cara e cada corpo, pois todos os seres humanos merecem respeito, reconhecimento e dignidade. Neste caso, para todos eles, mulheres e homens, nenhum direito a menos.

3.2 - Risco e riscos de violência: Que consequências sobre a vida das mulheres?

Na subcategoria 3.2 discutem-se as mulheres como um grupo social que está em risco devido a configuração atual da sociedade, risco este que pode culminar da perda da vida. Trata-se também de refletir acerca dos diferentes riscos vividos por cada mulher, assim como os tipos de violência e seus efeitos na vida delas.

De acordo com o Mapa da Violência Brasileira (Brasil, 2015), entre 1980 e 2013 cerca de 106.093 mulheres foram mortas pela simples condição de serem mulheres. Portanto, a presente subcategoria busca refletir acerca dos riscos que o grupo social feminino enfrenta diariamente.

Com a promulgação da Lei 13.104/2015, mais conhecida como a Lei do Feminicídio, essa temática ganhou ainda mais visibilidade nas redes sociais, jornais e telejornais brasileiros. Uma vez que o intuito era conscientizar as mulheres da nova legislação, encontram-se nas publicações recolhidas momentos em que a rede de impacto social Mete a Colher aborda a temática para alertar mulheres e homens:



Figura 40: Publicação 19 do "Mete a Colher"

No entanto, apesar da nova legislação, as mulheres brasileiras ainda enfrentam o medo diário do risco de violência em diferentes esferas do meio social, bem como o receio do ato violento chegar ao extremo da perda de vida. Como podemos perceber nos seguintes relatos, o ambiente familiar constitui o principal lugar de violência contra a mulher, reproduzindo a violência social erroneamente legitimada em contexto mais amplo (Macedo, 2015):

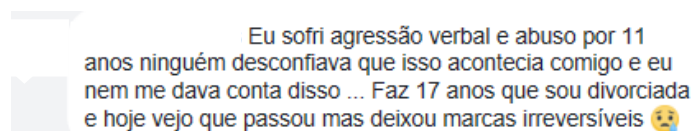


Figura 41: Comentário 13 da publicação 01 do “Mete a Colher”

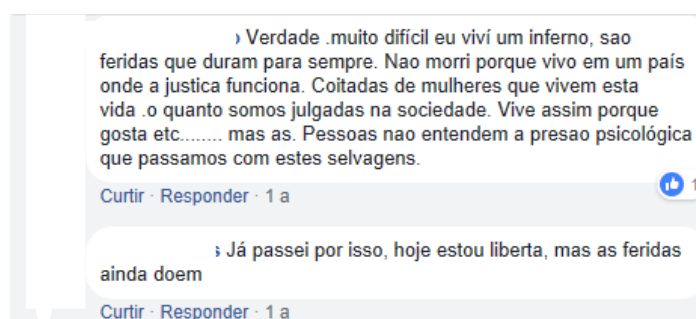


Figura 42: Comentário 01 da publicação 50 do “Mete a Colher”

Diante desses relatos, podemos compreender que felizmente para essas mulheres, a violência não chegou ao extremo como para tantas outras que perderam a vida pelo simples fato de serem mulheres no contexto de uma sociedade machista e patriarcal, onde o sentimento de posse sobre a ou o companheiro impera em muitos relacionamentos. De acordo com Magalhães (2005), a violência contra as mulheres revela espaços de subordinação, imperando um conjunto de violências que trazem para a vida das mulheres medo, angústia e opressão. No entanto, dentro do contexto da violência no espaço familiar é primordial ressaltar a importância do relato dessas mulheres, bem como a coragem de compartilharem as suas experiências no ambiente virtual, a fim de encorajarem outras a mulheres a se libertarem de relacionamentos abusivos e mostrar que, por mais difícil que seja, é possível viver uma vida sem violência, uma vez que as mulheres, como grupo social em desvantagem, estão amparadas por todo um conjunto de legislação.

Na mesma medida em que encontramos nos comentários do “Mete a Colher” relatos de violência, sobretudo no ambiente familiar, as mulheres que participam do

movimento “Vamos Juntas?” apresentam depoimentos de outros riscos, lugares e efeitos da violência de gênero:

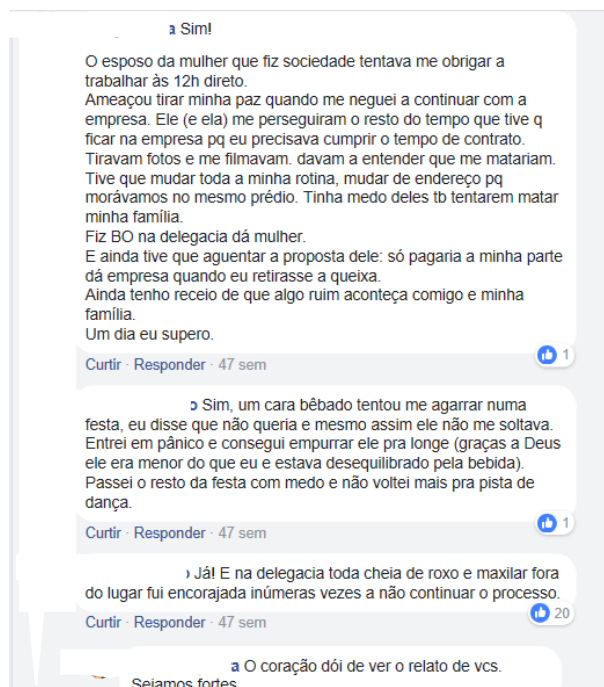


Figura 43: Comentário 08 da publicação 05 do “Vamos Juntas?”

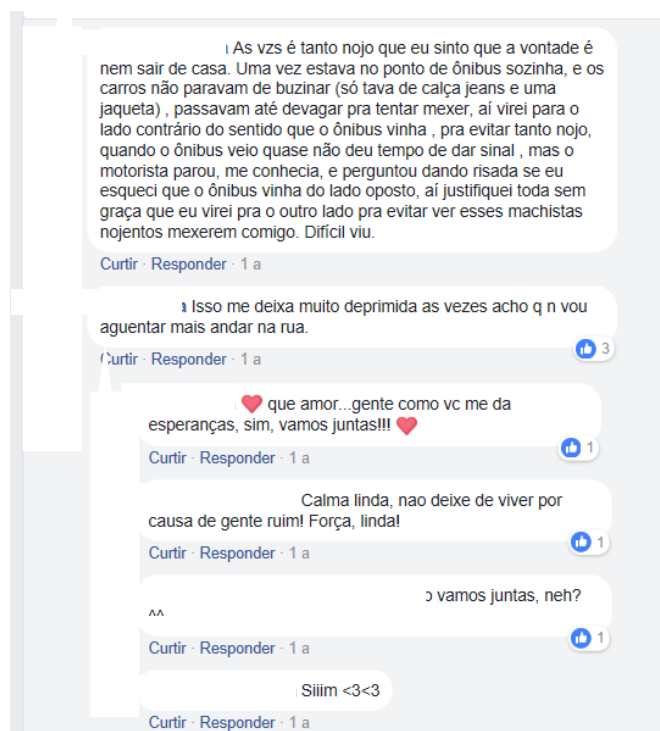


Figura 44: Comentário 03 da publicação 15 do “Vamos Juntas?”

Desse modo, diante dos depoimentos acima, pode perceber-se que ser mulher na sociedade brasileira significa enfrentar risco de violência em todas as esferas da sociedade, seja no ambiente familiar, nos relacionamentos com parceiros(as) ou no trabalho, bem como na delegacia da mulher, ambiente este que deveria priorizar e zelar pelos direitos humanos de todas as mulheres.

Consequentemente, os efeitos das violência contra as mulheres apresentam-se nas mais diversas formas como, por exemplo, o medo de sair de casa, pois as mulheres estão em risco de violência, como apresentados nos relatos acima, ao sair da sua residência para caminhar na rua, andar no autocarro ou chegar no trabalho.

Portanto, diante desses depoimentos podemos refletir no que diz respeito a importância de movimentos como o “Vamos Juntas?” que contribuem para a construção da consciência de que “Juntas somos mais fortes” e no momento que compartilhamos nosso caminho com outras mulheres, podemos diminuir os riscos de violência. É também fundamental a ferramenta que o “Mete a Colher” apresenta de ajudar as mulheres vítimas de violência de género, que contribui para a diminuição dos efeitos psicológicos causados pela imersão em um vida violenta, na qual os direitos são negados.

3.3 - De vítima a resiliente: Desocultando a violência de género sobre as mulheres

A subcategoria 3.3 tem como objetivo argumentar sobre a resiliência das mulheres expressa na coragem em dialogar acerca dos relacionamentos abusivos, da mesma maneira que transformam as suas dores em lutas na busca da igualdade de direitos.

Durante o processo de análise das publicações eleitas para a investigação, deparamos com depoimentos de mulheres em busca da sororidade feminina que sofreram violência de género, abuso sexual e/ou que ainda vivem em contextos de relacionamentos abusivos. Essas mulheres possuem a coragem de relatar experiências intensas e dolorosas, que muitas vezes causam traumas que duram ao longo da vida. São feridas que não cicatrizam rapidamente, no entanto, percebe-se que a coragem dessas mulheres em relatar nos comentários das publicações, assim como enfrentar o próprio medo de serem julgadas, ultrapassar essa questão.

Da mesma maneira, enviar os seus depoimentos para serem publicados na rede social, a fim de buscar apoio e conscientizar outras mulheres que vivem em contexto de violência que não estamos sozinhas, que juntas somos mais fortes, trata-se da capacidade de resiliência.

Como afirma Lerner (1990) as mulheres estão se organizando para combater o patriarcado e, desse modo, realizar uma reforma cultural e social no interior da sociedade. Para isso, ultrapassar o evento traumático de violência é fundamental, pois permite a essas mulheres passarem de vítimas a resilientes, uma vez que ao enfrentar o trauma, superar, se recuperar dele e desse modo ter a coragem de apoiar outras mulheres vítimas é uma questão de coragem e sororidade feminina. Portanto, considera-se que o papel desempenhado pela página do Facebook do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” é fundamental para a construção da resiliência. Podemos compreender a importância do trabalho realizado pelas páginas investigadas nos seguintes extratos:

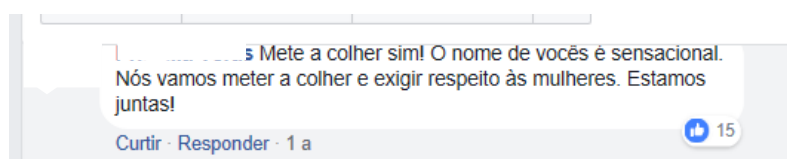


Figura 45: Comentário 01 da publicação 19 do “Mete a Colher”

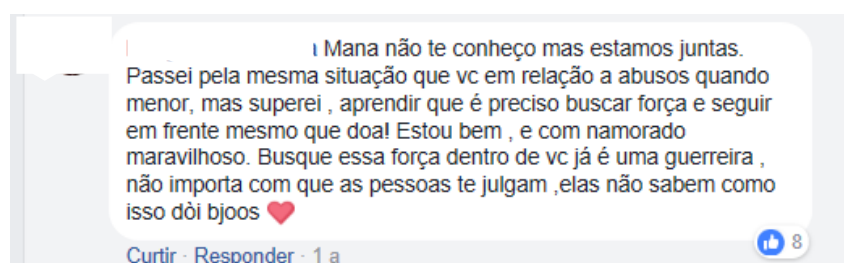


Figura 46: Comentário 04 da publicação 24 do “Vamos Juntas?”

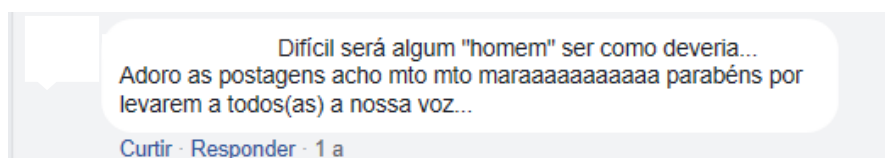


Figura 47: Comentário 01 da publicação 24 do “Mete a Colher”

Dessa maneira, conclui-se que a rede de impacto social “Mete a Colher” e o movimento “Vamos Juntas?” também se constituem como um espaço de diálogo e debate, para ouvir e promover a construção da resiliência de todas as mulheres (e também

homens) vítimas de violência de gênero. Tornaram-se espaços nos quais as e os sujeitos expressam a sua voz e quando esses ambientes são criados e divulgados estamos juntas. Existe uma voz forte e empoderada quando muitas mulheres se unem.

3.4 - Relatos de relacionamento abusivo: Homens em busca da sororidade feminina?

O ponto 3.4 trata-se da reação de homens que viveram e relatam experiências de relacionamento abusivo. Questiona-se o anseio dos homens pela sororidade. No decorrer das publicações da rede de impacto social “Mete a Colher”, encontramos cinco relatos de homens que vivenciaram experiências de relacionamento abusivo. A seguir destacamos três desses depoimentos.

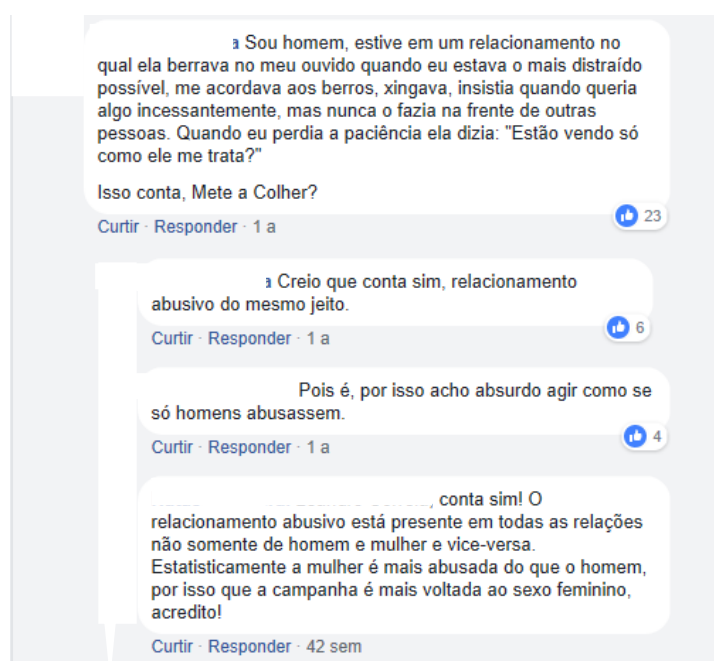


Figura 48: Comentário 02 da publicação 64 do “Mete a Colher”

No extrato acima destaca-se o questionamento de um homem que gostaria de compreender se as atitudes da ex companheira encaixavam-se na descrição de relacionamenro abusivo. Uma vez que a maioria das campanhas no combate a relações tóxicas são dirigidas ao público feminino, o sujeito masculino muitas vezes pode não compreender do que se trata, de fato, um relacionamento abusivo. No entanto, o que se discute na presente subcategoria é a possível busca do homem pela sororidade feminina, pois sendo o “Mete a Colher” uma página do facebook voltada principalmente para atender o público feminino, estariam estes homens em busca de um espaço acolhedor,

onde possam desabafar e receber empatia? Seguimos abaixo com mais dois depoimentos de homens que também viveram relacionamentos abusivos:

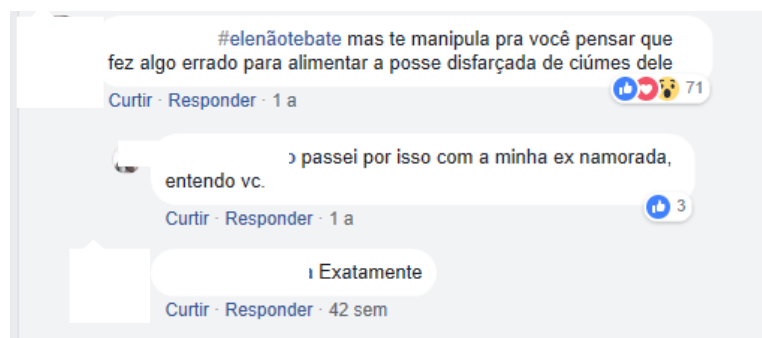


Figura 49: Comentário 02 da publicação 63 do “Mete a Colher”

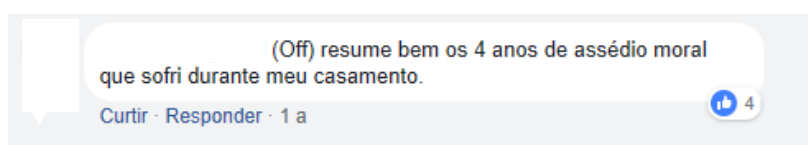


Figura 50: Comentário 11 da publicação 63 do “Mete a Colher”

Refletindo acerca dos depoimentos acima, percebe-se a coragem destes homens em confessar uma experiência de relacionamento abusivo em um ambiente frequentado e feito para as mulheres. Portanto, pode admitir-se que esses sujeitos estejam também em busca de um espaço para serem ouvidos, um espaço acolhedor de sororidade e empatia. Pode também admitir-se que tem vergonha da situação que enfrentaram e encontram no meio da comunidade feminina virtual um ambiente para, assim como as mulheres, compartilharem as suas dores. Dessa maneira, parece evidenciar-se que não são apenas as mulheres que necessitam estar juntas no combate a violência de gênero, mas sim todas as pessoas, pois é uma questão da garantia dos direitos básicos de todos os seres humanos.

Categoria 4 - “Lugar de mulher é onde ela quiser” Ciberativismo como Educação Informal: Um instrumento de alerta para as mulheres?

Buscando respeitar e reafirmar a expressão: “Lugar de mulher é onde ela quiser” que circula nas redes sociais, principalmente no Facebook, a categoria 4 possui como objetivo refletir no que diz respeito ao ciberativismo como potencial impulsionador de práticas educativas que culminam no empoderamento feminino, assim como na construção da consciência de que as mulheres podem assumir o seu lugar dentro da sociedade, quando e onde elas quiserem, pois são senhoras do seu próprio destino.

Subcategorias:

4.1 - Partilhando saberes: Defesa das mulheres contra a violência de gênero

Referente a subcategoria 4.1, a discussão permeia nos efeitos educativos das publicações. No que concerne a presente investigação, no período de um ano foram recolhidas das páginas dos movimentos “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” um total de 124 publicações. Dessas postagens, 24 do movimento “Vamos Juntas?” e 52 da rede de impacto social “Mete a Colher” apresentam uma ação educativa. Postagens essas que discutem temáticas que envolvem a violência contra as mulheres, incluindo relacionamento abusivo, cultura do estupro, feminicídio, Lei Maria da Penha e a construção de campanhas contra o assédio sexual.

Dessa maneira, diante do conteúdo das publicações e as interações entre elas e os seguidores das páginas, percebe-se uma ação educativa, mais precisamente no que corresponde ao campo Educação Informal (Gohn, 2014). Ao lançar um olhar para os comentários e a reação das mulheres diante das publicações é possível encontrar e reconhecer um processo educativo que culmina no empoderamento feminino, bem como na interiorização do conceito de sororidade como um aliado na luta contra a violência de gênero, uma vez que “as redes sociais tem possibilitado aos seus usuários a coordenação e organização de ações políticas coletivas com pessoas com as quais não se tinha trabalhado antes” (Rheigold, 2008: 226) A seguir podemos dar visibilidade ao argumento exposto:

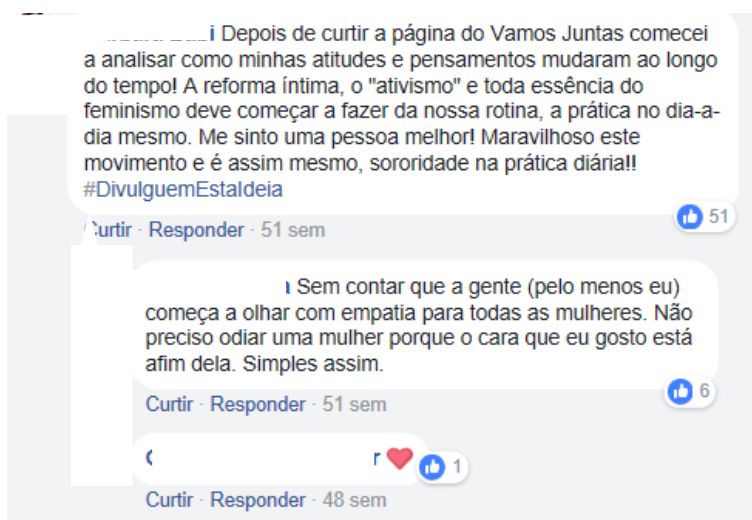


Figura 51: Comentário 04 da publicação 33 do “Vamos Juntas?”

Portanto, é possível refletir sobre o poder que as redes sociais configuram na atualidade para a disseminação de ideias, conceitos e movimentos sociais. Através de uma publicação as pessoas envolvem-se, refletem sobre as suas atitudes, bem como constroem uma nova consciência, neste caso acerca dos movimentos feministas e as ações de sororidade. Os saberes são partilhados e discutidos e assim, formando uma grande ciranda online, as mulheres se unem contra a sobre as mulheres.

No contexto do ambiente virtual, a educação informal se faz presente nas interações das seguidoras com o conteúdo das páginas. Dessa maneira essa ação educacional apresenta-se de forma sucinta e intrínseca nos comentários, como podemos observar nos seguintes relatos:

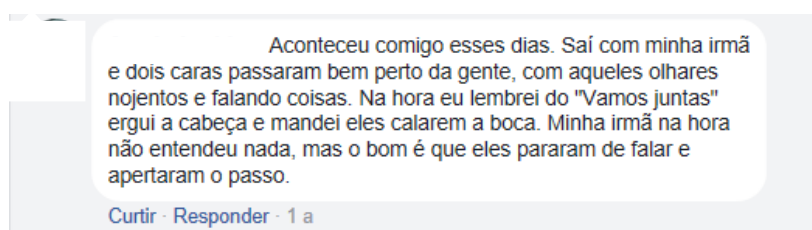


Figura 52: Comentário 13 da publicação 21 do “Vamos Juntas?”



Figura 53: Publicação 27 do “Vamos Juntas?”

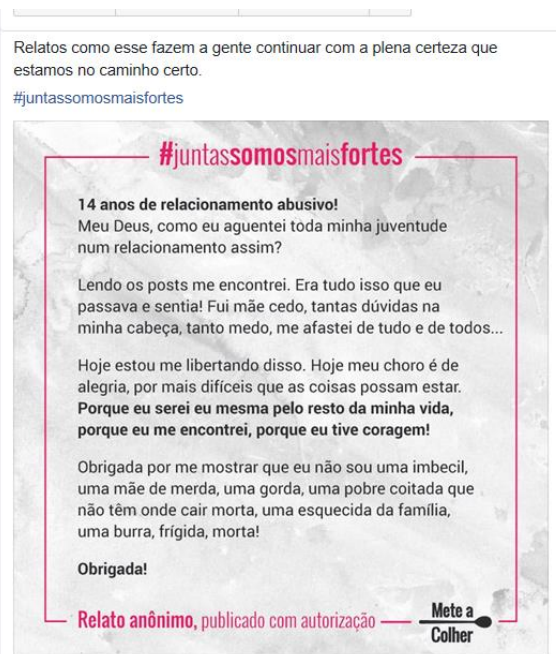


Figura 54: Publicação 29 do “Mete a Colher”

O sentimento de agradecimento por “ter me ensinado” reflete uma ação educativa, assim como a frase “lembrei do vamos juntas”. Uma vez que os três depoimentos buscam na experiência online de interação com as páginas dos movimentos “Vamos Juntas?” e “Mete a Colher” o empoderamento feminino e igualmente a sororidade. As publicações

permitem a reflexão e refletem-se nas ações das seguidoras fora do mundo online. O conteúdo das postagens ultrapassa o ecrã do computador e/ou telemóvel e permite a construção de ações que envolvem sororidade feminina. Portanto, as ações educativas encontradas no conteúdo das páginas estudadas, permitem fazer a afirmação do ambiente virtual como novo campo educacional. Um espaço que proporciona liberdade e autonomia, um espaço que virtualmente, no contexto dos movimentos escolhidos para análise, alcança as pessoas envolvidas de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

4.2 - As Redes Sociais como espaço de discussão e debate

No ponto 4.2 a reflexão diz respeito as reações das moderadoras das páginas, assim como das e dos seguidores, aos comentários que retratam um posicionamento contrário a causa defendida, refletindo acerca da partilha de opinião e sobre o ambiente virtual como espaço no qual as e os sujeitos possuem liberdade para debater e expressar as suas ideias e convicções.

A rede social Facebook, na qual o “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” surgiram, possui atualmente cerca de 2,3 bilhões de usuários. Desse modo, torna-se um espaço no qual as pessoas participantes exprimem a sua opinião, seja em forma de publicação na conta particular do indivíduo ou em comentários nas páginas que tratam temáticas diversas, podendo assim admitir-se que “essas plataformas digitais tem contribuído decisivamente para o fortalecimento da democracia, por providenciarem aos seus usuários possibilidades expandidas de ampliar a sua opinião política” (Gergen, 2008: 297).

Portanto, refletir acerca das redes sociais como espaço de discussão e debate é, neste caso, perceber como as moderadoras das páginas investigadas lidam com os comentários e a interação entre as pessoas seguidoras no que diz respeito as temáticas defendidas e publicadas. Nesse sentido, segue abaixo dois extratos de debates vivenciados no contexto do “Mete a Colher”, que na publicação abordava a temática do relacionamento abusivo e violência contra as mulheres:



Figura 55: Comentário 01 da publicação 63 do “Mete a Colher”



Figura 56: Comentário 01 da publicação 01 do “Mete a Colher”

Nas figuras acima podemos ver como as moderadoras da página do “Mete a Colher” reagem aos comentários e posicionamentos das pessoas seguidoras, assim como a interação entre participantes que seguem as publicações da rede. Essa comunicação centra-se na clarificação e disseminação das medidas que mulheres e homens podem utilizar com o intuito de combater a violência contra as mulheres, no entanto verifica-se que a organização da página não consegue atender e responder a todos os comentários. Desse modo as e os próprios seguidores continuam o debate enquanto o “Mete a Colher” se isenta da discussão. O mesmo acontece nos debates que envolvem a temática do “Vamos Juntas?”, nos quais não se encontra a participação da moderação da página nos debates entre as e os seguidores no âmbito das suas publicações. Como podemos ver a seguir:

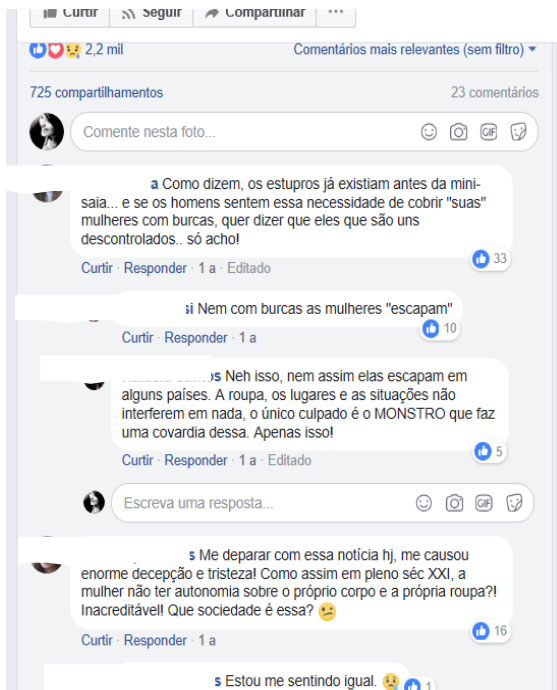


Figura 57: Comentário 01 da publicação 34 do “Vamos Juntas?”



Figura 58: Comentário 01 da publicação 43 do “Vamos Juntas?”

Ao lançar um olhar para os extratos acima podemos verificar a interação entre as suas seguidoras, público maioritário da página do “Vamos Juntas?”, assim como identificar a isenção da moderação da página nas discussões entre as seguidoras. No entanto, os debates existem no contexto das redes sociais e são impulsionados pelo conteúdo das postagens, que abrem caminhos para discussões fomentando a reflexão no que diz respeito a violência contra as mulheres e a sororidade feminina.

Desta maneira, concebemos o ambiente virtual das redes sociais como espaço impulsionador de discussões e debates, uma vez que a sociedade se organiza – também - no ambiente online e dentro dele surgem novas formas e espaços de aprendizagem e, com isso, o surgimento também de um novo local de construção da cidadania. Vem tornando-se, portanto, um ambiente educativo que promove discussões e debates, no qual as vozes das mais diversas pessoas, grupos e movimentos sociais podem ser ouvidas.

4.3 - Participação social no ambiente virtual: Reinventando a democracia na luta pelos direitos das mulheres?

No contexto da subcategoria 4.3, a reflexão envolve as formas de democracia e participação social que estão intimamente ligadas ao ambiente virtual. Concebendo o ambiente das redes sociais como um novo espaço das ações educativas e de aprendizagem, podemos igualmente refletir acerca da participação social dentro desse contexto, no

âmbito da rede de impacto social “Mete a Colher” e o movimento “Vamos Juntas?”. Esta reflexão baseia-se na seguinte postagem do movimento “Vamos Juntas?”:

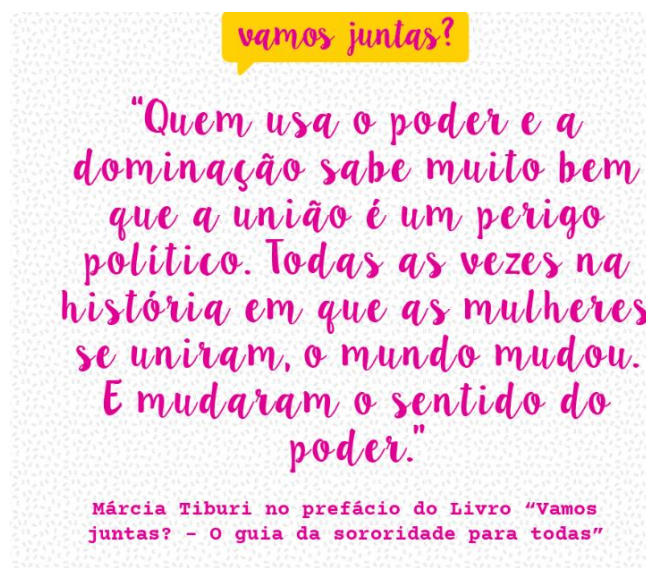


Figura 59: Publicação 20 da página do “Vamos Juntas?”

Refletindo acerca da publicação acima, a frase de Márcia Tiburi, no prefácio do livro derivado do ambiente virtual do “Vamos Juntas?”, nos remete ao conceito de sororidade feminina, no momento em que julga a união das mulheres como um ato político e revolucionário, pois incentivar as mulheres a estarem juntas na busca pela igualdade de direitos e no combate a violência de gênero, é o papel das redes de apoio virtuais, investigadas na presente dissertação. Portanto devemos conceber que Estarmos Juntas, em sororidade, é um ato político, e que as redes sociais permitem uma nova configuração da participação social, no modo virtual.

Dessa maneira, pensar uma nova democracia e mecanismo de luta e participação social em defesa dos Direitos Humanos na era das relações virtuais é urgente, pois as redes sociais carregam atualmente um poder de ‘doutrinação’ que se mostra a cada dia mais eficaz. A facilidade de acesso à informações assim como a liberdade de publicar as opiniões e disseminar ideias permite a construção de uma rede de propagação política que merece uma atenção especial dos Movimentos Sociais, a fim de reinventar uma nova forma de democracia e participação social que continuem a usar as redes sociais como um novo ambiente para se pensar e discutir políticas e direitos.

4.4 - Ciberativismo: Um impulsionador da intervenção social?

O ponto 4.4 apresenta e reflete acerca das ações e movimentos que surgem na internet e culminam na promoção de eventos fora das redes sociais. Considerando que estas redes se tornaram espaços de discussão e debate, referente aos mais diversos assuntos, encontramos no interior das publicações das páginas investigadas ações, eventos e movimentos que ultrapassam o ambiente virtual, impulsionando, desse modo, a participação da sociedade, como referi no ponto anterior. Como podemos observar nos seguintes eventos organizados e/ou divulgados pela equipa da rede de impacto social “Mete a Colher”:



Figura 60: Publicação 3 do “Mete a Colher”



Figura 61: Publicação 4 do “Mete a Colher”

Promover a participação em ambientes que constroem um debate acerca dos direitos das mulheres, assim como refletem no que diz respeito a temáticas feminista, impulsiona a construção de uma sociedade mais justa, digna, igualitária e acima de tudo consciente dos direitos. Ações como esta, que ultrapassam o limite virtual, proporcionam também o fomento da cidadania e criticidade, promovendo a reflexão das atitudes individuais de cada ser humano, assim como permitem pensar o coletivo, para o coletivo e pelo coletivo. Da mesma forma, proporcionam a construção de espaços nos quais as e os sujeitos estejam abertos para debater, proporciona a criação de laços de convívio, respeito pela opinião da outra pessoa e igualmente a construção da sororidade.

Para além do fomento a ações de debate, divulgação e participação por parte das organizadoras das páginas em eventos que discutem temáticas feministas e manifestações sociais em defesa dos direitos das mulheres, o “Mete a Colher” e “Vamos Juntas”, no período eleito para a realização da presente investigação, realizaram uma campanha social que almeja a construção e disseminação da sororidade feminina, assim como encorajou as mulheres a vencerem o silêncio e relatarem acerca de abusos sofridos na maior festa popular do Brasil, o Carnaval, como podemos ler a seguir:



Figura 62: Publicação 08 do “Mete a Colher”



Figura 63: Publicação 07 do “Mete a Colher”



Figura 64: Publicação 52 do “Vamos Juntas”

As postagens acima permitem perceber a preocupação das páginas estudadas em levar para além das redes sociais o movimento de união das mulheres, no combate ao assédio e violência de género. Por isso, podemos concluir que o ciberativismo nas publicações das páginas, dá espaço para construir, de fato, espaços para a concretização de intervenções sociais no ambiente offline.

Ademais, o próprio movimento “Vamos Juntas?” ultrapassa na sua essência as barreiras online, visto que surgiu de uma campanha que incentiva as mulheres a se apoiarem na rua, espaço este onde as mulheres deparam-se com o assédio sexual e agressões verbais. Portanto, com o intuito de evitar ainda mais casos de violência de género, o movimento incentiva as mulheres a procurar outras mulheres para caminharem juntas na rua, principalmente a noite em locais considerados violentos. Podemos ler esse apelo na publicação a seguir:



Figura 65: Publicação 32 do “Vamos Juntas?”

Dessa maneira, considera-se que o espaço virtual das redes sociais, aliado ao ciberativismo, promove um novo ambiente produtor da construção de novas intervenções sociais online, assim como offline, pois como pudemos ver, as campanhas e movimentos criados na internet constituem hoje uma ferramenta essencial para o combate a violência contra as mulheres.

CAPÍTULO V - “ESTARMOS JUNTAS É UM ATO POLÍTICO”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No que diz respeito as preocupações centrais da dissertação, pensar as mulheres como um coletivo inserido no ambiente das redes sociais e a partir desse contexto, refletir

acerca das ações de sororidade, assim como pensar na natureza, alcance e potenciais impactos dessas ações na vida das mulheres, esta pesquisa permitiu auscultar de que forma as ações educativas se constroem neste ambiente democrático que inclui e acolhe as mulheres vítimas de violência. Assumiu-se, dessa forma, que o ambiente online do facebook propicia relações democráticas de escuta, assim como de abertura dos caminhos para as vozes de todas as pessoas que pretendam participar. Nesse sentido, as redes sociais estudadas podem ser caracterizadas como instrumento de promoção de sororidade, uma vez que nas configurações do seu interior propicia uma interação solidária e de união, na luta contra a violência sobre as mulheres.

No momento de conclusão deste trabalho, olha-se para o percurso e percebe-se que, de fato, no sentido que fala Bondía (2002), a construção desta dissertação tornou-se uma experiência que nos move, nos muda e nos transforma. Nesse sentido, o ato de investigar constituiu uma construção diária da vida acadêmica (e mesmo pessoal), que nos envolve em forma de abraço e nos faz crescer.

Ao pensar esta investigação, foi necessário lançar um olhar para a conjuntura atual da sociedade brasileira, uma vez que este contexto está imerso em formas de domínio patriarcal em que se legitima, erroneamente, a opressão das mulheres em todas as esferas do ambiente social, como foi possível identificar nos relatos da página do movimento “Vamos Juntas?” e nos comentários e publicações da rede de impacto social “Mete a Colher”. Portanto, ao lançar este olhar e refletir sobre o que nos moveu a essa temática, compreende-se a importância da construção de uma reflexão, na qual as mulheres, e mais precisamente as relações entre essas mulheres, sejam protagonistas, pois falar sobre mulheres, através das vozes deste coletivo, também é falar e discutir sobre a esperança de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

É neste sentido que essa investigação se fez presente na esperança de contribuir para o debate e reflexão, através do profundo mergulho no contexto das redes sociais, sobre como o coletivo de mulheres se organizam em militância para promover a sororidade e união entre elas, uma vez que a temática discutida na investigação torna-se, no contexto atual da sociedade brasileira, e não só, fundamental para a promoção dos Direitos Humanos.

Durante todo o texto, desejava-se posicionar no centro da discussão as vozes das mulheres que interagem com as publicações das páginas do facebook eleitas para a

pesquisa. Nesse sentido, ao lançar um olhar profícuo sobre o terreno da investigação, deparei com um ambiente caracterizado pela liberdade de falar as suas opiniões, assim como defender e compartilhar ideias e ideais. Portanto, o ser humano dotado dessa liberdade, aliado ao possível anonimato propiciado pelo mundo virtual, parece assumir também o direito de expor críticas, ação esta que pode culminar, de forma preocupante e como observamos nos comentários ao longo da análise de dados, em discursos de ódio e aversão com relação ao Movimentos Feministas e a união das mulheres.

Imersa nesse ambiente de liberdade de expressão, esta investigação preocupou-se em abrir caminhos para as vozes – e a interpretação das vozes - das mulheres, assim como apresentar as ações de sororidade originárias dos movimentos de ciberativismo, explorando o terreno online da rede de impacto social “Mete a Colher” e do movimento “Vamos Juntas?”. Cumpriu-se o intuito de identificar nessas ações de sororidade o surgimento de um novo campo de atuação da Educação Informal, uma vez que na relação entre participantes a ação educacional se faz presente.

Desse modo, pensar as mulheres como um coletivo, concretiza-se como um ato político, uma vez que o movimento de união, de estar junta, provoca a construção de um movimento de inclusão entre as mulheres, no qual coletivamente são pensados atos que também ultrapassam o terreno do ciberativismo, estabelecendo significados às lutas singulares de cada mulher, culminando numa democracia consciente das suas ações sociais e igualmente pedagógicas, logo as vozes das mulheres como pessoas singulares e no coletivo revela a força do Movimento Feminista.

Referente ao terreno da investigação, tornou-se claro que lançar um olhar investigativo para as interações no mundo virtual é fundamental para compreender as novas configurações da sociedade, igualmente dos movimentos sociais que buscam no ambiente online alianças que propiciam uma maior abordagem e disseminação das suas ações, como foi visto na participação de mulheres e homens ao comentar nas publicações das páginas do facebook eleitas como objeto de estudo deste trabalho. Esta análise permitiu também evidenciar os novos contornos que a participação cidadã pode assumir dentro do ambiente virtual, integrando este terreno como um novo campo de atuação política.

A interação com as publicações do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?” evidenciou que estas propiciam a construção de um meio facilitador das ações de sororidade, e

fomentam a desconstrução da cultura patriarcal, o combate a violência de gênero. É também relevante perceber como a promoção de um canal feito por mulheres contribui para a afirmação das vozes das mulheres diante das opressões da sociedade. Podem, neste meio, ouvir, ser ouvidas e debater ações que viabilizem a construção de um ambiente social justo e mais igualitário para todas as pessoas.

No entanto, este anseio de construir uma reflexão que apresente as vozes de todas as mulheres que cruzaram este caminho, culmina na incompletude da investigação, pois este desejo não se completa em apenas uma investigação. Admite-se que o método, assim como a recolha dos dados não nos permite ouvir as vozes de todas as mulheres que compartilham ideias e postagens do “Vamos juntas?” e “Mete a Colher”. Tornou-se claro, ao longo da investigação. Contudo, mesmo diante da incompletude, fez-se nesta investigação a construção de uma narrativa que almeja abrir caminhos para as vozes de todas as mulheres e homens que interagem com as páginas do facebook que contribuíram para a construção desde investigação.

No que concerne à contribuição da presente investigação para a vida das mulheres, esta faz-se presente na interpretação das várias vozes de mulheres e homens que encontraram no ciberativismo do “Mete a Colher” e Vamos Juntas?” um espaço de sororidade, combate a violência e defesa dos direitos não só das mulheres, mas igualmente de todo o ser humano. É também importante acentuar que a defesa e disseminação do conceito de sororidade, nessas redes, provoca a união e solidariedade entre as mulheres, o que reflete em ações organizadas também fora do mundo virtual, contribuindo para a construção de uma democracia mais ampla, que visa abraçar e defender as vozes das mulheres em suas diversidades e singularidades. A força dessas vozes, dá espaço a construção de uma grande ciranda contra toda forma de opressão.

No que se refere as contribuições da investigação para as Ciências da Educação, esta baseia-se na reflexão acerca do surgimento de um novo campo de atuação da Educação Informal, dado que o ambiente online das redes sociais é utilizado por milhares de pessoas, as quais se comunicam e expõem suas ideias através do facebook, o encontro das e dos sujeitos no contexto desse espaço proporciona uma interação social dotada de empatia e sororidade, celebrando dessa forma a construção de um novo campo educacional que envolve mulheres e homens nos debates acerca da igualdade de gênero. Portanto, pensar a construção da união das mulheres a partir do contexto das redes virtuais,

alcança um grande número de pessoas, devido ao grande alcance que o facebook apresenta.

Desse modo, a presente investigação contribuiu também para a discussão sensível da construção do conceito de sororidade, apresentando que, de fato, as mulheres conseguem unir-se e se organizarem no combate a violência sobre as mulheres, igualmente para a edificação de algo novo que respeita a pluralidade do movimento feminista. Caminham lado a lado as mulheres que disseminaram ações e depoimentos de sororidade no decorrer das publicações do “Mete a Colher” e “Vamos Juntas?”.

Nesse sentido, na busca pela sororidade nas redes sociais, mais precisamente no facebook, torna-se fundamental criar caminhos que proporcionem a mulheres e homens espaços que contribuam para a construção da sororidade. É dentro desse contexto de afirmação da união entre mulheres que as páginas do “Vamos Juntas?” e “Mete a Colher” buscam atuar em defesa da vida das mulheres – ao mesmo tempo que parecem distanciar-se de uma visão essencialista e homogeneizadora do mundo feminino. Conclui-se, pois, que as páginas do facebook estudadas nessa investigação são um espaço para empoderar as vozes das mulheres.

Nesse seguimento, torna-se imprescindível olhar para as mulheres que interagem com as publicações das supracitadas páginas como um coletivo, respeitando as diversidades presentes, que unidas constroem um caminho de luta e sororidade. Nota-se que o apoio de cada mulher à quem necessita de ajuda, é primordial para a construção de um ciranda que envolve todas as mulheres e homens que defendem as lutas do Movimento Feminista pelos direitos humanos de mulheres e homens, assim como as ações de ciberativismo realizadas pela rede de impacto social “Mete a Colher” e o “Vamos Juntas?”.

Da mesma maneira, o ambiente online das redes sociais evidencia-se como lugar no qual as tomadas de decisões políticas e sociais são originárias e pensadas, pois é a partir das interações das e dos sujeitos no facebook que organizações como o “Vamos Juntas?” e “Mete a colher” pensam, repensam e debatem as ações que serão realizadas em sociedade. Isto tornou-se claro na análise de dados aos movimentos criados no interior das páginas que ultrapassaram o mundo online e realizaram-se na sociedade “real”.

À vista disso, esta pesquisa admite que as redes sociais se comportam como um abraço “sororal” a todos os coletivos de mulheres que almejam a igualdade de direitos para todas as pessoas, pois ao longo dos últimos vinte anos tornaram-se um importante campo de atuação, construindo um ciberativismo que fomenta o debate democrático e decisório para pensar e refletir no que diz respeito as atuações dos movimentos das mulheres.

Diante do contexto da sociedade Brasileira atual é fundamental quebrar barreiras e soltar nós, com o intuito de abraçar todas nós, pois quando as mulheres se unem, numa ciranda, existe uma voz que ecoa em todas as esferas da sociedade. Por isso nesta investigação o intuito não foi “dar voz” as mulheres que interagem com as publicações do “Vamos Juntas?” e “Mete a Colher”, mas sim abrir caminhos para as vozes serem ouvidas e poderem expressar-se. Face à investigação realizada parece poder admitir-se que a luta por um mundo mais igualitário, pacífico, justo pertence a todas as pessoas hoje inseridas num ambiente de incertezas políticas, económicas e sociais. Caminhar de mão dadas, numa ciranda, como a que pudemos analisar online, torna-se essencial para a construção de uma cidadania mais ampla e uma sociedade mais democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcântara, Livia (2016). *Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão*. Retirado em setembro 23, 2018 em <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p315>
- Alves, Alda (1991). *O planejamento de pesquisas qualitativas em educação*. Retirado em 11 de outubro, 2018 de <file:///C:/Users/Felipe/Downloads/Dialnet-OPlanejamentoDePesquisasQualitativasEmEducacao-6208725.pdf>
- Amado, João (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Aníbal, Alexandra (2014). *Aprender com a vida: aquisição de competências de literacia em contextos informais*. Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- António Nóvoa (2009). *Educação 2021: Para uma história do Futuro*. Retirado em agosto 10, 2018: de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf
- Aymon, Bernadette (2007). *Olhares cruzados sobre educação não-forma: Análises de práticas e recomendações*. Retirado em agosto 02, 2018 de <file:///C:/Users/fnac/Documents/Dissertação/Textos%20Educação%20Informal/MAPA-Olhares%20Cruzados%20Sobre%20Educação%20Não%20Formal.pdf>
- Barroso, Edgar (2016). *A Educação Informal através das Redes Sociais - O Facebook como meio alternativo para a promoção da cidadania e participação política em Moçambique*. Retirado em junho 28, 2018 de <https://www.mediafire.com/?mvvjqs1nk4ew91q>.
- Barroso, Edgar (2017). *A educação para a Cidadania através das Redes Sociais – A experiência de organizações da sociedade civil Moçambicana*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Beauvoir, Simone (1967). *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bilge, Sirma(2009). *Théorisations féministes de l'intersectionnalité*”. Diogenes, pp: 70-80.
- Bogdan, R; Biklen, S. K. (1982). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Editora Porto.
- Bondía, Jorge (2002). *Notas sobre a experiência e o saber de experiencia*. Retirado em agosto 06, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>
- Bourdieu, Pierre (2001). *A miséria do Mundo* (pp. 693-713). Petrópolis: Editora vozes.
- Bourdieu, Pierre (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (2004). *Para uma Sociologia das Ciências*. Lisboa: Edições 70.
- Brandão, Carlos (2013). *O que é Educação*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Brasil (2015). *Mapa da violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil*. Retirado em junho 26, 2018 de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- Canotilho, Ana e Magalhães, Manuela (2006). *ONGs e feminismos: Contributo para a construção do sujeito político feminista*. Porto: Ex aequo.
- Casique, Leticia e Furegato, Antonia (2006). *Violência contra mulheres: Reflexões Teóricas*. Retirado em Agosto 2, 2018 de <http://www.redalyc.org/html/2814/281421865018/>

- Cavaco, Cármen (2002), *“Aprender Fora da Escola: Percursos de Formação Experiencial”*. Lisboa: Educa.
- Charlot, Bernard (2006). *A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber*. Revista Brasileira em Educação v.11.
- Coutinho, Clara e Alves, Manuela (2010). *Educação e sociedade da aprendizagem: Um olhar sobre o potencial educativo da internet*. Revista de Formación e Innovación Educativa Universitaria. Vol.3, Nº 4, 206-225.
- Damasco, Marina; Maio, Marcos e Monteiro, Simone (2012). *Feminismo Negro: Raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)*. Florianópolis: Estudos Feministas.
- Day, Vivian, Telles Liseux... e Black, Paulo (2010). *Violência doméstica e suas diferentes manifestações*. Retirado em julho, 24, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>
- Denzin, Norman K; Lincoln, Yvonna S (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa - Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Dieminger, Tatiana E. e Oliveira, Denise T. (2015). *Protagonismo Ascendente: O ativismo online nas lutas feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina: Revista Derecho y Cambio Social.
- Dornelles (2004). *Antropologia e internet: Quando o “campo” é a cidade e o computador é a “rede”*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos.
- Durkheim, Émile (1978). *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, ed 11.
- Durkheim, Émile (2001). *As regras do Método Sociológico* (29-39). Coimbra: Reis Editora.
- Felinto, Erick. (2002) *Tecnognose: tecnologias do virtual, identidade e imaginação espiritual*. In Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. EDIPUCRS. Porto Alegre, n. 18, pp- .15 – 25.
- Ferreira, Manuela (2004). *"A gente gosta é de brincar com os outros meninos!" Relações sociais entre crianças num Jardim de Infância*. Porto: Edições Afrontamento.
- Frankland, Jane e Bloor, Michael. (1999). *Some issues arising in the systematic analysis of focus groups materials*. Em Jenny Kitzinger and Rosaline Barbour (ed). *Developing Focus Group Research*. London: SAGE. (144-155).
- Freyre, Gilberto (2013). *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global.
- Gallagher, Margaret (2006). *Perspectivas feministas sobre os Media*. Ex aequo, n.º 14, 11-34.
- Garcia, D.A; Sousa, L.M (2015). *A sororidade no Ciberespaço: Laços Feministas em Militância*. São Paulo, Estudos Linguísticos, n.º 44, 991-1008.
- Garcia, Dantielli e Souza, Lucília (2015). *A sororidade no ciberespaço: Laços feministas em militância*. Retirado em setembro 25, 2018 de <https://revistadogel.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1032/613>
- Gergen, Kenneth (2008). *Mobile Communication and the Transformation of the Democratic Process*. In Katz, James et al. (2008). *Handbook of Mobile Communication Studies*. Cambridge: The MIT Press.
- Gerhardt, Carlise C. e Silveira, Rafael S. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gindre, Gustavo (2016). *Internet e Redes Sociais como ferramentas de Mobilização*. Retirado em julho 24, 2018 de <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Cartilha-Redes-Sociais-e-Mobilizacao.pdf>

Godoy, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais* (v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun) . São Paulo: Revista de Administração de Empresas.

Gohn, Maria (2006). *Educação não-formal na pedagogia social*. Retirado em julho 23, 2018 de file:///C:/Users/fnac/Documents/Dissertação/Textos%20Educação%20Informal/Gohn,%20M.G.%20-%20Educação%20não-formal%20na%20pedagogia%20social.pdf

Gohn, Maria (2014). *Educação não-formal, aprendizagens e saberes em processos participativos*. Retirado em julho 23, 2018 de: file:///C:/Users/fnac/Documents/Dissertação/Textos%20Educação%20Informal/Gohn,%20M.G.%20-%20Educação%20Não%20Formal,%20Aprendizagens%20e%20Saberes%20em%20Processos.pdf

Hadji, Charles; Baillé, Jacques (2001). *Investigação e Educação para uma “nova aliança” 10 questões acerca da prova*. Porto: Porto Editora.

Hirata, Helena. *Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações humanas*. São Paulo: Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v.26, n.1.

Jesus, Jaqueline (2013). *Feminismo e identidade de gênero: Elementos para a construção da teoria Transfeminista*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis.

Jesus, Jaqueline; Alves, Hailey (2012). *Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais*. Revista Cronos, v. 11, n. 2.

Koning, M. H. M. *Lugares emergentes do sujeito-mulher: viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintasilgo*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

Lagarde, Marcela (2012). *El feminismo em mi vida – hitos, claves e topías*. México: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal.

Lagarde, Marcela. *Sororidad*. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia (Orgs.). *Estudos Feministas, mulheres e Educação Popular*. Curitiba: CRV, 2016.

Lerner, Gerda (1990). *La creación del patriarcado*. Barcelona: Crítica S.A.

Lisboa, Teresa Kleba (2016). *Democracia de Gênero: É possível um pacto entre as mulheres?*. Universidade Federal da Bahia: Revista Feminismo; 4 (1); jan /abr.

Ludke, Menga e André, Marli E. D. (1986). *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Macedo, Eunice & Santos, Sofia (2009). *Apenas Mulheres? Situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus, ex aequo* 19, 129-155.

Macedo, Eunice (2003). Enraizamento e vozes para os feminismos negros, in Carmo Marques, Conceição Nogueira, Maria José Magalhães & Sofia M.Silva (Coords.) *Um olhar sobre os feminismos: Pensar a democracia no mundo da vida* (pp. 125-150). Porto: UMAP

Macedo, Eunice (2015). *Violência e Violências sobre as Mulheres: Auscultando lugares para uma democracia “outra” mais autêntica*. in Brabo, Tânia (2015), *Mulheres, gênero e violência*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 15-36.

Machado, Joicemegue e Tijiboy, Ana (2005). *Redes sociais virtuais: Um espaço para efeivação da aprendizagem cooperativa*. Retirado em julho 22, 2018 de <http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/13798/7994>

Magalhães, Maria José (2007), —*Agência feminista e das mulheres, procurando o novo sujeito feminista?*ll, in Amâncio, Lígia, Tavares, Manuela, Joaquim, Teresa, Almeida, Teresa de Sousa (2007), orgs., *O longo 615 caminho das mulheres – feminismos 80 anos depois*. Lisboa: D. Quixote, pp. 229-244.

Marques, Carmo; Macedo, Eunice; Canotilho, Paula (2003). Da tecitura complexificadora entre feminismos e pós-modernidade, in Carmo Marques, Conceição Nogueira, Maria José Magalhães & Sofia M. Silva (Coords.) *Um olhar sobre os feminismos: Pensar a democracia no mundo da vida* (pp. 97-123). Porto: UMAR

Maturama, Humberto (2002). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Moreira, Carlos Diogo (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Narvaz, Martha (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Tese de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

Narvaz, Martha Giudice; Koller, Sílvia Helena (2006). *Famílias e Patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Psicologia & Sociedade; 18 (1): 49-55; jan/abr.

Olivio, Maria Cecilia e Calado, Joana das Neves (2015). *Apontamentos sobre Patriarcado e Capitalismo*. Retirado de: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo5/oral/11_apontamentos_sobre.....pdf

ONU – Organização das Nações Unidas (1995). *Declaração de Beijing*. Retirado em 11 de outubro, 2018 de <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/declar.htm>

Pateman, Carole (1992). *Equality, difference, subordination: The politcs of mothrthood and women's citizenship*. Em *Beyond Equality and Difference; Xitizenship, feminist politics, female subjectity*. Gisela Bock e Susan James. Lodon and New York: Routledge.

Penkaça, Ana (2016). *A mulher é o novo preto: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série Orange is the new black*. Retirado em Setembro 27, 2018 de https://wp.ufpel.edu.br/paralelo31/files/2015/03/13_dossie_04_artigo_penkala.pdf

PÉREZ, Mónica (2016). *Sororidad: nueva práctica entre mujeres*. México: CIMAC.

Pinto, Lucas e Braga, Ana (2016). *Mulheres em luta por direitos: Rompendo com o Patriarcado*. Retirado em junho 17, 2018 de <file:///C:/Users/fnac/Documents/Dissertação/Para%20ler/963-3148-1-PB.pdf>

Pocahy, Fernando (2011). *Interseccionalidade e educação: Cartografias de uma prática-conceito feminista*. Canoas: Textura. Pp. 18-30.

Rheingold Howard (2008). *Mobile Media and Political Collective Action*. In Katz, James et al. (2008). *Handbook of Mobile Communication Studies*. Cambrigde: The MIT Presss.

Saffioti, Heleith I.B (1987). *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna.

- Saffioti, Heleith I.B (1995). *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda.
- Santos, Fernando (2011). *O ciberativismo como ferramentas de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil*. São Paulo: Revista Anagrama, ECA-USP v.5, n.1, 2011.
- Silva, Ivana (2016). *Sororidade e rivalidade feminina nos filmes de princesas da Disney*. Curso de Graduação, Universidade de Brasília Faculdade de Comunicação, Departamento de Jornalismo. Brasília, Brasil.
- Silva, Sofia Marques da (2011). *Da casa da Juventude aos Confins do Mundo. Etnografia das fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, Alberto B (2009) *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, Maria Jesus (1997). *Investigação em Educação: Novos desafios*. Retirado de: <http://www3.uma.pt/jesussousa/Publicacoes/5Investigacaoeducacao.PDF>
- Tavares, G. (2014). *Por que precisamos da sororidade?*. Retirado em Setembro 28, 2018 de <http://portalmadalenas.com.br/por-que-precisamos-da-sororidade/>
- Tavares, Maria (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2002)*. Tese de Doutorado. Universidade Aberta, Portugal
- Tiburi, Marcia. (2016). *Prefácio. IN: Vamos juntas? – O guia da sororidade para todas*. Rio de Janeiro: Galeria Record, 2016.
- Tilio, Rafael (2014). *Teorias de gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas*. Retirado em julho 18, 2018 de <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/626/380>
- Vegh, Sandor (2003). *Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank*. In: Mccaughey, M; Ayres, M.D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge.
- Young, Iris (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.— (1997). *Intersecting voices: Dilemmas of gender, political philosophy, and policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Zuchetti, Dinora e Moura, Eliana (2007). *Educação não escolar: Refletindo sobre práticas para uma (outra) epistemologia da pedagogia social*. Itajaí, Contrapontos – Volume 7 N°1. Pp. 185-199.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

- Brasil, Lei N° 11.340, de 7 de Agosto de 2006.
- Brasil, Lei N° 13.104, de 9 de Março de 2015.
- Brasil, Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

ANEXOS

ANEXO 1

TEMAS EMERGENTES – VAMOS JUNTAS?

Total de Publicações recolhidas: 54 publicações no período de 1 ano (março de 2016 à março de 2017)

Temas emergentes nas publicações e comentários	Frequência	Localização
Anonimato	19	V2, V4, V6, V9, V11, V12, V13, V16, V24, V27, V29, V37, V40, V43, V46, V47, V48, V49, V54
Assinado	22	V1, V3, V7, V8, V15, V17, V18, V19, V21, V22, V23, V25, V26, V28, V30, V33, V36, V38, V41, V45, V50, V53
Sororidade	27	V1, V13, V17, V22, V23, V24, V25, V29, V33, V36, V38, V41, V53
Estamos juntas	43	No decorrer dos comentários das publicações
Homossexualidade	01	V2
Relacionamento abusivo	55	V4, V6, V9, V12, V24, V27, V37
Violência contra a mulher	28	V3, V11, V15, V17, V18, V19, V23, V27, V28, V29, V36, V40, V44, V45, V46, V47, V48, V49, V53, V54
Oferta de Ajuda	105	V27, V54 e no decorrer dos comentários
Educação Informal	24	V14, V16, V18, V19, V20, V21, V22, V26, V30, V31, V32, V33, V34, V35, V36, V39, V40, V41, V42, V43, V45, V48, V50, V51
Conhece ou já sofreu Violência de Gênero?	294	Questionamento da publicação V5

TEMES EMERGENTES - METE A COLHER

Total de Publicações recolhidas: 70 publicações no período de 1 ano (março de 2016 à março de 2017)

Temas emergentes nas publicações e comentários	Frequência	Localização
Educação Informal	52	M1, M2, M3, M4, M5, M6, M8, M9, M10, 12, M13, M16, M17, M20, M21, M22, M24, M25, M26, M27, M28, M31, M32, M33, M34, M35, M37, M38, M39, M40, M43, M46, M47, M48, M49, M50, M51, M52, M53, M54, M55, M57, M59, M60, M62, M63, M64, M65, M66, M67, M68 M69.
Violência contra a mulher	18	M1, M13, M28, M30, M35, M38, M45, M47, M48, M56, M57, M65, M68, M69.
Relato Anônimo	02	M29, M30.
Estamos Juntas	17	Nos comentários
Feminicídio	02	M19, M28.
Contra a página	12	M1, M6, M27, M32, M34, M35, M57, M62, M63, M64, M68, M70.
Oferta de ajuda	17	M5 M6, M11, M22, M26, M28, M42, M46, M48.
Relacionamento Abusivo	144 (05 deles homens dizem ter vivido)	M6, M10, M12, M16, M20, M21, M22, M24, M25, M26, M27, M29, M33, M34, M37, M39, M43, M44, M49, M50, M51, M52, M54, M55, M59, M60, M62, M63, M64, M65, M66.
Sororidade	08	M2, M4, M7, M12, M14, M29, M41, M70, C46.
Vamos meter a colher	10	Comentários
Eu já fiz isso?	03	M49
Cultura do estupro	06	M17, M23, M35, M44, M57, M58
Divulgação de outras ações	04	M18, M23, M58, M61.
Empatia	01	M15.
Levarem a nossa voz	01	M24.

ANEXO 2

PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

CATEGORIA 1	“Eu e tu até sermos todas”: Construções sobre Sororidade entre prática e definição?
	<p>2.1 Como é apresentado o conceito de Sororidade nas publicações? Transformar em descrição da subcategoria</p> <p>Sororidade nas publicações: Pressuposto ou/e conceito em construção</p>
	<p>2.2 Como é aceito o conceito de Sororidade pela figura masculina?</p> <p>Representações masculinas sobre sororidade entre ausência e dispersão</p>
	<p>2.3 Sororidade apenas com o feminino?</p> <p>Sororidade: Relação exclusivista entre mulheres?</p>
Oferta de ajuda. propagação	<p>2.4 De que forma estamos juntas?</p> <p>“Ta vendo? Abre o olho” Sororidade: alerta, entreaajuda e empoderamento entre as mulheres</p>

CATEGORIA 2	“Eu sou o que vocês são”: Formas de apresentação e representação de si e das outras pessoas
O modo de apresentação de si	

Subcategorias	<p>2.1 O significado do anonimato.... Assinar o próprio nome</p> <p>Anonimato: exposição a violência de gênero e/ou sororidade feminina</p>
Perspectivas do essencialismo biológico	<p>2.2 Qual a representação do feminino? Como é vista a figura masculina? Acentuando a polaridade masculino e feminino</p> <p>Polaridade masculino e feminino: Risco de um essencialismo biológico?</p>
	<p>2.3 Que tipo de reações as mulheres exprimem nos comentários? Que tipo de reações os homens exprimem aos comentários das mulheres? E vice-versa?</p> <p>Manifestações intergêneros: A iminência de conflito?</p>

CATEGORIA 3	<p>“Em cada casa, cada caso, cada cara e cada corpo”: Violências vividas e partilhadas num espaço para ouvir</p>
Subcategorias	<p>3.1 Sobre os espaços que acontecem as violências.. Lugar no sentido amplo da violência social...e lugares para referir os diferentes espaços..</p> <p>Lugar e lugares da violência sobre as mulheres</p>

<p>A perda de vida »»momento histórico (falar sobre)</p> <p>Como grupo social as mulheres estão em risco... e cada uma passa por diferentes riscos, chegando ao extremo da perda da vida..</p>	<p>3.2 Sobre os tipos de violência e seus efeitos na vida das mulheres.</p> <p>Risco e riscos de violência: Que consequências sobre a vida das mulheres?</p>
	<p>3.3 Sobre a coragem de falar sobre os relacionamentos abusivos.</p> <p>De vítima a resiliente: Desocultando a violência de gênero sobre as mulheres</p>
	<p>3.4 Reações de homens que viveram um relacionamento abusivo.</p> <p>Relatos de relacionamento abusivo: Homens em busca da sororidade feminina?</p>

CATEGORIA 4	<p>“Lugar de mulher é onde ela quiser”</p> <p>Ciberativismo como Educação Informal: Um instrumento de alerta para as mulheres?</p>
Subcategorias	<p>4.1 Efeitos educativos das publicações</p> <p>Partilhando saberes: Defesa das mulheres contra a violência de gênero</p>
	<p>4.2 Quais as reações das páginas diante dos comentários “contra” as publicações? Espaço para falar o que quiser? Partilha de opiniões</p> <p>As Redes Sociais como espaço de discussão e debate</p>
	<p>4.3 Formas de democracia e participação social no ambiente virtual. Como são</p>

	<p>essas participações? Como a democracia encontra-se no ambiente virtual?</p> <p>Participação social no ambiente virtual: Reinventando a democracia na luta pelos direitos das mulheres?</p>
	<p>4.4 Para além das redes sociais, ações, movimentos, debates palestras promovidas pelas páginas que acontecem no “mundo real”. TD...</p> <p>Ações sociais derivadas do Ciberativismo</p>

Nota sobre os dados recolhidos:

Referente aos dados recolhidos nas páginas do facebook do “Mete a Colher e “Vamos Juntas?”, devido a configuração da recolha, assim como a apresentação e quantidade enorme dos dados, os prints das publicações e comentários das duas páginas estão organizados e catalogados no arquivo salvo na pendrive entregue com o texto da dissertação. Os dados estão organizados em duas pastas, nomeadamente “Mete a Colher” e “Vamos Juntas”.